UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Igor Silva Figueiredo

A terceirização em alta voltagem na Cemig: crônica da degradação do trabalho

Campinas

2015

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Igor Silva Figueiredo

A terceirização em alta voltagem na Cemig: Crônica da degradação do trabalho.

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do TÍTULO DE MESTRE na área de Sociologia.

Supervisor/orientador: Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Igor Silva Figueiredo, e orientado pelo Professor Doutor Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Assinatura do orientador

Campinas

2015

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

F469t

Figueiredo, Igor Silva, 1986-
A terceirização em alta voltagem na Cemig : crônica da degradação do trabalho / Igor Silva Figueiredo. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Companhia Energética de Minas Gerais. 2. Terceirização. 3. Precarização. 4. Trabalhadores da indústria elétrica. 5. Relações trabalhistas. 6. Capitalismo. I. Antunes, Ricardo,1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Outsourcing in high voltage in Cemig : chronicle degradation of work
Palavras-chave em inglês:
Outsourcing
Precariousness
Electricity workers
Labor relations
Capitalism
Área de concentração: Sociologia
Titulação: Mestre em Sociologia
Banca examinadora:
Ricardo Luiz Coltro Antunes [Orientador]
Sávio Machado Cavalcante
Filipe Oliveira Raslan
Data de defesa: 02-07-2015
Programa de Pós-Graduação: Sociologia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 02 de julho de 2015, considerou o candidato Igor Silva Figueiredo aprovado.

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes
Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante
Prof. Dr. Filipe Oliveira Raslan

A ata de defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Dedicado a todos os trabalhadores mortos e mutilados pela barbárie extrema da terceirização.

Dedico este trabalho à Amélie, minha doce e compreensiva filha, por todos os seus sorrisos e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Ricardo Antunes, por aceitar me orientar, pelas sugestões de caminhos a seguir, tais indicações foram muito importantes para a conclusão deste trabalho. Acima de tudo agradeço ao Ricardo pela compreensão, respeito e por concordar em me dar mais uma chance de poder concluir este mestrado.

Agradeço aos meus pais, Filosmar Figueiredo e Norma Suely, por sempre terem feito o melhor por mim e pelo o meu irmão. Obrigado pelo afeto, abnegação, dedicação e amor profundo ofertados incondicionalmente em todos os dias de minha vida. Agradeço ao meu irmão Mateus pelas conversas e memórias sempre presentes da nossa feliz infância. Muitas vezes foram elas que me ajudaram e me alegraram em momentos de tristeza e saudades de Minas Gerais.

Agradeço a minha querida e doce filha Amélie por ser tudo o que ela é, por me alegrar, me incentivar, me fazer sorrir e demonstrar genuíno amor, tão nobre e elevado sentimento que dela emana e que tantas vezes me fez mais forte e esperançoso de futuro. Obrigado por existir e ser minha companheira, Amélie; dividir comigo o teto e a vida na nossa querida casa. Obrigado por me ter feito tão feliz ao longo destes teus seis tão bem vividos anos, por ter me dito a frase mais bonita que já ouvi na vida: “Te amo, papai”. Desculpe-me por tudo, pelos momentos de estresse durante a trajetória do mestrado, pelas vezes que papai deixou de te dar atenção, brincar com você para poder concentrar nos estudos, na escrita da dissertação; pelas noites em que papai concentrava-se no trabalho e se esquecia de contar histórias para você dormir, pela ausência em alguns momentos, me perdoe. Sem você por perto eu não teria tido força suficiente para concluir estre trabalho. Eu te amo.

Agradeço aos queridos amigos de Campinas que conheci ao longo destes mais de seis anos que estou nesta cidade: João Magalhães, Cristina Beskow, Maria Emília, Marcos Barba, Vandré, João Campinho, Daniele Chamovitz, Sheyla Diniz, Rodrigo Dantas Bastos, Henrique Pasti, Nara Roberta, Frank Seguy, Anderson Eslie, Cassius Cruz, Amanda Coutinho, Francisco Lima Baca, Anne Gil, Dito Marques. Aos queridos vizinhos e ex-vizinhos da Moradia Estudantil da Unicamp, amigos e companheiros de luta por mais vagas e melhores condições de habitação para todos

nós: Mayara Nardes, Maicon Rafael Braga, Rodrigo Ribeiro, Marília Marques, Ianca Almeida, Mariana de Souza Lima, Gustavo Ângelo Di Reis, Mariana Ferraz, Melody Camargo, Marina Stanko, Maíra Pilz.

Ao meu amigo e camarada, companheiro de luta (e também advogado), exemplo de militante ao lado do povo trabalhador, grande incentivador direto para a conclusão deste trabalho, Alexandre Mandl. Obrigado, Alê, grande amigo e camarada.

Ao querido Caio Padilha, pelos cafés, conversas e reflexões muito importantes e ponderadas que me fazem sempre repensar sobre algum tema.

À Fernanda Sabarim agradeço pelas vivências cotidianas, pelo afeto, amizade e por compartilhar comigo angústias parecidas na vida acadêmica. Obrigado pela presença em minha vida.

Agradeço à Camila Frigo pela força, carinho e incentivo no momento final da escrita desta dissertação. Obrigado também pela ajuda e revisão dos meus textos.

À Tábata Berg, por tudo de mais nobre e grandioso que uma amizade pode oferecer. Pela ajuda em todos os sentidos e momentos da vida, pelas conversas, incentivos, puxões de orelha e por sempre estender a mão para ajudar, sem julgamentos. Agradeço a você o grande incentivo e ajuda na conclusão desta dissertação. Obrigado também ao Jheffertan Mata pela amizade e ajuda que ele e Tábata sempre me ofertam.

Ao grande amigo, parceiro e irmão de jornada Vinícius Xegado, pela amizade, ajudas e conversas sobre este texto, pelos momentos de descontração e boêmia, pelo bom viver compartilhado há mais de cinco anos.

Agradeço ao amigo David Menezes pela ajuda nos momentos finais dessa dissertação, me ajudaram bastante. E também agradeço à Maíra Baccarelli pela revisão.

Aos inesquecíveis amigos de Belo Horizonte, sempre presentes: Carina Santos, Tatiana Oliveira, Wilson Sant'Anna, Pedro Machado, Zi Reis, Flávio Badaró, Mariana Alencar, Flávio Moreira, Victor Moreira, Tiago Mariano, Estevão Moreno, os camaradas e companheiros militantes das Brigadas Populares.

Agradeço também aos comentários e sugestões dos colegas de grupo de pesquisa coordenado pelo professor Ricardo Antunes, sempre precisos e abrindo novas possibilidades nas nossas pesquisas. O meu muito obrigado também a todos os trabalhadores e trabalhadoras do IFCH, terceirizados e efetivos, por sempre propiciarem um Instituto limpo, organizado e próprio para os estudos.

Agradeço aos professores Sávio Cavalcante e Filipe Raslan por aceitarem participar da minha banca de defesa e aos professores José Dari Krein e Fernando Lourenço por terem aceitado participar da minha banca de qualificação e pelas sugestões indicadas naquela ocasião. Também agradeço ao professor Henrique Novaes por aceitar ser suplente da minha banca de defesa e novamente ao Fernando Lourenço por mais uma vez concordar com o meu convite e fazer parte da minha banca de defesa na condição de suplente. Agradeço ao professor Márcio Naves pelas conversas, indicações, livros e contribuições na minha formação durante estes anos de IFCH.

Sou imensamente grato a todos os trabalhadores da Cemig, terceirizados ou não, que me ajudaram a fazer esta pesquisa. Obrigado pela companhia, por acreditar no meu trabalho e me concederem entrevistas, por se abrirem comigo, meu muito obrigado. Agradeço também ao Sindieletro pela ajuda, incentivo, agradeço também às diretorias que estiveram lá de 2006 a 2015, especialmente ao diretor Jobert Fernando pelas conversas e cessão de dados e informações relevantes. Em especial agradeço as ajudas dos trabalhadores do Sindieletro José Carlos e Nízio Fernandes.

Por fim, agradeço a Capes pelos 24 meses de bolsa de estudo que me deram a tranquilidade necessária para dedicação ao mestrado.

Terceirização: desconstrução a 17 mãos

A escravidão mudou de nome
Passou por uma adaptação
E para ser legalizada
Hoje chama-se terceirização
A terceirização de atividades fins é desumana
E causa indignação
É uma atitude de irresponsabilidade
E egoísmo do patrão
Nesse processo, é como se o trabalhador
Tivesse um cano de revólver na nuca
É o mesmo que submetê-lo
A um jogo de roleta russa
Terceirizar é transferir a renda do empregado
Para as mãos do empregador
À custa de muito sangue
Perda de direitos, mortes e muita dor
Essa expressiva perda de direitos
É um retrocesso, é fora de mão
Que cria um fosso entre as classes
E penaliza a população
É triste ver meu semelhante
Fazendo o mesmo que eu
Ganhando um salário bem inferior
Sendo privado do que é seu
É um sentimento de desconforto
Frente a tamanha desvalorização
Esse massacre do ser humano
Não o qualifica, explora e o expõe à mutilação
É a banalização do emprego
Chega a ser uma atitude profana
Pois a vida é trocada pelo lucro
Intensificando a miséria humana
Por isso é importante
Agirmos em multidão
Pois quando não há ação
A terceirização entra pelo portão
Mas essa estupidez
Foi pelo homem construída
E é com a força de homens e mulheres
Que poderá ser desconstruída
O capitalismo selvagem
Não tem a palavra final
Por tudo o que conquistamos
Cremos na possibilidade real
De sermos agentes de mudanças
Por um mundo mais justo e menos desigual.

(Texto dos eletricitários de Montes Claros-Mg: Leksander, Antônio Pádua, José Ricardo)

RESUMO

Esta dissertação é um estudo sobre o processo de terceirização da força de trabalho ocorrido na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) - empresa mista de capital aberto - controlada pelo governo do Estado de Minas Gerais. Nosso estudo se centrou na terceirização das atividades que são essenciais ao funcionamento da empresa, as chamadas atividades-fim, que antes eram executadas por funcionários do quadro próprio. A análise está focalizada historicamente, sobretudo, no período compreendido a partir dos anos de 1990, que é quando – de forma massiva – se inicia o processo de terceirização na empresa. Temos como marco da nossa investigação o ano de 1995. O intuito desta pesquisa foi o de analisar as mudanças ocorridas no interior do processo de trabalho (e também suas repercussões na vida dos trabalhadores, em suas dimensões mais diversas) desta empresa que, de forma progressiva, foi substituindo a forma de contratação de trabalhadores – os chamados eletricitários –, que, até o ano de 2005, eram majoritariamente do quadro próprio da empresa, mas que agora são, na sua grande maioria, contratados de maneira terceirizada. A partir deste estudo de caso, respeitando sempre os limites e particularidades de uma única empresa analisada, buscou-se compreender também as transformações ocorridas no mundo do trabalho durante as últimas décadas, especialmente no setor elétrico brasileiro. Buscamos fazer essa análise partindo da experiência concreta dos trabalhadores terceirizados da Cemig. Abordamos, assim, questões como a subjetividade dos trabalhadores, relação entre trabalho precarizado, lucros e dividendos, acionistas e qualidade de serviço de energia elétrica prestado para a população.

Palavras-Chave: terceirização, precarização, reestruturação produtiva, eletricitários, Cemig.

ABSTRACT

This Master's dissertation investigates Brazilian *Cemig*'s workforce outsourcing process. Cemig is the monogram for Companhia Energética de Minas Gerais [Power Company of Minas Gerais], a publicly-traded company/joint-stock company controled by Minas Gerais state government. Here we focus on the outsourcing of Cemig's core activities that earlier on were carried out by its own personnel. There is a historical bias in our analysis, as we take into account that such outsourcing process notably increases from the 1990s on and that the year of 1995 is especially important. Our goal is to analyze how Cemig's working process progressively changed over time and how changes impacted over eletricity workers. Not only is labor process considered in itself, but also other levels of the workers' life are important for an accurate portrait. We thus discuss topics as: workers' subjectivity, the connection between precarious work and profits, the role of stockholders and the quality of power service to the public. As an overview, the dissertation offers a case study, but it helps to understand both (new) Brazilian power sector and broad changes in labor over the last decades.

Keywords: outsourcing , precariousness, productive restructuring , electricity workers, Cemig.

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E GRÀFICOS

Tabela 1: Número de Mortes por Acidente de Trabalho no Setor Elétrico Brasileiro.....19

Tabela 2: Acidentes Fatais – Trabalhadores Eletricitários – Minas Gerais.....24

Tabela 3: Distribuição de Dividendos na CEMIG – 1994 a 2010 (R$ milhões).....41

Tabela 4: Força de Trabalho da Cemig em 2010.....49

Tabela 5: Composição da Força de Trabalho no Setor Elétrico Brasileiro de 1994 a 2010.....85

Figura 1: Onde está a Cemig.....38

Gráfico 1: Composição Acionária da Cemig.....40

Gráfico 2: Evolução da Tarifa Média de Energia no Brasil – 1995 a 2010.....50

Gráfico 3: Tempo Médio Sem Energia Por Consumidor.....51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica
CEMIG: Companhia Energética de Minas Gerais
CNPJ:Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPNSEE/MTE: Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica do Ministério do Trabalho e Emprego
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
SINDIELETRO – MG: Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais
EUA: Estados Unidos da América
FEA USP: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo
FECOMERCIO-SP: Federação do Comercio do Estado de São Paulo.
FMI: Fundo Monetário Internacional
MPT: Ministério Público do Trabalho
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PLR: participação nos lucros e remuneração
PND: Plano Nacional de Desestatização
SINDEEPRES: Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo
TST: Tribunal Superior do Trabalho
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas
UTI: Unidade de Terapia Intensiva

SÚMARIO

INTRODUÇÃO 16

CAPÍTULO 1 - VIVÊNCIAS E SUBJETIVIDADES: A PRECARIEDADE OBJETIVA DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA CEMIG 23

1.1 Cotidianos e jornadas: a vida para o trabalho. 23

1.2 Insegurança e morte no dia a dia dos trabalhadores terceirizados da Cemig. 30

1.2.1 Informações sobre o número de mortes no setor elétrico brasileiro para o período entre 1999 e 2010. 34

1.2.2 Números de acidentes fatais na Companhia Energética de Minas Gerais de 1999 a 2013. 38

1.2.3 Uma legião de mutilados. 41

1.3 A Juventude e o primeiro emprego precarizado. 44

1.4 Assédio moral como tática de dominação e isolamento dos trabalhadores 48

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS PRINCIPAIS DA TERCEIRIZAÇÃO NA COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG) 52

2.1 Características gerais e aspectos mais importantes sobre a Companhia Energética de Minas Gerais. 52

2.2 Surgimento da Cemig: as bases para o desenvolvimento industrial mineiro. 58

2.3 Reestruturação produtiva na Cemig: a precariedade do trabalho e o prejuízo do serviço. 63

2.4 A resistência dos trabalhadores terceirizados: do boicote à judicialização das lutas. 68

2.4.1 “Precários Inflexíveis”: o boicote solidário e a conscientização dos trabalhadores como ferramenta de combate à precarização na Cemig. 68

2.4.2 A greve como “magnífica escola”. 73

2.5 “O sindicato em seu labirinto”: dificuldades do exercício sindical em um contexto de terceirização da força de trabalho. 76

2.5.1 Impactos da terceirização na representação sindical. 76

2.5.2 A Judicialização das lutas contra a terceirização: lutando no campo do inimigo? 79

2.6. Servidão neoliberal: trabalhadores terceirizados em situação análoga à escravidão. 82

CAPÍTULO 3 - CRISE DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E AS REPERCUSÕES NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO 85

3.1. Caracterização geral do sistema de produção 85

3.1.1 A crise do capitalismo expressa no aspecto neoliberal da reestruturação produtiva..... 87

3.2 Neoliberalismo como expressão da crise do capital..... 91

3.3. A lógica da precarização: breve conceituação sobre a terceirização do trabalho. 94

3.4. Neoliberalismo e reestruturação produtiva no setor elétrico: terceirização em alta voltagem..... 98

CONSIDERAÇÕES FINAIS 103

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 108

ANEXOS 116

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação foi o de buscar compreender o processo de terceirização em curso na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Denominamos como esse processo de terceirização a forma massiva e em larga escala em que se deu este fenômeno na empresa a partir de meados dos anos de 1990. O ano de 1995 é tido como o marco principal desse processo por ter sido neste período o início do programa de privatização do setor elétrico nacional e a conseguinte autorização para que se pudesse terceirizar a força de trabalho que realizava as chamadas atividades-fim, que são as atividades essenciais, principais de uma empresa, conforme autores que versam sobre o tema, sobretudo a jurídica.

É sabido que a Cemig não introduziu em sua administração a prática da terceirização apenas no ano de 1995, já existia anteriormente a terceirização de algumas atividades, como limpeza e conservação; no entanto, o foco da nossa análise foi o de investigar quais os impactos da terceirização das atividades-fim. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e empírica tendo como sujeitos os trabalhadores de empreiteiras contratadas pela Cemig para prestar serviços, tais como o de eletricista de linhas e redes e leiturista, funções vitais para o funcionamento da concessionária. Investigamos igualmente de que modo estas relações de trabalho terceirizadas acarretaram problemas para a categoria dos eletricitários, o movimento sindical e também as repercussões nas esferas política, econômica, de saúde e segurança e na prestação de serviços para a sociedade.

Atualmente há em toda a sociedade brasileira um grande debate acerca da terceirização. O tema é um grande "desafio conceitual e político" [1] discutido em vários setores da vida política, empresarial, trabalhista e jurídica da sociedade civil brasileira. Diversos atores concordam e/ou divergem sobre o assunto, estejam eles inseridos no movimento sindical e de trabalhadores, político partidário, jurídico ou universitário/acadêmico. Inúmeros estudiosos sobre o tema têm demonstrado através de trabalhos acadêmicos, publicações e estudos, principalmente dentro da sociologia do trabalho, ciências sociais e economia, uma forte tendência de

[1] Cavalcante & Marcelino (2012).

precarização nas relações de trabalho terceirizadas. Dentre estes podemos destacar alguns estudos que foram importantes para essa compreensão, são eles: Antunes (1997; 2000; 2003; 2006; 2010); Alves (1996); Ramalho (1994; 1997; 2009); Marcelino (2002; 2008); Druck (1999); Amorim (2003); Krein (2007), Marcelino & Cavalcante (2012), Cavalcante & Filgueiras (2015); Pochmann (2007; 2008; 2014); Dau, Rodrigues e Conceição (2009), entre outros.[2]

A empresa Cemig.

A Cemig é uma empresa brasileira de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, concessionária do segmento de energia elétrica e atua nos ramos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica – suas principais atividades –, além da extração e comercialização do gás natural, e de uma empresa de "eficiência energética" – que assessora outras empresas que desejam fazer o uso "mais econômico de diversas formas de energia" –, entre outras subsidiárias e empresas que fazem parte do grupo ou que possuem a participação acionária da Cemig. De acordo com os dados fornecidos, ela possui mais de 117 mil acionistas em 44 países e suas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova York e Madri. A Cemig foi fundada em 1952 pelo governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Em Minas Gerais, a Cemig responde por 96% da área de concessão de energia elétrica do Estado, com mais de 7,5 milhões de consumidores, em 774 municípios. É ainda, segundo o anuário da empresa, a maior fornecedora de energia para clientes livres do país (atendendo cerca de 30 milhões de pessoas), com 25% do mercado, e um dos maiores grupos geradores, responsável pela operação de 70 usinas, com capacidade instalada de 7.295 megawatts. Além disso, ela está

[2] No entanto, algumas outras tendências que defendem a regulação da terceirização entre os intelectuais ganham notoriedade na mídia e nas universidades brasileiras. Em artigo publicado no dia 24 de março de 2015, José Pastore, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e presidente do Conselho de Emprego e Relações de Trabalho da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP) defende uma urgente regulamentação da terceirização. É um debate aberto e bastante importante que devemos travar.

presente em mais 31 municípios brasileiros fora de Minas Gerais, principalmente no Estado do Rio de Janeiro. Ainda faz parte da Cemig, desde o ano de 2010, a empresa de transmissão de energia “LT Charrúa – Nueva Temuco” que atua no Chile. No total, a Companhia é constituída por 58 empresas e 10 consórcios.

Pequena nota metodológica.

Em qualquer pesquisa que envolva investigação teórico-empírica deve-se ter em mente que cada bibliografia, tal como documento, são produtos de necessidades ligadas ao contexto em que foi produzido e, por isso, devem ser encarados como “objeto e sujeito de sua própria versão interpretativa” (MARSON, 1984, pag. 53). Assim, apesar de representarem um elemento crucial do procedimento de pesquisa, devem ser tratados criticamente e não meramente reproduzidos nos resultados do estudo. Da mesma forma devem ser encaradas as fontes orais. As entrevistas que fizemos tiveram um papel fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, pois, como afirma Samuel, a evidência oral constitui um elemento “crucial para a compreensão do pano de fundo” (SAMUEL, 1989/ 1990) do processo histórico analisado. As fontes orais, além de possibilitarem a descoberta de relações sociais “escondidas”, tornam possível que se escape de falhas existentes nos demais documentos, apontando para *exceções, idiossincrasias e discrepâncias aparentes*, permitindo que a *experiência real das pessoas* seja a *pedra de toque* da pesquisa (idem, pag. 232). Porém, e não poderia ser diferente, a fonte oral também apresenta limitações. Se por um lado ela expõe “os silêncios e as deficiências da documentação escrita” (idem, pag. 237), por outro, tem seus próprios vieses, seletividades e silêncios. Assim, as evidências orais também foram tratadas com prudência e postura crítica, sendo articuladas com as demais fontes e referenciais, o que possibilitou um melhor direcionamento e aproveitamento do rico material conseguido na coleta de dados.

Neste sentido, no trabalho que você lerá a seguir optamos pelo primado ontológico do objeto, onde as abstrações são decorrentes do movimento interno deste. Continuando nestes rastros e seguindo o instinto sociológico de tentar

compreender quanto mais possível for a totalidade do fenômeno, iniciado na revisão bibliográfica sobre o tema, mas tornado mais aguçado no momento de ida à campo, na busca e no confronto com dados e informações – várias vezes desencontrados e contraditórios – que nos davam os primeiros elementos materiais para o entendimento, nossa pesquisa se debruçou em casos que em seguida vamos narrar, escolhidos dentre tantos outros que não foram elegidos no momento da exposição, mas que contribuíram enormemente à compreensão geral que tentamos expressar nessa síntese. Como exemplos específicos de uma generalidade que supomos muito maior e profunda, mas que é difícil de ser generalizada fora da realidade particular deste estudo, sem que cometamos algum tipo de equívoco, o que seria um fruto imaturo de uma conclusão apressada, nossas entrevistas transcritas e números compilados e tabelados de forma expositiva nada mais são do que a expressão de uma tentativa de se ater à materialidade do real, observada e apreendida participativamente, e também aos números e dados confrontados e refletidos frente a outros relatos e opiniões divergentes, seja pela criticidade necessária às informações reveladas pelas fontes (ou até mesmo por quem é a própria fonte, algumas vezes única possibilidade de chegarmos a tal informação), seja pela necessidade de uma atenção pormenorizada e criteriosa na elaboração da pesquisa.

O “recorte” do objeto não constitui um isolamento deste em relação ao contexto social mais amplo. Pelo contrário: entendendo que todo concreto carrega múltiplas determinações, tentamos demonstrar as imbricações entre o objeto empírico analisado e as tendências mais gerais do processo sócio-histórico no qual ele está inserido, sem, contudo, desconsiderar suas especificidades. Assim, de acordo com essa perspectiva, a nossa investigação científica tentou ir além do que se viu manifesto no plano imediato e procurou, analiticamente, encontrar as múltiplas determinações do objeto analisado. Tomando-se a totalidade social como referencial, a terceirização foi vista como uma parte deste composto. Tal esforço constitui, portanto, uma iniciativa relevante e justificável – em termos teóricos e metodológicos – já que, como já foi dito, as tendências mais gerais só ganham existência real quando concretizadas – e particularizadas – em contextos específicos.

Sobre o método de apreensão do objeto.

Para a investigação do nosso objeto foram realizadas diversas entrevistas em profundidade, a partir de um questionário semiestruturado (que pode ser encontrado nos anexos), com os trabalhadores terceirizados da Cemig, contratados por empreiteiras que prestam serviço para a concessionária e que executam as chamadas atividades-fim. Dentre as funções que executam estas chamadas atividades-fim, como leitura de padrões de energia, entrega de conta em residências e comércios, corte do fornecimento de energia, religamento, manutenção e reparo, dentre outras funções vitais para o funcionamento da empresa, as principais são os cargos de leiturista e eletricista de linhas e redes. E foram justamente estes trabalhadores os entrevistados durante a pesquisa de campo para a realização desta dissertação. Vinte e um trabalhadores que pertencem à força de trabalho terceirizada da Cemig, quatro sindicalistas, um técnico do DIEESE e alguns funcionários do sindicato que representa os trabalhadores do quadro próprio da Cemig foram entrevistados em duas ocasiões, entre os anos de 2011 e 2012 no que se refere entrevista com os trabalhadores, e em 2011, 2012 e 2014 foram feitas visitas ao sindicato e técnicos, com quem podemos conversar e discutir sobre dados técnicos e números sobre terceirização, mortalidade e diferenças entre os trabalhadores próprios e os terceirizados.

No momento de exposição das entrevistas dos trabalhadores escolhemos a etnografia[3] como forma mais assertiva e que conseguisse repassar mais fidedignamente para o leitor a riqueza destas falas que nos permitiram identificar problemas tão objetivos na vida de uma trabalhador terceirizado, muitas vezes nos revelado de forma diluída entre respostas e subjetividades de um dia comum. Para isso, foram frequentes o nosso acompanhamento da vida cotidiana dos eletricitários, seja no dia a dia do trabalho ou em conversas informais em ambiente doméstico ou durante o tempo livre, algum intervalo na jornada exaustiva de trabalho que os possibilitasse uma conversa mais demorada.

[3] MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436p. (Pensadores(os); v.43).

O formato de exposição.

Como já dissemos acima, nosso trabalho optou por partir inicialmente do próprio objeto de estudo e a partir dele construir as nossas análises e teorias mais abstratas, respaldadas na excelente bibliografia sobre o assunto a que temos acesso.

Partindo dessa premissa, o **Capítulo 1** desta dissertação apresenta as vivências e subjetividades dos trabalhadores terceirizados da Cemig. Privilegiamos dar voz aos trabalhadores no conteúdo destas páginas; a partir de um profundo garimpo nas nossas fontes primárias tentamos demonstrar, por meio da riqueza das entrevistas e transcrições obtidas em campo, como se apresentam as diversas facetas da precarização do trabalho que o processo de terceirização na Cemig traz consigo, demonstradas em vivências e cotidianos dos trabalhadores. Estes conteúdos foram, quase sempre neste capítulo, narrados, direta ou indiretamente, pelos próprios trabalhadores, através das suas experiências e interpretações sobre determinado assunto ou situação.

No **Capítulo 2** a nossa pesquisa adentrou o universo da Cemig, explicando seus principais aspectos e caracterizando-a no contexto atual de empresa financeirizada. Também recorremos a fatos da sua história para tentar buscar um entendimento mais completo sobre o presente. Neste capítulo novamente elencamos autores e definições que discutem sobre o que é a terceirização e também apresentamos nossas escolhas metodológicas quanto a isto. Ademais, buscou-se caracterizar o contexto de *reestruturação produtiva* e a ordem neoliberal em que se insere o momento histórico onde se localiza nosso objeto de estudos.

Na última parte da dissertação, no **Capítulo 3**, debatemos alguns aspectos mais amplos do capitalismo contemporâneo, como a sua caracterização geral no atual momento histórico e também seu momento de crise estrutural. Também oferecemos ao leitor neste capítulo uma posição teórica sobre como entendemos que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva compõem a atual ofensiva do capital contra o trabalho. Além disso, compartilhamos com o leitor as experiências

de resistência dos trabalhadores contra o degradante processo de terceirização – boicotes e lutas dos terceirizados – e as dificuldades e contradições dos sindicatos neste embate. Ademais, citamos alguns embates do meio jurídico sobre a terceirização e como o processo de terceirização na Cemig teve seu momento mais dramático e bárbaro em 2014 quando da descoberta de centenas de trabalhadores em situação análoga à escravidão.

Por fim, anexado ao final da dissertação colocamos o questionário utilizado para fazer as entrevistas com os trabalhadores e também material de apoio sobre a composição acionária da Cemig, organograma e alguns outros números da empresa que não foram apresentados no texto.

CAPÍTULO 1 - VIVÊNCIAS E SUBJETIVIDADES: A PRECARIEDADE OBJETIVA DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA CEMIG

"Eu acordo p'rá trabalhar
Eu durmo p'rá trabalhar
Eu corro p'rá trabalhar
Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer

(...)

Eu não vejo, além disso, tudo
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas".

(Marcos Valle/Paulo Sérgio Valle*, Capitão de Indústria*).

1.1 Cotidianos e jornadas: a vida para o trabalho.

São quase 6h da manhã de uma terça-feira de setembro. Já estamos na última semana do mês, primeiros dias de primavera do ano de 2012. Ainda está escuro quando o carro é estacionado em uma pacata rua, sem calçamento ou asfalto, do bairro Justinópolis, em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte. Apesar do horário, podemos verificar que, ao longo de onde o nosso campo de visão nos permite enxergar, várias casas do quarteirão já estão com as luzes acesas. Acompanhado de um amigo sindicalista, chegamos a uma modesta residência. Verificamos o número da casa e batemos com certo cuidado na porta de ferro, ainda sem pintura. Quem logo nos atende é o senhor Raul Silva, 48 anos, eletricista de linhas e redes[4] de uma empreiteira terceirizada da Companhia

[4] De acordo com descrição presente no Edital de Concurso Público da Cemig 01/2012, Eletricista de Linhas e Redes é responsável pelas seguintes atividades: "Acompanhar e/ou auxiliar, sob orientação e supervisão profissional, as atividades de construção, operação, manutenção, inspeção de linhas e redes de distribuição, redes de acesso e multisserviços, subestações e unidades consumidoras em tensões até 161 kV, com circuitos energizados e desenergizados, atendimento a consumidores, visando garantir a qualidade do fornecimento de energia elétrica e transmissão de dados, podendo executar atividades de menor complexidade". Está disponível em: http://www.cemig.com.br/pt-br/Recursos_Humanos/Carreiras/Documents/Edital%2001%202012%20-%20Anexo%20B.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

Energética de Minas Gerais (Cemig). Ele já está vestido com o seu uniforme profissional cuja tonalidade é algo próximo de um cinza silver. A vestimenta também é composta de um colete reflexivo laranja, apropriado para quem trabalha diretamente nas ruas, entre fios de eletricidade e carros. Ele também já calça uma bota preta, feita de material isolante, própria para o trabalho com eletricidade.

O senhor Raul, ou "seu" Raul, como ele indica que deseja ser chamado, relata que já está pronto para sair de casa. Está de pé desde as 5h da manhã, como faz todos os dias quando tem que sair de casa e pegar o ônibus que sai às 5h30 da manhã do ponto final, dois quarteirões abaixo da rua onde mora. Apesar de ter acordado no mesmo horário de costume, o senhor Raul não precisará percorrer hoje os mais de 25 quilômetros que separam a sua casa do local de trabalho – a sede da empreiteira –, localizada na Cidade Industrial, cidade de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, de transporte público. Hoje vamos de carro. Os visitantes chegaram bem cedo porque vão acompanhá-lo durante todo o dia; desde a saída de sua casa, até o final da jornada de trabalho e o retorno para a residência, algo previsto para acontecer por volta das 19h30 da noite.

É muito cedo ainda, "seu" Raul nos convida para entrar e temos tempo para uma apresentação mais aprofundada; explicamos-lhe em detalhes o motivo da nossa companhia durante aquele dia. Mineiro e bom anfitrião, Raul nos convida para um café com pão enquanto vou falando quem sou, de onde venho, quais as minhas intenções, sobre a pesquisa que estou fazendo e do interesse que tenho em conversar com ele e com os seus colegas de trabalho. O nosso desjejum é importante para uma primeira aproximação e o estabelecimento de confiança. Pouco antes de sairmos, às 6h30, o senhor Raul acorda o filho de 16 anos, estudante do segundo ano do ensino médio, e lhe informa que já está na hora de se arrumar para a escola e que está saindo para o trabalho (um pouco mais tarde do que o habitual).

A conversa continua dentro do carro, mais à vontade, "seu" Raul nos explica que começou a trabalhar muito cedo, em Turmalina, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, onde nasceu, e que só estudou formalmente até a quarta série. De lá para cá, já trabalhou em vários ramos de atividade: feirante, servente de pedreiro, garçom, camelô, vendedor ambulante (ele se refere a este serviço como "mascate"),

entre outros. No ano de 2006, incentivado pela mulher, ele começou a fazer um supletivo noturno e conseguiu concluir o primeiro grau. Atualmente, o eletricista reside apenas com o único filho. Na empreiteira há dois anos, ele tirou férias apenas uma única vez. “Fiquei em casa mesmo, cuidando da vida, não tinha dinheiro para viajar. Gostaria de ter ido visitar meus parentes no interior, mas não deu”, (Raul, eletricista de linhas e redes, 48).

Chegamos à sede da empreiteira por volta das 7h30 da manhã. Muitos trabalhadores já estavam sentados na calçada, do lado de fora do portão da empresa. Tomamos café com outros trabalhadores que já se encontravam lá há algum tempo, predominantemente homens, esperando o horário de “bater o ponto”, às 8h da manhã. Como muitos trabalhadores moram longe da sede da empresa, por segurança, e para não correr o risco de chegarem atrasados, muitos acabam saindo de casa bem cedo, às vezes ainda de madrugada. É um tempo a mais de trabalho que não é pago. Para quem cumpre diariamente uma jornada de trabalho que não raro chega a 10 horas por dia – com direito a um intervalo de uma hora para almoço, que nem sempre é respeitado –, as horas *in intinere*, ou seja, o tempo gasto em deslocamento da casa até o trabalho, não é computado como tempo de jornada. É o que Giovanni Alves (2007) qualificou de inversão do tempo de vida em tempo de trabalho. O tempo de deslocamento para o trabalho consome “um tempo significativo da vida dos operários e empregados assalariados”, fazendo com que se perca tempo e “espaços de sociabilidade humano-social”.

São 8h da manhã, muitos carros começam a sair pelo portão da empresa. É mais um dia de trabalho que começa. Acompanhado de um motorista, “seu” Raul fará a manutenção e reparo de redes elétricas, postes e fiações que uma central lhe enviará por meio de ordens de serviço (o.s) em aparelho eletrônico. A dinâmica do dia a dia de trabalho é quase sempre a mesma: já se sai da empresa com um destino certo, executar a primeira o.s do dia e, daí em diante, uma central enviará eletronicamente a localização do próximo serviço que deverá ser cumprido. Seguindo um ritmo e uma intensidade de trabalho controlada por uma “máquina” eletrônica, que é comandada por um ser humano localizado há quilômetros dali e que, provavelmente, o “seu” Raul e tantos outros trabalhadores nunca conheceram, vamos seguindo o carro da empresa em que o eletricista de linhas e redes trabalhará naquele dia. Andando por bairros e ruas das cidades de Contagem,

Betim, Belo Horizonte, sem muito tempo para descansar, “seu” Raul e o seu companheiro seguem sempre apressados para o próximo serviço. Não se pode cochilar, existem metas diárias e mensais de ordens de serviço a serem cumpridas[5].

Desta vez, o serviço é em uma rua onde a energia foi interrompida por algum motivo já faz algum tempo. “Seu” Raul desce do carro, vai até a carroceria e prepara o equipamento, confere se está tudo dentro da caixa de ferramentas, verifica se o cinto de segurança está firme e confiável. Retira a escada de cima do carro e, junto com o companheiro que também é o motorista da dupla, prepara a subida no poste: a missão é tentar descobrir qual o problema fez com que a energia fosse interrompida numa rua qualquer da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Após uma manhã agitada de muitas ocorrências atendidas, já um pouco cansados, os trabalhadores resolvem parar para almoçar, já passa do meio-dia. Tanto o “seu” Raul como o seu companheiro trazem marmitas dentro da bolsa. Mesmo sem lugar para esquentar, eles começam a comer. Ainda que não tenha sido perguntando, o trabalhador sente a necessidade de explicar porque prefere trazer a sua própria comida de casa a comer na rua.

> Nós até ganhamos vale-alimentação que a firma fornece, mas é muito baixo o valor e fica difícil comer na rua. Hoje em dia um PF (prato feito) está muito caro. A gente acaba deixando o vale para comprar comida no supermercado, produtos de limpeza, coisas pra casa, e traz a marmita todos dos dias mesmo. Às vezes a gente consegue esquentar a marmita em algum lugar, com a ajuda de algumas pessoas, moradores das ruas onde a gente está atendendo a ocorrência. Eles se oferecem para esquentar, oferecem suco, café. A gente vai se virando como pode. (Raul Silva, eletricista de linhas e redes, 48). [6]

[5] No caso dos trabalhadores terceirizados da CEMIG, podemos perceber que, conjuntamente com a terceirização e aumento do tempo de trabalho não pago, há um processo de intensificação do trabalho vivo através do incremento de capital constante (trabalho morto). Ver Marx, Cap. 6 e 8, O capital e Capítulo VI – Inédito.

[6] A terceirização, tal como pudemos observar na realidade objetiva dos trabalhadores terceirizados da CEMIG, aumenta a espoliação do trabalho vivo, diminuindo radicalmente o pagamento do tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, ao diminuir o pagamento do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho. Processo explícito na fala de “seu” Raul, mas também, como apontaremos posteriormente, na enorme discrepância dos salários e benefícios entre trabalhadores diretos e terceirizados.

Esta situação narrada por “seu” Raul, ocasião não rara, mas sim bastante comum no dia a dia muitas vezes invisível dos trabalhadores terceirizados, corrobora com a análise que Antunes e Druck (2014) fazem no capítulo “A epidemia da terceirização” [7], do livro Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III, ao dizer que:

> Nesse campo - da organização do trabalho evidencia-se através da terceirização, condições de trabalho e salário que definem trabalhadores de primeira e segunda categorias, como porta para o trabalho análogo ao escravo [...] as diferenças entre uns e outros se explicitam no tipo de treinamento, que em geral é menor para os terceirizados, no acesso limitado às instalações da empresa (como refeitórios e vestiários), nas revistas na entrada e na saída da empresa, nas jornadas mais extensas, na intensificação do trabalho, na maior rotatividade, nos salários menores, nas mais arriscadas condições de (in)segurança, entre outras coisas. (Antunes; Druck, pag. 17, 2014).

O retorno ao trabalho não tarda muito. Alguns minutos após a refeição, uma passada rápida no jornal do dia que traziam consigo na cabine do caminhão, e os trabalhadores retornam ao posto de trabalho, à cabine do carro. Nosso entrevistado não esconde e deixa transparecer que a dor nas costas e o cansaço de vários anos de trabalho duro já fazem parte dessa rotina diária e pesada de trabalho. Extenuado e maldizendo a idade, na opinião dele já bastante avançada, “seu” Raul segue com o seu parceiro para o próximo compromisso que a central de comando lhes enviara.

O cansaço apontado pelo nosso entrevistado neste dia em que nós o acompanhávamos não parece ser uma realidade isolada dentro do quadro de trabalhadores terceirizados da Cemig. Existem vários outros casos de trabalhadores com idade um pouco mais avançada que se submetem a exaustivas jornadas de trabalho em busca da sobrevivência e do sustento da família.

É o caso do também eletricista de linhas e redes Antônio Pereira, de 68 anos, trabalhador terceirizado da Cemig, morador da cidade de Belo Horizonte. Nascido e criado na capital ele trabalha há cinco anos como eletricista contratado por uma empreiteira terceirizada da Cemig e também reclama de cansaço e exaustão por

[7] In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. Boitempo, 2014.

causa do trabalho duro e da longa jornada. O senhor Antônio relata que, apesar de já receber uma aposentadoria por tempo de contribuição, não pode deixar de trabalhar, caso contrário não conseguiria manter a sua casa onde reside com a esposa, dois filhos e dois netos. “Lá em casa eu sou o responsável pelo sustento, tem muitas bocas para comer, não posso viver uma vida de aposentado que recebe salário mínimo”, reclama o eletricista. O nosso entrevistado afirma que não é o único maior de 65 anos que trabalha na empresa, no entanto afirma ser o mais velho do seu setor.

Apesar de ter apenas 48 anos, idade nem tão avançada assim, mas com uma vida sempre dedicada ao trabalho, sem muito tempo de se cuidar, “seu” Raul aparenta um cansaço em seu rosto, visível também em outros trabalhadores que pudemos encontrar ao longo da nossa pesquisa, mas que não tivemos a oportunidade de entrevistar ou conversar. Não obstante a tudo isto “seu Raul” demonstra garra. Ele já está no oitavo atendimento da sua jornada. O serviço de agora é algo mais complicado, perigoso, é necessário bastante cuidado e atenção para que não ocorra nenhum tipo de incidente, ou pior, algum acidente. O eletricista precisa estar atento e realizar todos os protocolos de segurança antes de iniciar o reparo. Aparentemente, existe um problema no transformador de energia e ele terá que subir até o alto do poste para verificar o que aconteceu. A preocupação do “seu” Raul e toda esta minuciosidade faz bastante sentido. De acordo com um estudo do ano de 2010 realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) [8], a taxa de mortalidade em acidentes no setor elétrico brasileiro foi 3,21 vezes maior entre a força de trabalho terceirizada do que entre os trabalhadores do quadro próprio das concessionárias de energia elétrica. A relação entre terceirização e o maior número de acidentes fatais no setor é tema de estudos e apontamentos há bastante tempo no DIEESE.

> Em 2008, a taxa de mortalidade da força de trabalho do setor elétrico foi de 32,9 mortes por grupo de 100 mil trabalhadores. Naquele ano, a análise segmentada da força de trabalho

[8] Estudos e Pesquisa Nº 50 – Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro, DIEESE, Março de 2010. Disponível em: http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2010/estPesq50TercerizacaoEletrico.pdf. Acesso em 15 de maio de 2012.

> revelou uma taxa de mortalidade 3,21 vezes superior entre os trabalhadores terceirizados em relação ao verificado para o quadro próprio. A taxa ficou em 47,5 para os terceirizados contra 14,8 para os trabalhadores do quadro próprio das empresas. (DIESSE, pag. 14, 2010).

Ainda de acordo com esta pesquisa do DIEESE (2010), no ano de 2008 existiam cerca de 227,8 mil trabalhadores no setor elétrico brasileiro, dos quais 126,3 mil eram terceirizados. Estes números indicam que a maior parte do setor, ou seja, 55,5% da força de trabalho é composta por trabalhadores terceirizados. No próximo tópico deste capítulo adentraremos com mais detalhes neste triste universo de acidentes e mortes no setor elétrico brasileiro e na Cemig.

Já são 17h23 da tarde, o trânsito da cidade começa a ficar mais carregado, boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras da região metropolitana de Belo Horizonte já se movimentam na volta para casa. Partimos então para a última ordem de serviço que o “seu” Raul cumprirá no dia. Após vinte minutos percorrendo ruas e avenidas, chegamos ao local indicado pelo equipamento eletrônico do caminhão. Mais uma queda de energia sem motivo aparente deixa sem luz dezenas de famílias do bairro Vila Cemig, região do Barreiro, em Belo Horizonte. Refletindo sobre as coincidências do destino, acompanhamos cansados a última tarefa que o “seu” Raul terá que cumprir no dia, logo no local cujo nome faz homenagem a uma subestação (local onde se distribui a energia elétrica vinda das estações de energia para as residências e comércios) da Cemig existente no local.

Problema resolvido, “seu” Raul retira o capacete e parece relaxar. Mais um dia de serviço se encerra, é hora de deixar os equipamentos de trabalho e o carro na sede da empresa, é o fim do expediente. O senhor de 48 anos que foi acompanhado durante todo o dia por um pesquisador e um sindicalista interessados em entender e conhecer o cotidiano de um trabalhador terceirizado de uma das maiores empresas de Minas Gerais conclui a sua dura jornada de trabalho agradecendo a deus por mais um dia vencido. Agora é hora de voltar para casa. O crepúsculo se apresenta no horizonte, já passa das 18h e o sol não mais pode ser visto senão pelos raios restantes após o ocaso primaveril.

Mais uma vez atravessamos os 25 quilômetros que separam o bairro Justinópolis, em Ribeirão das Neves, do bairro Cidade Industrial, em Contagem,

levando o “seu” Raul de volta para casa e também trazendo conosco no peito e na mente todas as nossas lembranças e reflexões que ainda permeariam por muito tempo a nossa meditação sociológica sobre aquele dia em que convivemos e aprendemos bastante com mais um trabalhador que anonimamente sobrevive e reproduz a vida como pode, entre o suor, a precariedade laboral e a esperança.

1.2 Insegurança e morte no dia a dia dos trabalhadores terceirizados da Cemig.

Marcos Antônio de Paula tinha apenas 23 anos e muitos sonhos em mente: cursar faculdade de engenharia da computação, aprender a dirigir e comprar um carro, se casar com a namorada com quem já estava há quatro anos, dentre outros tantos planos e desejos comuns a qualquer pessoa dessa idade. No entanto a vida de Marcos foi bruscamente interrompida por um choque de 13.800 volts, no ano de 2006, é o que relembra a irmã do eletricista de linhas e redes Valéria Mendes de Paula. Feliz com o emprego que arranjara em uma empreiteira terceirizada da Cemig, Marcos era dedicado e dizia gostar do trabalho que realizava. “Ele estava juntando dinheiro para conseguir pagar um bom cursinho para estudar e poder entrar na universidade pública”, comenta Valéria (2012), sem aceitar o trágico destino do irmão. Após o ocorrido a empresa em que ele trabalhava não se responsabilizou pelo acidente, nem por dar nenhum suporte ou assistência aos familiares da vítima, fato este que descobrimos ser recorrente durante as entrevistas e a pesquisa documental que fizemos para elaboração desta dissertação. As hipóteses surgidas durante a pesquisa são também confirmadas por um trabalhador que já passou por três empreiteiras terceirizadas da Cemig. “É algo muito comum, sempre que acontece algum acidente, alguém de alguma firma terceirizada se acidenta ou adoece, a Cemig lava as mãos, finge que não é com ela”, (Elias Oliveira, leiturista[9], 32).

A direção do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletro-MG também acusa a Cemig de se eximir

[9] Leiturista é o profissional designado para fazer a leitura do consumo de energia elétrica em determinada residência, ou empresa, a partir dos dados fornecidos pelo padrão de energia elétrica instalado no local.

de qualquer responsabilidade com os problemas ocorridos com empresas terceirizadas, além de desrespeitar os direitos constitucionais dos trabalhadores.

> Não é atoa que o sindicato sempre defendeu o fim das terceirizações. Além de pagarem baixos salários e super explorar os trabalhadores, as empreiteiras ainda descumprem a legislação trabalhista e não garantem uma política de saúde e segurança que preserve a vida dos empregados. (Jornal Chave Geral, 2011).

A triste história de Marcos Antônio é apenas mais uma dentre tantas outras tragédias que cotidianamente circundam a vida de um trabalhador terceirizado da Cemig. Entre mutilações e mortes, o índice de acidentes com trabalhadores terceirizados é alarmante em todo o setor elétrico. Segundo o representante dos trabalhadores na Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica do Ministério do Trabalho e Emprego (CPNSEE/MTE), o engenheiro Aguinaldo Almeida, os trabalhadores terceirizados trabalham em desigualdade de condições dos demais trabalhadores contratados diretamente pelas empresas:

> Os trabalhadores terceirizados estão mais expostos aos acidentes graves e fatais por vários fatores. Predomina o processo de terceirização selvagem, em que a prioridade é a manutenção do sistema, sem as mesmas condições de trabalho dos profissionais próprios. A maioria dos terceirizados não tem qualificação apropriada, recebe salários medíocres e trabalha 10 ou 12 horas diárias para ganhar horas extras. As condições de trabalho são precárias, com equipamentos adquiridos considerando prioritariamente o custo e não a qualidade e o bem-estar dos trabalhadores. Esses profissionais recebem treinamentos de NR-10[10] muito fracos, apenas para atender a legislação quanto à comprovação por meio de um certificado, participando inclusive de cursos à distância, não atendendo o objetivo previsto pela Norma. (ALMEIDA, pag. 38, fev.2010).

[10] NR-10 é a Norma Regulamentadora que trata da segurança em instalações e serviços em eletricidade. De acordo com a atualização feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2004, da portaria que criou a NR-10, em 1978, “esta Norma Regulamentadora – NR estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade”. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2004).

O Setor elétrico brasileiro apresenta uma alta taxa de mortalidade, conforme já citamos no item anterior. Dados da Fundação Coge[11], contabilizados a partir de 1999, confirmam que as relações de trabalho precarizadas, a qualificação técnica mal feita e defasada, equipamentos de segurança de pior qualidade, pior remuneração, dentre tantas outras formas de deterioração das relações de trabalho e flexibilização, contribuem para o aumento dos índices de acidentes e mortalidade. No começo da década de 2000, mais precisamente no ano de 2002, uma família sofreu na pele os efeitos deste processo de terceirização que se iniciou de forma massiva na Cemig a partir da segunda metade dos anos 1990.

Morador de São Joaquim de Bicas, região metropolitana de Belo Horizonte, o eletricista de linhas e redes João de Deus saiu de casa pela manhã do dia 28 de outubro com destino ao seu trabalho em mais uma empresa terceirizada da Cemig. Se despedindo de seus dois filhos e de sua esposa pela última vez, João não poderia imaginar que jamais voltaria para casa. Ele estava habituado ao tipo de trabalho, já havia sido contratado em várias empreiteiras que prestavam serviço para a Cemig. Na tarde daquele dia, quando fazia a substituição de uma cruzeta em uma linha de média tensão que fica entre uma subestação de energia em uma região rural e o perímetro urbano, o circuito elétrico foi religado com o eletricista ainda em trabalho, em cima da fiação. Sem que ele pudesse ter nenhuma chance, João foi eletrocutado e não conseguiu escapar com vida do local. Ao relembrar o dia da tragédia em sua família, a viúva de João, Maria Murta, não aceita a tentativa da empresa em responsabilizar a vítima pelo ocorrido. Ela responsabiliza a negligência da empresa pelo acidente que tirou a vida do pai dos seus filhos: “eu confiava na capacidade de meu marido, que trabalhava como eletricista há nove anos. Ele sempre foi muito cuidadoso e sofria muito quando um colega era vítima de acidente” (Maria Murta, 2011).

Muitas dessas histórias de sofrimento, morte e dor dos trabalhadores e seus familiares que de algum modo sofreram com as infinitas consequências do processo de terceirização na Cemig nunca foram publicizadas ou denunciadas. São intermináveis; a história da terceirização na Cemig é um espectro sombrio de muitas

[11] É importante destacar que a Fundação Coge é uma empresa ligada às empresas do setor elétrico brasileiro que reúne dados e informações sobre o setor.

dores, mutilações e mortes. A penumbra que esconde estes casos e barbaridades é muito mais densa do que supúnhamos no inicio da pesquisa e difícil de ser quantificada. Há um esforço de vários setores da sociedade em saber ao certo o número de trabalhadores terceirizados no setor, quantos acidentes acontecem de fato no setor elétrico brasileiro, contagens e recontagens, enfim, uma busca que tenta compreender os múltiplos fatores que compõem este fenômeno. No exemplo específico da Cemig tentamos relacionar e acompanhar historicamente o desenvolvimento do processo de terceirização, a "riqueza e miséria do trabalho" que se pode apreender ao analisar as relações de trabalho e o processo produtivo de uma empresa tão grande, lucrativa e importante, pertencente a um setor estratégico da economia brasileira. Seguindo algumas pistas para o desenvolvimento deste trabalho, concordamos com Marcelino (2002) quando ela afirma que:

> A terceirização é um dos mecanismos principais dessa precarização, tanto pela extensão com que tem sido adotada, quanto pela sua eficiência em garantir os níveis de produtividade e lucratividade das empresas. Embora já existisse em alguma medida, é com o padrão flexível de produção, em especial com o toyotismo, que ele passa a ser um dos elementos centrais da nova organização industrial, congregando um número crescente de trabalhadores e tornando-se um desafio de compreensão e organização (Marcelino, pag. 187, 2002).

Seguindo neste sentido, podemos visualizar o assunto tratado neste tópico em uma série histórica na tabela a seguir. A partir de estudos publicados pelo DIEESE (2010; 2011), tendo como fonte de dados principalmente a Fundação Coge e os sindicatos de trabalhadores do setor, elaboramos uma tabela que apresenta o número de mortes no setor elétrico brasileiro desde o ano de 1999 até 2010. A tabela nos permite visualizar em qual relação de trabalho juridicamente estes trabalhadores se encontravam; se eram força de trabalho contratada diretamente pela empresa principal, no caso a concessionária de energia, ou se eram contratados indiretamente por meio de alguma empreiteira terceirizada.

Antes cabe, porém, uma advertência.

Ainda que não se trate de uma tentativa de diferenciar a mortalidade de

trabalhadores a partir deste ou daquele estatuto jurídico, como se uma ou outra forma fosse menos ou mais valiosa quando se fala de vidas humanas, ou se aceitássemos que se “morra menos” pessoas de uma forma em detrimento da outra, é válido destacar: este trabalho se propõe a criticar, sobretudo, a morte ocasionada pelo trabalho no capitalismo contemporâneo. Seja em qual forma de contratação ou ramo de atividade for. No entanto, com a finalidade de analisar o nosso objeto de estudo de forma comparativa com um paralelo que coexiste ao mesmo tempo na empresa Cemig, apresentaremos as próximas duas tabelas.

1.2.1 Informações sobre o número de mortes no setor elétrico brasileiro para o período entre 1999 e 2010.

Tabela 1 – Número de Mortes por Acidente de Trabalho no Setor Elétrico Brasileiro

Ano	Trabalhadores Próprios	Trabalhadores Terceirizados
1999	26	49
2000	15	49
2001	17	60
2002	23	55
2003	14	66
2004	9	52
2005	18	57
2006	19	74
2007	12	59
2008	15	60
2009	4	63
2010	7	72

Fonte: DIEESE, 2011. Elaboração: Igor Figueiredo/Jobert Fernando

Ao analisar os dados que a “Tabela 1 – Número de Mortes por Acidente de Trabalho no Setor Elétrico Brasileiro” nos fornece, podemos verificar alguns movimentos distintos entre a coluna que diz respeito à série histórica dos trabalhadores do quadro próprio e àquela que retrata os trabalhadores terceirizados. Podemos notar que entre os contratados diretamente pelas empresas, sem a intermediação de uma empresa interposta, houve um aumento significativo na segurança e diminuição de vítimas; no entanto, entre os trabalhadores que não são

do quadro próprio das concessionárias os números subiram bastante durante os anos da série histórica apresentada. Podemos, então, concluir que houve uma alarmante piora da segurança no trabalho, ao mesmo tempo em que o número de trabalhadores terceirizados foi aumentando com o passar dos anos, conforme detalharemos melhor no próximo capítulo.

Durante o ano de 1999 vinte e seis eletricitários contratados diretamente pelas empresas perderam a vida; já entre a força de trabalho terceirizada aconteceram quarenta e nove perdas. Um dado que chama a atenção é que no ano de 2006 a morte entre os terceirizados chegou ao espantoso número de setenta e quatro falecimentos.

Continuando a nossa análise, podemos verificar que após 13 anos, no ano de 2010, os números indicam que sete funcionários não terceirizados morreram, uma redução importante de pouco mais de 73% no número de mortos no universo de trabalhadores contratados diretamente. Já entre os terceirizados, setenta e duas pessoas chegaram a óbito por causa de acidentes de trabalho neste mesmo ano. Uma discrepância tremenda se compararmos os dois dados. Enquanto houve uma redução significativa em número de acidentes fatais para a força de trabalho do quadro próprio, a mortalidade, em números absolutos, aumentou para os terceirizados. Houve um aumento de 46,9% no número de acidentes fatais com estes trabalhadores em pouco mais de uma década, se pegarmos para efeito de comparação o primeiro e o último ano da série.

A situação é ainda mais bárbara se fizermos as contas quanto às médias de acidentes. Para termos uma noção da expressividade desses números no Brasil, se confrontarmos o número de acidentes fatais do setor elétrico brasileiro com o de outros países, como os Estados Unidos, Alemanha e França – países de capitalismo central -, de acordo com a OIT (2012)[12] e Silva (2013)[13], durante o período de 2005 à 2008, por exemplo, a média anual brasileira de acidentes no setor é significativamente superior. De acordo com o que demonstra Silva (2013, pag. 3), a média de mortes por acidentes de trabalho no setor elétrico dos “EUA, Alemanha e França foram respectivamente, trinta e oito, seis e dois. Já a média do mesmo

[12] Dados disponíveis em: <http://laborsta.ilo.org/data_topic_e.html>.

[13] Artigo completo sobre mortes no setor elétrico brasileiro disponível em: < http://www.estudosdotrabalho.org/RRET12_2.pdf>.

período para o Brasil foi de setenta e oito óbitos por ano". Uma diferença consideravelmente grande quando se fala em vida de pessoas.

Se para os dados do Brasil, para o mesmo período compreendido entre 2005-2008, diferenciarmos ainda os trabalhadores contabilizados no quadro próprio das empresas de energia elétrica, da força de trabalho considerada terceirizada, chegaremos às respectivas médias de 16 e 62,5 mortes por ano. Uma taxa de mortalidade[14] (3,9) quase quatro vezes maior para os terceirizados neste período. Porém, se avançarmos um pouco mais na nossa análise e averiguarmos a diferença entre as taxas de mortalidade verificadas no período citado no exemplo acima e todo o período compreendido na nossa série histórica (1999-2010), concluiremos que não há nenhuma mudança significativa; a diferença entre as taxas de mortalidade se mantêm aproximadas, permanecendo próximo de quatro vezes maior para os trabalhadores terceirizados durante todo o período da série. Ou seja, mesmo o número de trabalhadores terceirizados tendo aumentado significativamente em números absolutos entre 1999 e 2010 – conforme provaremos a seguir, no próximo capítulo -, a média se manteve a mesma. Não houve nenhuma melhora e mais trabalhadores morreram em números absolutos.

A frieza matemática que estes números e dados nacionais do setor elétrico parecem transmitir não consegue, de fato, demonstrar com a mesma profundidade e objetividade a dor e a tristeza, vividas na pele e guardadas até hoje em um olhar opaco, que a senhora Margarida de Oliveira Bassoli transmite ao relembrar do marido, Rodrigo Ferreira Bassoli, eletricitário terceirizado morto aos quarenta e três anos em um acidente de trabalho na cidade de Cariacica, no Espírito Santo. Ele era contratado de uma empreiteira terceirizada que prestava serviço para a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A (Escelsa), companhia energética concessionária do serviço de fornecimento de energia elétrica daquele estado. O ano era 2007 e Rodrigo trabalhava no turno da noite quando uma ordem de serviço lhe foi dada. Ele e outro eletricitário deveriam sair da empresa e averiguar o que aconteceu em determinada rua daquela cidade que fez com que a força elétrica tivesse sido

[14] Cabe destacar que, para efeitos de realização deste trabalho, utilizamos a definição conceitual do DIEESE sobre taxa de mortalidade:

"A taxa de mortalidade é um indicador estatístico que estabelece relação entre determinada população e os óbitos ocorridos neste conjunto de indivíduos, anulando a influência exercida pelo tamanho do grupo.", (DIESSE, pag. 12, 2010).

cortada há algumas horas. Os dois partiram para o local destinado na tentativa de resolver uma solicitação reclamada pela população por meio do telefone de atendimento ao cliente. Durante a execução da tarefa, quando estava em cima de uma escada, o braço esquerdo de Rodrigo chocou-se contra um fio de alta tensão causando-lhe uma enorme descarga elétrica. O trabalhador foi hospitalizado e após três dias internado em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) o eletricista não resistiu e morreu.

> Ele tinha bastante experiência com eletricidade (...). Já havia trabalhado em outras várias empresas que prestavam serviço para Escelsa. Eu não sei o que aconteceu, mas confio que o meu marido sabia se cuidar. As empresas tem mania de sempre falar que o acidente foi culpa do trabalhador quando acontece alguma morte, só porque eles não podem mais se defender. Mas porque então tanta gente ainda morre? Eles não fazem nada por nós. Só pensam no deles, no dinheiro que vai para eles. Depois que o meu marido morreu foram só os amigos dele que me ajudaram, ninguém da empresa nunca apareceu para oferecer nada nem para mim ou para o meu filho. (Margarida Bassoli, esposa de eletricitário morto em acidente de trabalho).

O relato contundente da senhora Margarida, que após a morte do marido veio morar em Minas Gerais para poder ficar mais próxima da família e menos desamparada, nos leva a reflexões de que, aparentemente, as realidades encontradas no nosso estudo de caso sobre o trabalho terceirizado na Cemig não parecem ser muito diferentes de outras situações de trabalho terceirizado em concessionárias do setor de eletricidade no restante do Brasil. A literatura e os estudos de caso sobre o tema nos permitem fazer aproximações relevantes de situações e dinâmicas muito parecidas que ocorrem em vários estados e regiões do país. Os processos massivos de terceirização na Cemig, em Minas Gerais; o da Coelba, na Bahia; o da Escelsa no estado do Espirito Santo; Enersul no Mato Grosso do Sul; CEEE no Rio Grande do Sul, e em várias outras espalhadas pelo Brasil, tem uma gênese e desenvolvimento, pelo menos em seus aspectos mais gerais, muito parecidos. Sigamos buscando entender os pormenores do processo de terceirização na Cemig.

1.2.2 Números de acidentes fatais na Companhia Energética de Minas Gerais de 1999 a 2013.

A busca por informações sobre acidentes de trabalho em empresas terceirizadas da Cemig sempre foi um trabalho extremamente difícil e que demanda um enorme espírito investigativo. Há que se buscar informações de várias fontes, de forma minuciosa, contar com a ajuda, denúncia e colaboração de várias pessoas, entidades e instituições; trabalhadores (do quadro de contratados diretamente pela Cemig e também dos próprios terceirizados), sindicatos e sindicalistas de várias categorias e poder público: auditores fiscais do trabalho, delegacias e delegados do trabalho, etc.

Além disso, é sempre necessário e importante investigar pistas e suspeitas, por menores que elas sejam, que levem a alguma informação sobre um acidente ocorrido em alguma cidade ou região do estado de Minas Gerais. Estar também atento a algum afastamento do trabalho suspeito que muitas vezes pode passar despercebido, sem que se faça uma ligação direta com o trabalho que aquela pessoa afastada realizava. Com todo esse esforço e dificuldade o Sindieletro-MG elaborou e mantém atualizada uma lista que desde 1999 (acompanhamos esta lista até 2013) contabiliza o número de acidentes fatais ocorridos na Cemig e em suas empresas terceirizadas; empresas estas que ninguém sabe ao certo dizer quantas são atualmente. Este trabalho de averiguação permanente acaba se tornando ainda mais difícil porque muitas vezes as empresas terceirizadas escondem ou não notificam aos órgãos competentes sobre algum acidente acontecido com um de seus funcionários. O jornal Chave Geral, edição 190, de março de 2000 noticiou um desses casos. De acordo com o semanário produzido pelo Sindieletro-MG, a empreiteira Extel escondeu um acidente que vitimou um eletricitário contratado por ela e acabou sendo punida pela Cemig com a suspensão do contrato de atividades, após pressão do sindicato e dos trabalhadores.

> A suspensão, desde fevereiro, ocorreu depois que o sindicato denunciou (no Jornal Chave Geral 180) o acidente com o eletricista Luciano Soares de Oliveira. O empregado da Extel foi vítima de um choque elétrico quando trocava o suporte de cruzeta numa linha alimentadora da zona rural de Sete Lagoas,

> a serviço da Cemig. Ele queimou as mãos ao tocar na rede sem saber que estava energizada e não teve socorro imediato, tendo inclusive que descer sozinho do poste. (Chave Geral, pag. 4, 2000).

Esconder um acidente seja ele fatal ou não é, de fato, uma tarefa mais complicada de se fazer, no entanto, não se pode afirmar que não existam mortes não notificadas neste universo tão grande e nebuloso que é o da terceirização da força de trabalho na Cemig. Logo abaixo apresentaremos na Tabela 2 deste capítulo todas as mortes notificadas durante o período supracitado e contabilizadas pelo Sindieletro-MG.

Tabela 2 - Acidentes Fatais – Trabalhadores Eletricitários – Minas Gerais

ANO	Eletricitários a serviço da CEMIG		
	CEMIG	Empreiteiras	Obra Part.
2013	2	2	0
2012	0	3	1
2011	0	8	-
2010	0	7	-
2009	1	5	
2008	1	8	
2007	1	8	
2006	2	10	
2005	4	8	
2004	0	5	
2003	0	6	
2002	1	6	
2001	3	4	
2000	3	3	
1999	5	5	
TOTAL	**23**	**88**	**01**

Fontes: Números apresentados pela Cemig - Relatório Anual de Acidentes de Trabalho – 1999/2011 e Informações das Regionais do– Jornal Chave geral.
Elaboração: SINDIELETRO/MG. Edição: Igor Figueiredo.

Nesta tabela, podemos visualizar o número de acidentes de trabalho fatais ocorridos na Cemig[15] entre os anos de 1999 e 2013. Para efeito de entendimento sobre os dados que a tabela acima apresenta, é necessário explicar que optamos

[15] Para mais informações sobre todas as vítimas de acidentes fatais na Cemig durante o período de 1999 a 2013 consulte o anexo 1.

por apresentar todos os números sobre acidentes fatais ocorridos na Companhia Energética de Minas Gerais, seja de trabalhadores do quadro próprio, seja de força de trabalho terceirizada. Na tabela o subtítulo “Cemig” significa que os trabalhadores ali relacionados eram do quadro próprio da empresa e o subtítulo “Empreiteiras” significa que todos os dados abaixo deste subtítulo se referem à força de trabalho terceirizada. Existe ainda o subtítulo “Obra Part.” Nele está relacionado um único dado, referente ao ano de 2012, quando um trabalhador de uma empresa externa estava realizando um trabalho em uma obra para a Cemig e sofreu um acidente de trabalho que o levou a falecer.

Partindo para a análise dos dados, quando do início da contabilização de óbitos na Cemig percebemos que o número de mortes entre os trabalhadores terceirizados e do quadro próprio já foi bem parecida. Em 1999, ano de início da contagem, tanto nas empreiteiras quanto dentre os trabalhadores contratados diretamente foram registradas cinco mortes em cada uma das formas de contratação.

No entanto se formos observar os números pouco mais de uma década depois do início da contabilização dos acidentes fatais veremos grandes diferenças entre as duas formas de contratação de eletricitários. Em 2010, 2011 e 2012 não foi registrada nenhuma morte no quadro de trabalhadores próprios da Cemig. Mas no mesmo período, entre os trabalhadores terceirizados, foram registradas sete, oito e três mortes, respectivamente. De 1999 a 2013 foram registradas vinte e três mortes entre os trabalhadores do quadro próprio da Cemig, já dentre os terceirizados o número chegou a oitenta e oito falecimentos. Podemos assim dizer que entre os terceirizados, neste período apresentado na tabela, faleceram 3,8 vezes mais trabalhadores terceirizados desta forma de contratação do que da outra.

Com relação a esta situação o DIEESE argumenta que:

> Com relação à terceirização no setor elétrico, ela se acentuou ao longo da década de 1990 num contexto de redefinição do modelo setorial e forte transferência (privatização) do controle acionário das empresas do setor público para o privado. A lógica de atuação privada, centrada no lucro, e o forte estímulo regulatório para redução de custos, sem uma legislação eficaz que impusesse limites, foram fatores preponderantes para se chegar à situação atual, na qual mais da metade da força de trabalho não está empregada nas empresas detentoras da

> concessão para exploração da atividade. (DIEESE, pag. 2; 3. 2010).

De fato, a inversão da relação entre número de trabalhadores contratados versus trabalhadores terceirizados, ocorrida ao longo do fim dos anos 1990/primeira década dos anos 2000, explica em certa medida o aumento de mortes de trabalhadores terceirizados na Cemig. No próximo capítulo demonstraremos em números como se deu essa inversão na relação de número de trabalhadores contratados versus trabalhadores terceirizados, tanto no cenário nacional do setor elétrico, como na realidade específica da Cemig.

Como último ponto relevante que podemos destacar na tabela acima, o ano de 2013 se mostrou atípico tanto em uma, como em outra coluna. Por um lado, dentre os trabalhadores contratados diretamente pela empresa a mortalidade foi alta e voltou a subir, com duas mortes registradas. Desde o ano de 2006, ou seja, já fazia sete anos, que não se registrava mais do que uma morte por ano na companhia energética de Minas Gerais. Por outro lado, agora falando do universo dos trabalhadores terceirizados, o ano de 2013 foi o ano em que se registraram menos mortes desde que a série histórica começou a existir. Neste ano dois trabalhadores de empreiteiras perderam a vida a serviço da Cemig.

1.2.3 Uma legião de mutilados.

Alguns dos eletricitários que sofrem acidentes graves durante o trabalho acabam escapando por pouco da morte. No entanto, dependendo da gravidade do acidente, eles podem ficar mutilados ou inválidos, em sua grande maioria. Para a médica do trabalho Ana Lúcia Murta, que trabalhou por vários anos no setor elétrico, a argumentação das empresas, que em muitos casos tentam colocar a culpa pelo acidente no trabalhador, é só mais uma estratégia da Cemig e das empreiteiras para tentar se eximir da culpa pelo problema que é a terceirização do trabalho na concessionária:

> Os acidentes têm história. Não vêm do nada, não acontecem

> por acaso, não é destino. O acidente tem princípio, meio e fim, é socialmente determinado, tem um impacto social, jurídico e médico. Ele está relacionado com a organização do trabalho, com a gestão. A forma como uma empresa determina como vai gerir seu trabalho determina como o acidente acontece. (...). Ninguém quer morrer aos 23 anos, ou perder perna, braço, sustentar quatro filhos com uma miséria de pensão de benefício por invalidez do INSS. É muito cruel e perverso achar que as pessoas vão morrer e vão perder membros porque são irresponsáveis, inconsequentes. Há uma história cultural e organizacional que não é levada em consideração. (Ana Murta, Brasil de Fato, 2013.).

Um dos casos mais emblemáticos de acidente que ocasionou mutilação em trabalhador de empreiteiras a serviço da Cemig é o caso do ex-eletricitário Milton Marcelino. Ele sofreu um acidente de trabalho em que perdeu as duas pernas e um braço, no ano de 1990, quando a terceirização na Cemig ainda era pontual. Em reportagem publicada pelo jornal Brasil de Fato em dois de abril de 2012, edição online, Milton contou como foi o seu acidente à jornalista Joana Tavares. De acordo com a publicação, Milton ainda era bastante jovem quando sofreu o acidente.

> Milton Ribeiro Marcelino tinha 23 anos quando trabalhava para a Contemporânea Engenharia, empresa contratada pela Cemig, em Vespasiano, região metropolitana de Belo Horizonte. Estava trabalhando na substituição em um poste quando tomou um choque elétrico em uma linha de alta tensão. Perdeu as duas pernas e o braço esquerdo. Ele conta que a empresa para a qual trabalhava não lhe ofereceu nenhuma assistência. Até sua primeira cadeira de rodas foi comprada por uma vaquinha realizada pelo sindicato, que o apoiou desde o início. (Jornal Brasil de Fato, edição online, 2012).

O eletricitário conta que não era desatento com a sua segurança e que, inclusive, chegou a avisar para os seus encarregados na empreiteira que necessitava de substituição de alguns EPIS (equipamentos de segurança individual) que já estavam bastantes gastos, mas a solicitação foi negada pelo pessoal da empresa.

> No dia que eu sofri acidente eu pedi para trocar minha botina.

> A botina que eu estava usando era eu quem tinha comprado. A luva que eu estava usando, eu pedi para trocar. No almoxarifado, eles falaram que dava para usar a luva mais uns 15 dias ainda. E ela estava toda furada. (Milton Marcelino, ANP, 2012).

Atualmente Milton milita contra a terceirização na Cemig e está sempre participando de atividades e eventos promovidos pelo Sindieletro e outras entidades que lutam contra a terceirização. A vida do trabalhador foi para sempre alterada após o acidente. Ele lembra que o seu caso é emblemático para a história da terceirização na Cemig, já que o acidente ocorrido com ele foi um dos primeiros registrados em empreiteiras contratadas pela Cemig para a realização de serviços de atividades-fim, ainda em um momento onde este tipo de terceirização ainda não acontecia na Cemig de forma tão grande como a partir do ano de 1995. É uma espécie de mutilação que ocorre em várias dimensões da vida. A incapacidade objetiva para o trabalho e a mutilação moral e de autoestima são consequências irreparáveis que também ocorrem com estes trabalhadores vitimados pela terceirização.

Este é o caso de um jovem trabalhador chamado Douglas Cardoso, morador do bairro Venda Nova, na cidade de Belo Horizonte. Ele estava contratado por uma empreiteira para realizar as funções de eletricitário de linhas e redes faziam apenas sete meses. Com apenas 19 anos na época e pouca experiência e tempo de serviço no seu primeiro trabalho, ele sofreu um acidente gravíssimo quando executava um reparo na rede de alta tensão, em maio de 2008. “Aquele dia está até hoje em minha cabeça. Eu sempre sonho com o acidente”, relembra Douglas. O jovem eletricitário foi eletrocutado quando um fio de energia que deveria estar desligado para a realização do reparo esbarrou-se em sua perna, causando-lhe queimaduras de terceiro grau em várias partes das pernas e coxas, além de mutilação genital e amputação da perna esquerda na altura da virilha. Além disso, devido à intensidade do choque, o trabalhador sofreu uma parada cardíaca e ficou internado por vários dias em estado grave de saúde.

> Eu achei que tinha morrido quando levei o choque. Eu não vi quando minha perna encostou no fio, eu estava olhando para outro lado, e só senti o impacto da energia me mandando para

> longe, só não caí da escada por que estava com o cinto de segurança. Depois disso não me lembro de mais nada, só fique sabendo depois que algumas pessoas me socorreram e fui parar no hospital de pronto socorro. Fiquei alguns dias em coma, sofrendo bastante. Os médicos amputaram minha perna e não consegui andar durante um bom tempo. Sofri também queimaduras e mutilações definitivas na região genital. Até hoje ninguém da empresa quis saber do meu caso. Não recebi nenhuma indenização por ter sofrido o acidente. (Douglas Cardoso, 23 anos, eletricitário de linhas e redes)

Não existe uma contabilidade oficial sobre o número de eletricitários mutilados ou que foram aposentados por invalidez. Até porque esta é uma contagem difícil, dada a forma pulverizada como é feita a contratação de empreiteiras por parte da Cemig e também, como já relatamos no item anterior, é uma prática recorrente de algumas empreiteiras omitirem a comunicação de acidentes de trabalho ocorrido com os seus funcionários.

1.3 A Juventude e o primeiro emprego precarizado.

Fábio Almeida dos Santos, 19 anos, acabou de se formar no ensino médio em uma escola pública da cidade de Santa Luzia, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como boa parte da juventude brasileira que conclui o ensino médio, geralmente entre os dezessete e vinte anos, Fábio não vai cursar, pelo menos imediatamente após se formar no antigo segundo grau, uma universidade. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) [16], apenas 15,29% da população brasileira entre 25 e 64 anos possui pelo menos um diploma de curso superior. De acordo com a mesma pesquisa, em outros países também em desenvolvimento, como Turquia (22,45%), México (25,14%) e Chile (22,48%), esses números passam da casa dos 20%. Na vizinha Colômbia, por exemplo, a taxa de portadores de diploma de ensino superior na mesma faixa etária

[16] (OCDE, 2013). Dados disponibilizados em http://data.oecd.org/fr/eduatt/diplomes-de-l-enseignement-superieur.htm#indicator-chart.

é de 26,02%.

Fábio parece aceitar o destino que lhe é imposto pela estrutura educacional brasileira e não sonha em concluir o terceiro grau. “Eu nunca pensei muito em um curso superior que gostaria de fazer; talvez engenharia civil, mas não sei, não tenho muita vontade no momento”. Ele diz que nunca gostou muito de estudar e que prefere falar sobre as suas experiências de trabalho de quando ainda era menor de idade. “Eu trabalhei como estagiário na prefeitura da minha cidade e também trabalhei dos dezesseis aos dezessete anos em uma empresa de telemarketing vendendo assinaturas de internet banda larga”, (Fábio Santos, 19). Após completar 18 anos, o jovem ficou por algum tempo desempregado e, depois de muita procura, fazer cursos de capacitação profissional, enviar currículos para diversas agências de emprego, lojas de comércio e indústrias, ele acabou conseguindo uma vaga de leiturista em uma empreiteira terceirizada da Cemig. Ele realiza o serviço de manutenção e leitura de relógios (padrões) de luz em residências.

Na empresa há oito meses, o eletricitário admite que este trabalho não era bem o que ele esperava para o seu primeiro emprego como adulto. Sem ter direito aos mesmos benefícios que os trabalhadores contratados diretamente pela Cemig – tais como vale alimentação, participação nos lucros e remuneração (PLR), convênio médico, maior estabilidade e garantia do emprego, dentre outros –, o jovem já é capaz de elaborar reflexões interessantes sobre a diferenciação entre trabalhadores que exercem a mesma função, trabalhando para a mesma empresa, mas que não têm os mesmos direitos. Fábio critica essa discriminação e fragmentação que a terceirização provoca entre os trabalhadores a partir da realidade em que se encontra:

> Estamos reivindicando equiparação com o salário dos funcionários da Cemig. Somos contratados como terceirizados, mas tratados como quinterizados. Só o ticket alimentação deles é quase o nosso salário líquido, é uma diferença muito grande. E a gente leva o nome da Cemig no peito, o consumidor abre a porta para a gente, vendo que é a Cemig. Não temos plano de carreira. Isso é um desabafo. (Fábio Santos, leiturista, 19).

Trabalhando de segunda a sexta, algumas vezes sendo obrigado a fazer hora extra, o leiturista trabalha em média 9 horas por dia. Fábio tem que percorrer vários

domicílios por dia realizando as leituras e manutenção, tudo isso dirigindo uma moto que a empresa fornece. Ele diz que já sofreu dois acidentes leves ao longo desses oito meses, ambos por consequência de ter que andar muito rápido no trânsito para dar conta de todo o trabalho do dia. De acordo com o trabalhador, após os acidentes ele está mais cauteloso e não "vai ser matar" para deixar o patrão ainda mais rico. Questionado se existem metas diárias ou mensais para o serviço, o jovem denunciou: "eles falam que não tem metas, mas eu já vi muita gente "rodando" (perdendo o emprego) porque estava visitando poucas casas por dia". Além disso, o jovem eletricitário diz que é muito comum os funcionários da empreiteira onde ele trabalha perderem o emprego com menos de um ano de casa, muitas vezes sem nenhuma motivação aparente.

O que o jovem nos relata a partir da sua observância do dia a dia na empresa terceirizada não é algo raro. Essa situação de alta rotatividade do trabalhador terceirizado é um fenômeno muito comum e já foi tema de estudo para o pesquisador e professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Márcio Pochmann. De acordo com Pochmann (2012) [17], esta situação pode levar os trabalhadores terceirizados a só poderem se aposentar por volta dos oitenta anos.

> Com mais 35 anos de contribuição [à Previdência], ele estará em condições de se aposentar a partir dos 51 anos de idade. Mas, no caso de um terceirizado, que não consegue contribuir por 12 meses, e, sim, por sete meses, será preciso 64 anos para poder contribuir 35 anos. Ou seja, ele só vai se aposentar aos 80 anos de idade", (Pochmann, EBC, 2012).

Além disso, o professor do Instituto de Economia da Unicamp também se referiu a alta rotatividade da terceirização como um fator que prejudica o sistema previdenciário brasileiro, contribuindo para o déficit da Previdência Social. "O problema é que estamos em um regime previdenciário onde, para alçar a aposentadoria, é preciso ter 35 anos de contribuição", (POCHMANN, EBC, 2102).

[17] Pesquisa: "Sindeepres, Trajetórias da Terceirização. Pesquisa inédita". Realizada por Márcio Pochmann em 2012.

Ainda de acordo com este estudo realizado por Pochman (2012) para o Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo (Sindeepres), a terceirização fez fortalecer o movimento dos trabalhadores entre várias empresas do Estado de São Paulo. No ano de 2010, por exemplo, o estado mais rico do país teve uma taxa de rotatividade dos trabalhadores terceirizados de 76,2%, expressivamente muito maior do que a dos trabalhadores que possuem ocupações não terceirizadas. Ainda de acordo com o trabalho realizado por Pochmann, na série histórica compreendida entre 2004 e 2010, a taxa de rotatividade dos trabalhadores não terceirizados passou de 32,9% para 36,1%; já na força de trabalho terceirizada o número no estado passou de 60,4% em 2004 para 63,6% no ano de 2010.

De acordo com o estudo realizado a pedido do Sindeepres, 5,3% dos empregados formalmente terceirizados perdem seu posto de trabalho no estado de São Paulo todos os meses. Enquanto isso, no Brasil a taxa de demissão mensal dos empregados que são contratados de forma indireta por alguma empresa chega a 4,1% dos empregos formais.

Um caso que ilustra bem esses números é o do eletricista Roberto Gonçalves de Souza, 39 anos; atualmente contratado para prestar serviços em uma empreiteira sediada em Betim, Região Metropolitana de Belo Horizonte, ele trabalha para a Cemig de forma indireta há dezoito anos. Roberto fala que já passou por sete empresas diferentes, algumas ele soube que eram dos mesmos donos das anteriores em que trabalhou, mas que, por algum motivo, acabaram falindo e reabrindo depois, em outras cidades, com outro Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). “Foi o meu primeiro emprego como “de maior” (sic)”, conta Roberto que nunca mais deixou de trabalhar como eletricista de linhas e redes. A vida laboral do eletricitário ao longo desses dezoito anos se resume a demissões e readmissões em empresas muito parecidas umas com as outras, seja pelo ramo de atividade, função para a qual ele é contratado ou ainda pela forma em que se demitem os funcionários ou declaram falência: “sempre querendo roubar o trabalhador”, (Roberto Souza, eletricista, 39).

1.4 Assédio moral como tática de dominação e isolamento dos trabalhadores

Clóvis Augusto Castro tem 21 anos e trabalha há cerca de dois anos em uma empresa que presta serviços para a Cemig. Ele é natural de Diamantina, vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Clóvis veio para a capital do estado em 2010, pensando em arrumar um trabalho e ingressar no ensino superior. Ele não desistiu deste projeto e ainda pensa em fazer a sua graduação. “Ainda não deu, mas eu quero muito fazer uma faculdade”. Ele pensa em fazer Administração. No entanto Clóvis não está muito satisfeito no seu trabalho atual. Ele é leiturista em uma empresa terceirizada que presta serviços para a Cemig. Por conta desta insatisfação ele está inseguro de prestar vestibular em uma universidade particular e depois não ter como pagar. Aos pouco, o leiturista vai ganhando a nossa confiança e vai narrando a sua história dentro da empreiteira, nos mostrando os motivos que lhe fizeram estar insatisfeito no trabalho.

De acordo com o pesquisador e psicólogo do trabalho alemão, Heinz Leymann, que estuda o tema do assédio moral, uma boa conceituação para o termo seria:

> Assédio moral é a deliberada degradação das condições de trabalho através do estabelecimento de comunicações não éticas (abusivas) que 6 se caracterizam pela repetição por longo tempo de duração de um comportamento hostil que um superior ou colega (s) desenvolve (m) contra um indivíduo que apresenta, como reação, um quadro de miséria física, psicológica e social duradoura. (Leymann, pág. 7, 2004).

Aos poucos fomos entendendo que os motivos de descontentamento do nosso entrevistado com o seu local de trabalho poderia ser facilmente conceituado como assédio moral. Vários pesquisadores acadêmicos, como por exemplo, Guimarães (2004); Heloani (2004) e Leymann (1984), e também doutrinadores do meio jurídico, como Nascimento (2004), veem se esforçando para caracterizar na prática e conceitualmente o binômio assédio moral e, assim, contribuir para o combate dessa prática no ambiente de trabalho. Para Nascimento, a conceituação

do assédio moral deve ser feita a partir de uma reflexão que parta dos seguintes pontos de interpretação:

> Um dos elementos essenciais para a caracterização do assédio moral no ambiente de trabalho é a reiteração da conduta ofensiva ou humilhante, uma vez que, sendo este fenômeno de natureza psicológica, não há de ser um ato esporádico capaz de trazer lesões psíquicas à vítima. Como bem esclarece o acórdão proferido no TRT da 17 ª Região, "a humilhação repetitiva e de longa duração interfere na vida do assediado de modo direto, comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais, ocasionando graves dano s à saúde física e mental, que podem evoluir para a incapacidade laborativa, desemprego ou mesmo a morte, constituindo um risco invisível, porém concreto, nas relações e condições de trabalho. (Nascimento, 2004 *apud* Guimarães, pag. 7, 2004).

Tendo como base estas referências, é possível concluir que o eletricitário sofre bastante com o assédio moral na empresa onde ele trabalha. Clóvis relutou em dizer os problemas que lhe faziam ficar depressivo e com a autoestima inferiorizada quando estava na empreiteira, mas, afinal, após se sentir mais à vontade com a nossa aproximação, acabou revelando o que causa o seu sofrimento naquele ambiente e quem o pratica:

> Eu não sei, mas acho que o meu encarregado não gosta muito de mim e eu não sei nem por que. Eu nunca fiz nada, só fico calado, no meu canto (...). Ele fica me chamando de baiano, cabeção e mais um monte de coisa. Todo mundo ri quando ele faz essas brincadeiras e eu não gosto. Um dia alguém escondeu meu capacete e eu não podia sair para a rua sem ele; meu encarregado ficou me chamando de burro, idiota e disse que eu seria demitido (...). Eu estou procurando outro trabalho, acho perigoso eu sair de moto assim meio chateado com o trabalho. Mas ainda não encontrei, está difícil encontrar uma coisa melhor. Fiquei sabendo que tem outra empreiteira “fichando” (contratando e assinando a carteira de trabalho) lá em Contagem. “Vou ver se eu consigo ir lá um dia”. (Clóvis Castro, 21, leiturista).

O que o encarregado faz com o leiturista Clóvis é sem dúvida uma prática clara e extremamente abusiva de assédio moral. Os jornais Chave Geral (2003; 2004) trazem a tona o problema do assédio moral vivenciado pelos trabalhadores terceirizados da Cemig. O assédio moral na Cemig é sem dúvida mais um elemento importante para buscarmos o entendimento sobre onde se insere esses elementos no caso especifico da Cemig e onde ele está contido, ou de alguma forma corrobora para "uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global" (ANTUNES, 2006), conforme continuaremos a verificar nas próximas páginas.

Algo parecido com o caso narrado pelo eletricitário Clóvis já foi denunciado pelo Sindieletro-Mg na edição número 339 do Jornal Chave Geral de setembro de 2003. Com o título de "Empreiteira Garra é acusada de Assédio Moral", o jornal denunciou as práticas abusivas cometidas contra os trabalhadores nesta empresa terceirizada da Cemig.

> "Um funcionário da Garra Telecom, empresa que presta serviços à Cemig, relatou as pressões e humilhações a que têm sido submetidos os empregados da empresa. Segundo ele, não existe diálogo com os supervisores e encarregados, e qualquer solicitação dos funcionários, por meio de telefone ou em reuniões é rebatida com estupidez". (Chave Geral, pag. 4, 2003).

De acordo com outro trabalhador, Ramiro Correia, eletricista de linhas e redes que trabalha na mesma empreiteira e que se solidariza com o colega que sofre humilhações frequentemente, há inúmeras formas de assédio e constrangimento contra os trabalhadores na empresa, desde exposições públicas, brincadeiras e piadas vexatórias, até mesmo machismos contra as mulheres que fazem o serviço de limpeza e coação contra trabalhadores que participam de reuniões chamadas pelo sindicato ou que leem o jornal oferecido pelo mesmo sindicato.

A pesquisadora do tema Oliveira (2013) conclui:

> Vê-se que a prática do assédio moral, por meio de perseguições, desestabilização, exposição a situações vexatórias, está ligada a questões socioeconômicas e culturais mais amplas. Muitas vezes, confunde-se também com o próprio

> abuso de poder nas organizações, que se reflete nas relações sociais dos trabalhadores em todas as suas dimensões.(Oliveira, pag. 130, 2013).

Nesta mesma perspectiva, alguns pesquisadores que estudam o assédio moral no ambiente de trabalho também buscam refinar a sua análise e entender como tal fenômeno se torna ainda mais agudo ou recorrente quando as relações de trabalho estabelecidas entre as empresas e os trabalhadores são mais frágeis, mais desprotegidas e por isso mais suscetíveis de todo o tipo de assédio, como é o caso das relações de trabalho terceirizadas. O pesquisador Heloani (2004) afirma que os atuais processos de automatização fabril, informatização dos serviços, hipercompetitividade, entre outros fatores, facilitam a “instrumentalização do outro”, portanto, tende a aumentar as práticas dentro das empresas e indústrias.

> Nessa nova lógica pós-moderna ou pós-fordista, como queiram, que legitima uma ampla reestruturação produtiva, onde os salários sofrem cada vez mais reduções e a educação emerge como "salvadora" e principal ferramenta da atualização, o trabalho torna-se cada vez mais precário e seletivo. O Estado vem, mediante uma ideologia neoliberal, retirar e diminuir benefícios e direitos do trabalhador, modificando a relação capital-trabalho; surgem, então, novas relações, como o contrato de trabalho por tempo determinado e várias formas de terceirização, que geram, desse modo, o subemprego e o trabalho informal, novas ameaças ao trabalhador, que antes tinha a garantia de alguns direitos historicamente consolidados. (Heloani, RAE, 2004).

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS PRINCIPAIS DA TERCEIRIZAÇÃO NA COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG)

"O dinheiro de quem
Não dá!
É o dinheiro de quem
Não tem!"
(Vinicius de Moraes / Baden Powell, Berimbau).

2.1 Características gerais e aspectos mais importantes sobre a Companhia Energética de Minas Gerais.

A Companhia Energética de Minas Gerais atualmente é uma empresa grande e complexa, se compararmos com a época de sua criação, em 1952[18]. Além de ter algo próximo a dez mil trabalhadores em seu quadro próprio, ela hoje atua nos ramos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica – suas principais atividades –, além da extração e comercialização do gás natural, e de uma empresa de "eficiência energética" – que assessora outras empresas que desejam fazer o uso "mais econômico de diversas formas de energia" [19] –, entre outras subsidiárias e empresas que fazem parte do grupo ou que possuem a participação acionária da Cemig. Ela está presente em 805 municípios do Brasil, principalmente nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro[20] e atende cerca de 30 milhões de pessoas. No estado de Minas Gerais, ela está presente em 96% da área de concessão, o que equivale a 774 municípios dos 853 existentes. Além disso, ainda faz parte da Cemig, desde o ano de 2010, a empresa de transmissão de energia "LT Charrúa – Nueva Temuco" que atua no Chile. No total, a Companhia é constituída por 58 empresas e 10 consórcios. A Cemig apresenta uma pujança financeira bastante satisfatória,

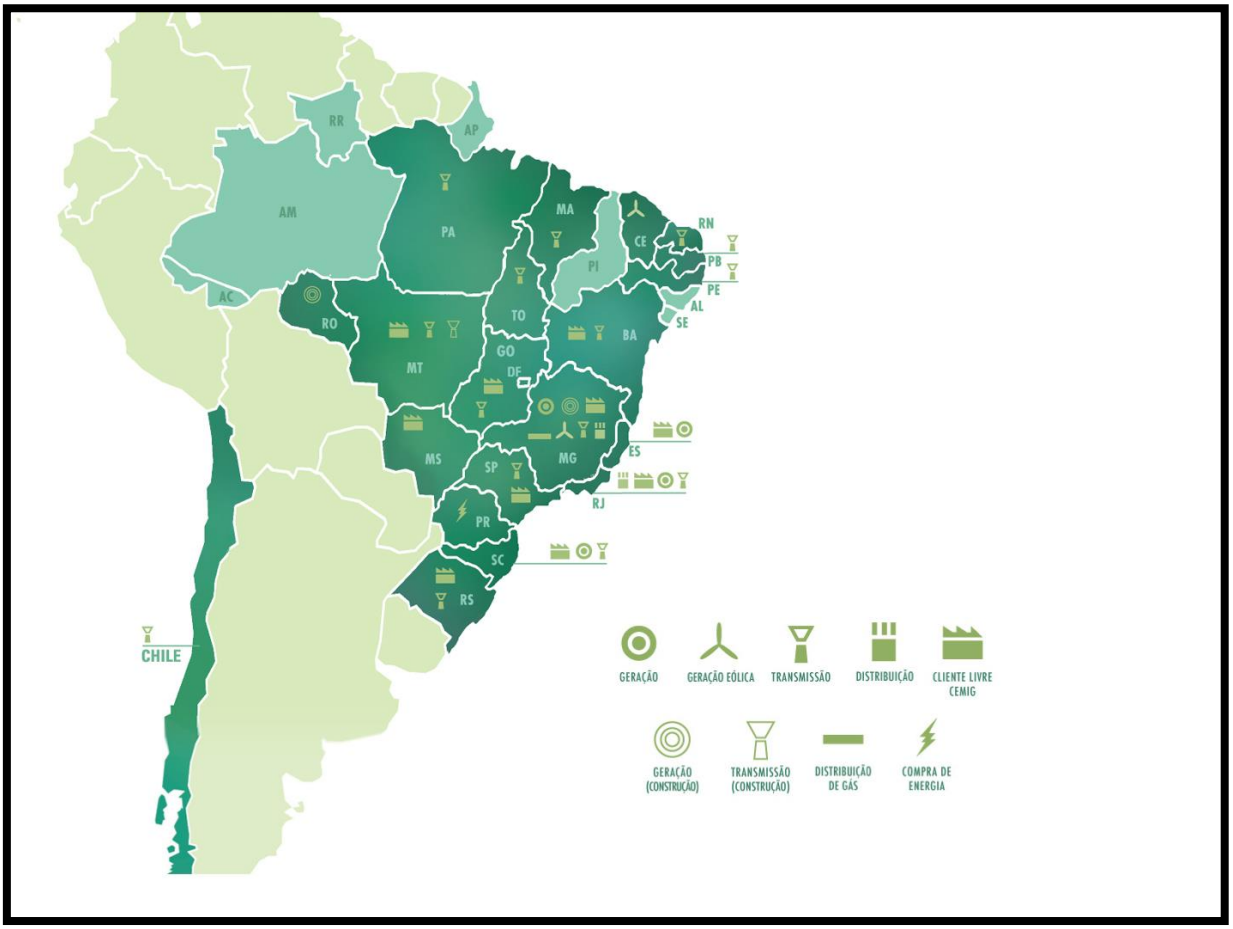
[18] Para conferir a linha do tempo da Cemig desde a criação até os dias de hoje acesse: http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/linha_do_tempo.aspx.

[19] Informação disponível no site da empresa: http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/quem_somos/Paginas/default.aspx. Acesso em 23 de julho de 2013.

[20] No Rio de Janeiro a Cemig atua principalmente com o nome de "Companhia Energética Light", entre outras empresas energéticas menores.

como podemos observar no último balanço[21] divulgado. Em 2010 ela obteve um lucro líquido de R$ 2, 257 bilhões (CEMIG, 2011).

Figura 1 – Onde está a Cemig



Fonte: Cemig (2011)

De acordo com dados e informações da própria empresa, ela possui hoje a maior rede de distribuição de energia elétrica da América do Sul, com mais de 460 mil quilômetros de extensão (idem). Com presença em 19 estados do Brasil e o Distrito Federal, e também na América do Sul, a Cemig é considerada uma das

[21] Para informações completas sobre o balanço da empresa ver o anexo “Cemig em números”.

maiores empresas do ramo no Brasil. A partir da “reestruturação pró-mercado” (VIEIRA, 2007) do setor elétrico brasileiro nos anos 1990, a composição acionária da Cemig (ver gráfico abaixo) acompanhou a tendência privatizante da ordem mundial. Essa reestruturação teve efeitos em vários setores e, como já abordamos no capítulo anterior deste trabalho, afetou diretamente a vida e o processo de trabalho dos trabalhadores da Cemig e de todo o setor elétrico. Sobre essas mudanças Vieira afirma:

> As reformas econômicas implementadas no Brasil, na década de 1990, impactaram profundamente a indústria de energia elétrica. Foi definida em 1990, como política de governo, a privatização de empresas sob controle da União e dos estados [...]. Nos anos seguintes a reestruturação do setor elétrico brasileiro deslocou alguns pilares que regiam seu funcionamento, incluindo a regulação tarifária, enfatizando a construção do mercado no âmbito do setor e, por conseqüência, a mercantilização da energia elétrica. (Vieira, 2007, pag. 85).

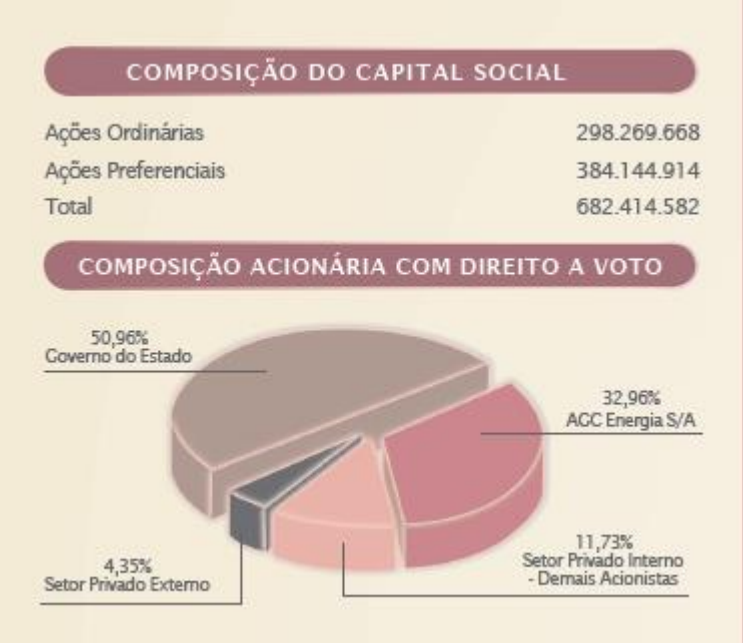
Acompanhando essa tendência, a Cemig entra de forma decisiva no processo de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996) e passa a assumir uma nova forma de atuação no mercado de energia elétrica. Logo, as mudanças seriam sentidas também pelos trabalhadores que sofreriam as consequências da reestruturação no setor elétrico.

Atualmente a Cemig possui suas ações negociadas nas principais bolsas de valores do mundo, como as de São Paulo, Nova Iorque (Dow Jones) e Madri. A relação com os acionistas é um dos principais pontos de conflito entre os trabalhadores e a empresa.

O governo do estado de Minas Gerais (maior acionista) é quem indica o presidente do conselho de administração da empresa. No entanto, este controle administrativo que o poder público detém é, muitas vezes, questionado e acusado de estar a serviço dos interesses dos investidores, em detrimento ao interesse público na prestação dos serviços de energia e na relação com os trabalhadores da empresa, sejam da força de trabalho efetiva da própria Cemig (o chamado quadro próprio) ou, sobretudo, dos trabalhadores terceirizados, que não têm, quase sempre, a chance de se sindicalizar em um sindicato realmente representativo ou ter os seus

direitos trabalhistas básicos respeitados. Na prática, a Cemig funciona como uma empresa privada que tem como um dos sócios o Estado.

Gráfico 1 – Composição Acionária da Cemig



Fonte: Folder Cemig em números (2011, pag. 2).

A composição acionária da Cemig, conforme podemos verificar, está dividida da seguinte forma: a maioria das ações ordinárias (50,96%), ou seja, as ações que dão direito a voto, estão sob o controle do governo do Estado de Minas Gerais. Já as ações preferenciais (76,60%) – aquelas que dão preferência de recebimento de lucros e resultados – estão sob o controle do setor privado, entre investidores nacionais e internacionais[22]. No total de ações, somadas entre preferenciais e ordinárias, o setor público possui apenas 23,33%, enquanto o setor privado detém o restante. Em julho de 2011 a Receita Operacional Líquida, que é a receita bruta da empresa já descontados os impostos[23], foi de R$ 3,8 bilhões. (Cemig, 2011).

[22] Para mais detalhes sobre a composição acionária da Cemig ver o anexo "Estrutura Acionária".

[23] De acordo com a conceituação da Receita Federal. Para mais informações acesse: http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/perguntao/dipj2012/CapituloVIII-LucroOperacional2012.pdf . Acesso em 16 de julho de 2013.

Tabela 3 – Distribuição de Dividendos na CEMIG – 1994 a 2010 (R$ milhões)

Ano	Lucro Líquido	Dividendo Distribuído	Percentual do Lucro Distribuído
1994	589.371	13.043	2,2%
1995	217.027	129.820	59,8%
1996	210.982	129.871	61,6%
1997	310.112	272.789	88,0%
1998	482.780	557.993	115,6%
1999	33.719	186.978	554,5%
2000	414.959	187.000	45,1%
2001	477.929	214.649	44,9%
2002	-1.001.833	220.000	-
2003	1.197.642	320.493	26,8%
2004*	1.384.801	692.400	50,0%
2005**	2.003.399	2.070.449	100,3%
2006	1.718.841	1.381.781	80,4%
2007	1.735.449	867.725	50,0%
2008	1.887.035	943.518	50,0%
2009**	1.861.403	1.830.702	98,4%
2010	2.257.976	1.196.074	53,0%

Fonte: CEMIG, 2011. Elaboração: Subseção do DIEESE Sindieletro-Minas Gerais.

Nota: (*) Dividendo mínimo alterado de 25% para 50% do lucro líquido.
(**) Considera dividendo extraordinário.

A tabela acima nos permite verificar como se deu a evolução da distribuição de dividendos da Cemig ao longo dos anos, de meados dos anos de 1990, ponto de partida do massivo processo de terceirização na empresa, até o ano de 2010.

Para que possamos compreender o que está exposto na tabela 3 acima é mister explicar que, na coluna onde se lê “lucro Líquido”, está registrado o lucro líquido[24] consolidado da Companhia Energética de Minas Gerais para o determinado ano em questão. Ou seja, “o valor da receita de vendas líquida menos o custo do produto vendido menos todas as despesas operacionais menos o imposto de renda do exercício” (SEBRAE, 2013). O exercício corresponde a cada ano discriminado na tabela.

Já na coluna nomeada “dividendo distribuído” podemos entender que dividendo é uma parcela do lucro que é distribuída aos acionistas das empresas de sociedades anônimas, sendo que a legislação brasileira prevê que quando o estatuto da empresa for omisso o mínimo que deve ser distribuído é de 25% do lucro líquido (vide art 202, inciso III, § 2º da LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.).

No entanto, em relação ao estatuto da Cemig, ele não é omisso em relação a este ponto especificamente. Desde 2004, há a previsão de que no mínimo 50% do lucro líquido deverão ser distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios. Não obstante, quando a empresa possui caixa disponível, nada impede que ela distribua, inclusive, mais do que lucrou. É o que acontece com várias empresas que distribuem dividendos mesmo quando se constata prejuízo em um determinado período ou exercício.

Vale observar que, por exemplo, empresas em fase de expansão normalmente distribuem menos dividendos, por uma lógica simples: precisam de recursos para expandir suas atividades e é muito arriscado se endividarem demasiadamente neste momento. No caso da Cemig esta escolha é percebida na opção da empresa pela precarização do trabalho e retirada de direitos dos trabalhadores, como é o caso da terceirização, redução na PLR dos trabalhadores (apenas a força de trabalho do quadro próprio tem direito a este beneficio) e piora na prestação de serviços para a sociedade (conforme veremos no item 2.3 deste capítulo). A Cemig privilegia a

[24] De acordo com o dicionário financeiro do SEBRAE. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/dicionariofinanceiro.pdf. Acesso em 28 de outubro de 2014.

distribuição de dividendos aos acionistas em detrimento a todas as outras funções e atividades que são sua razão de existir.

2.2 Surgimento da Cemig: as bases para o desenvolvimento industrial mineiro.

Em uma rápida digressão histórica no desenvolvimento deste capítulo, é importante que entendamos algumas razões e eventos históricos antecedentes e concomitantes à criação da Cemig. De forma resumida, demonstraremos onde está assentada historicamente "a pedra fundamental da empresa", e as razões para a sua criação, como elemento que visa contribuir para o entendimento do processo histórico que culmina com a terceirização do trabalho na empresa.

A primeira dessas razões que devemos considerar é o esforço desenvolvimentista[25] dos governos mineiros pós década de 1930 para recuperar certo atraso do Estado em relação à industrialização já em curso há algum tempo em outros estados da federação. Minas Gerais era um estado visto como lugar de fraco dinamismo econômico, de moderado crescimento do setor manufatureiro, baseado nas manufaturas mais tradicionais, têxtil e alimentícia, voltadas para um mercado disperso e reduzido. Tentando mudar um pouco este cenário é que nesta época (ainda nos anos 30) se cria, por exemplo, a cidade industrial da cidade de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, e a hidrelétrica de Gafanhoto, próxima ao município de Divinópolis, região centro-oeste de Minas Gerais. A partir daí, já se percebe os primeiros arranjos que no futuro favoreceriam a chegada de grandes indústrias para Minas Gerais; nitidamente um esforço estatal de incentivo público para que as empresas privadas (indústrias de transformação) de grande porte se instalassem no estado.

Até então a participação de Minas Gerais na produção industrial brasileira era inferior a 7% e se resumia a dois ramos basicamente: alimentar (especialmente a indústria de laticínios e açúcar) – em um primeiro momento – e siderúrgica, em uma

[25] A respeito da noção de desenvolvimentismo no Brasil pós década de 30, há um extenso e controverso debate na teoria social brasileira, o qual nosso trabalho não tem pretensão de abarcar. Assim, ao utilizarmos desenvolvimentismo, estamos somente fazendo referência ao processo de industrialização brasileira no qual surge a Cemig.

fase posterior.[26] No entanto, até os anos de 1930/40, a atividade econômica mais importante do estado era a atividade cafeeira, principalmente para exportação. Os eventos históricos que se sucediam de alguma forma precipitavam a necessidade de uma reorganização da burguesia mineira para que a industrialização fosse acelerada. No final da década de 1930, a economia de Minas Gerais se encontrava em crise profunda, as exportações de café foram reduzidas em larga escala devido à crise cafeeira, houve grande queda na arrecadação estatal e crescimento na dívida pública (Diniz, 1981).

Com todos estes problemas de fundo econômico, havia uma grande preocupação dos governantes com o aumento do fluxo migratório de mineiros para outras unidades da federação – para o estado de São Paulo principalmente –, o que fazia a arrecadação cair ainda mais. Assim, era necessário cambiar as matrizes econômicas, não restando outra opção senão desenvolver a indústria. No entanto, isso significou mudanças profundas na estrutura produtiva do estado que, em 1940, possuía 6,8 milhões de habitantes e, destes, apenas 1,7 milhões de pessoas em áreas urbanas[27]. Foi o início do que Diniz (1981, pag. 39) chama de "mudança no padrão de acumulação de agrário exportador para urbano-industrial". Na conjuntura política, ao mesmo tempo em que o Estado seguia transformando suas predominâncias econômicas, as políticas de Getúlio Vargas[28], que já ocupava a presidência da república, favorecia o aparecimento da tecnocracia, ou seja, a emergência de indivíduos com formações técnicas específicas, encarregados, a partir de então, a dirigirem os interesses governamentais, protegidos pelo poder político e militar da União fortalecida, sobretudo a partir do Estado Novo (1937-1945).

Neste momento a situação energética de Minas Gerais era precária, como podemos observar na transcrição a seguir:

---

[26] Ver Diniz, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte, UFMG, 1981, p. 25; Cano, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro, Difel, 1977. P. 253.

[27] Diniz, C. C., op. Cit.

[28] Aqui nos referimos ao primeiro governo Vargas que é compreendido em três momentos distintos: 1930-34 (governo provisório); 1934-37 (governo constitucional) e 1937-45 (Estado Novo). Getúlio Vargas ainda voltou à presidência da república após vencer as eleições por voto popular, em 1950. Para mais: JORGE, Fernando, *Getúlio Vargas e seu Tempo*, 2 vol., T. A. Queirós, 1986.

> Quanto à energia elétrica, a situação era também extremamente deficiente. Embora a primeira usina hidrelétrica da América do Sul tenha sido instalada em Minas Gerais, o Estado perdeu posição nos anos seguintes, concentrando-se em São Paulo e Rio de Janeiro a potência instalada [no Brasil]. Além da pequena capacidade instalada, esta se distribuía de forma pulverizada por grande número de usinas e localidades. A falta de energia elétrica e a desconcentração das atividades econômicas impunham a muitas empresas industriais e de mineração a instalação de seu próprio sistema energético, o que dificultava e encarecia investimentos. (Diniz, 1981, pag. 38).

A partir desta conjuntura de recessão econômica em Minas Gerais e do panorama político existente no Brasil durante o Estado Novo, com a acentuação de metas que visavam desenvolver rapidamente o país, estavam formadas e conjugadas as condições necessárias e os determinantes suficientes para o aceleramento do desenvolvimento industrial mineiro, intenção que antes passava pela necessidade de uma reestruturação do sistema energético. Para isso, não faltavam recursos naturais, o minério de ferro e a água eram abundantes em quase todo o Estado, fato que não condizia com a pequena oferta de energia elétrica que se dispunha em Minas Gerais. Além disso, a grande extensão de terras do estado impunha severas distâncias que um sistema deficiente de transporte não tinha capacidade de suprir. Estava posto na ordem política mais um problema estrutural a ser superado. Já no governo Milton Campos (1947-51) começou-se a pensar em um plano de governo para recuperar a economia e desenvolver o estado.

> O governo Milton Campos elaborou um programa de ação, o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, onde eram focalizados os entraves ao crescimento de Minas Gerais e as propostas para superá-los. A questão da energia elétrica mereceu um plano específico. O “Plano de Eletrificação de Minas Gerais”, elaborado por uma equipe dirigida pelo engenheiro Lucas Lopes, analisava as condições energéticas do Estado e propunha a formação de uma empresa “holding”, de economia mista, que seria responsável pela execução do plano energético. (Cemig, 1987, p. 17).

Se assim podemos dizer, é no governo de Milton Campos que os *genes* da Cemig são identificados. E eles já surgem umbilicalmente ligados aos interesses privados, apesar de um “esforço público” do governo ser o que de mais notório podemos apreender em documentos desta época. A parceria público-privada pode ser percebida tanto na dimensão de atender à demanda de empresas que necessitavam de uma energia mais barateada para a produção de mercadorias, quanto na própria idealização do projeto de uma companhia energética.

Para tanto, o auxílio do capital estrangeiro era visto com bons olhos pelos governantes e empresários interessados em um plano de eletrificação para o estado que realmente saísse do papel. Eles não estavam isolados nessa interpretação de que a ajuda exterior seria benéfica, conforme constata o livro *Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil* (BRANCO, 1975). Esta visão estava presente também em setores empresariais de outros estados do Brasil que desejavam desenvolver ou ampliar a sua capacidade de produção energética, sobretudo com vistas ao desenvolvimento e criação de indústrias.

Contudo, este interesse externo em contribuir com o desenvolvimento energético no país – e a conseguinte aquiescência do empresariado nacional – foram igualmente interpretados, posteriormente, como responsáveis por um avanço menos robusto na produção de energia elétrica brasileira, se comparada com a de outros países.

> Não obstante o esforço de nosso progressistas pioneiros, teve a indústria da produção de energia elétrica no Brasil um desenvolvimento de ritmo bem menos acentuado do que o que se verificou nas grandes nações de hoje. É que, desde logo, grandes trustes internacionais se apossaram desta indústria em nosso País, aqui exercendo ação imperialista ao manter o controle do nosso desenvolvimento industrial à base de tarifas inadequadas e de restrição permanente na produção da energia elétrica, entremeada de crises e racionamentos que nos impediram de sair da situação de país subdesenvolvido. (Branco, pag. 46, 1975).

Apesar dos esforços de Benedito Valadares – interventor federal nomeado por Getúlio Vargas que governou Minas Gerais de 1933 até 1945 – e Milton Campos, que idealizaram os projetos conciliados de melhoramento energético e

desenvolvimento industrial, é apenas no governo Juscelino Kubitschek (1951-55) que esta iniciativa é realmente executada.

Justamente durante este período em que Juscelino Kubitschek sai da prefeitura de Belo Horizonte para governar o Estado de Minas Gerais (e durante toda a década de 50) é que se realiza um esforço de construção de infraestrutura para servir de base à expansão capitalista no Estado. Não é por acaso que Juscelino chega ao governo de Minas Gerais com um programa de governo intitulado “Binômio Energia e Transporte”. Esse mote vinha sendo perseguido há anos pelos diversos governadores mineiros, mas é só na década de 50 que a “formação do chamado capital social básico atingiria relativa maturação, especialmente com a consolidação do “Binômio” pelo programa rodoviário e energético nacional”, de acordo com Diniz (1985, pag.18.).

Estavam concordadas todas as condições políticas para que o processo de eletrificação mineira fosse levado em frente. No começo da legislatura de 1951, JK, em mensagem à Assembleia Legislativa, ratifica sua promessa de campanha sobre a produção energética:

> É necessário aumentar, por todos os meios ao nosso alcance, a produção de energia elétrica, a fim de que, superada essa penosa contigência, Minas disponha da potência necessária a alimentar as indústrias novas, a movimentar os transportes, a proporcionar às populações várias comodidades domésticas que são outros tantos requisitos do conforto. (MINAS GERAIS. Governador, 1951-1955 (Juscelino Kubitschek de Oliveira). Mensagem à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado de Minas Gerais por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1951. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1951. P.12.).

No final deste mesmo ano de 1951, Juscelino promulga a Lei n. 828, de 14 de dezembro de 1951, em que ele estabelece os critérios e baseado em que modelo econômico seria levado em frente o seu plano energético. Já em seu primeiro parágrafo decreta:

> Art. 1º. – Fica o Governo do Estado de Minas Gerais autorizado a promover a organização, no Estado, de uma sociedade de

> economia mista, por ações, destinada a construir e explorar diretamente sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos, bem como auxiliar a criação, administração, controle e financiamento de sociedades de economia mista de caráter regional, que tenha aquela finalidade. (Lei n. 828, de 14 de abril de dezembro de 1951 apud Cemig, em Cemig. Superintendência de Comunicação Social e Representação. *Projeto Memória. Cemig, 35 anos*. Belo Horizonte, 1987. 186 p. ilust.).

A partir de então, a possibilidade do capital privado financiar o projeto de expansão energética de Minas Gerais estava aberta e, com isso, também se abriu espaço para que a formação de uma sociedade de economia mista, conforme decretou JK, também tivesse a participação de capital estrangeiro.

A expansão elétrica e a busca pelo desenvolvimento industrial – aqui analisado na particularidade do caso do Estado de Minas Gerais, mas não descolado do contexto nacional e global –, ocorre justamente quando o mundo (após a segunda guerra Mundial) está se reorganizando e construindo um novo modelo que tenta superar os problemas enfrentados durante a predominância da visão de mercado (Oliveira, 1988; Vieira, 2007). Segundo Francisco de Oliveira[29] (1998, 1988, p. 18) "o processo que substitui a auto-regulação perdida é caracteristicamente o que estamos chamando de 'fundo público'. A medicina socializada, a educação universal e gratuita, subsídios [em geral] são seus exemplos (...)".

2.3 Reestruturação produtiva na Cemig: a precariedade do trabalho e o prejuízo do serviço.

Na Cemig, o número de trabalhadores do quadro próprio da empresa também vem seguindo o ritmo do setor e sendo substituído de forma agressiva. Em 1995, esse número era próximo de 23.000 trabalhadores (vide tabela 4). Este número

[29] Para mais ver: Oliveira, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. In: Novos estudos Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, nº 22. São Paulo: Cebrap, out. 1988; Oliveira Francisco de. Os direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

atendia cerca de 3 milhões[30] de consumidores e não sabemos ao certo quantos eram os trabalhadores terceirizados. Hoje a empresa conta com aproximadamente 9.800 trabalhadores do quadro próprio e 13.250 terceirizados para o atendimento de mais de sete milhões de consumidores. Entretanto, não houve nenhuma redução dos valores das contas de energia, sobretudo dos clientes residenciais, que representam mais de 80% do número total de consumidores da Cemig. Ao contrário. Para os consumidores residenciais da Cemig, a elevação da conta de energia no período de 1995 a 2010 foi de 324,51% e um novo reajuste em 2011 ampliou o acúmulo para 336,19% (Fontes: CEMIG, ANEEL, Fundação COGE e DIEESE).

Tabela 4 – Força de Trabalho da Cemig em 2010

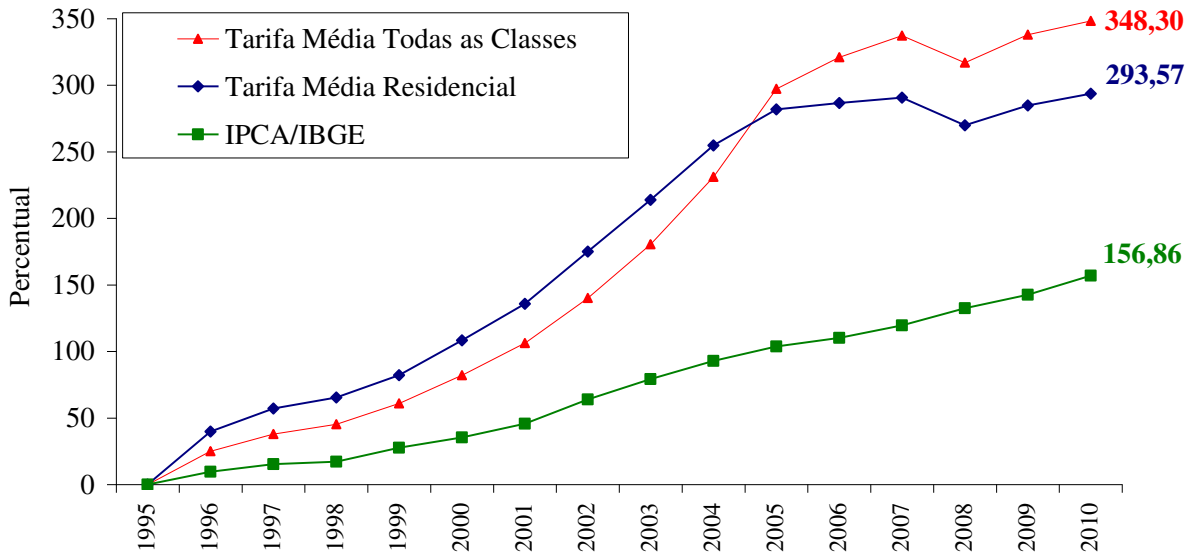
Força de Trabalho	Trabalhadores Próprios	Trabalhadores Terceirizados	Total
Cemig Distribuição	7.609	11.627	19.236
Cemig Geração/Transmissão	1.985	1.627	3.612
Cemig Energética	230	5	235
Força de Trabalho Total			23.083

Fonte: Fundação Coge. Elaboração Igor Figueiredo

No Mesmo período, constata-se um crescimento substancial no valor da tarifa de energia, que para o consumidor residencial representou um índice de aproximadamente duas vezes a inflação medida (Gráfico 2).

[30] De acordo Com Fernando, Jobert. Sem data.

Gráfico 2 – Evolução da Tarifa Média de Energia no Brasil – 1995 a 2010



Fonte: DIEESE, ANEEL, IBGE
Nota: O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) é o índice oficial de inflação no país e foi criado com o objetivo de oferecer a variação dos preços no comércio para o público final.

Percebe-se que qualquer que seja a redução de custo imprimida pela terceirização, esta não foi repassada ao consumidor final. Em verdade, nota-se acentuada elevação das tarifas que não devem ser associadas unicamente ao processo de terceirização. Lembremos que estamos num contexto de pós-privatizações, no qual a ótica privada atua do início ao fim da cadeia produtiva com o objetivo final de geração de lucro. A terceirização está inscrita nesta ótica.

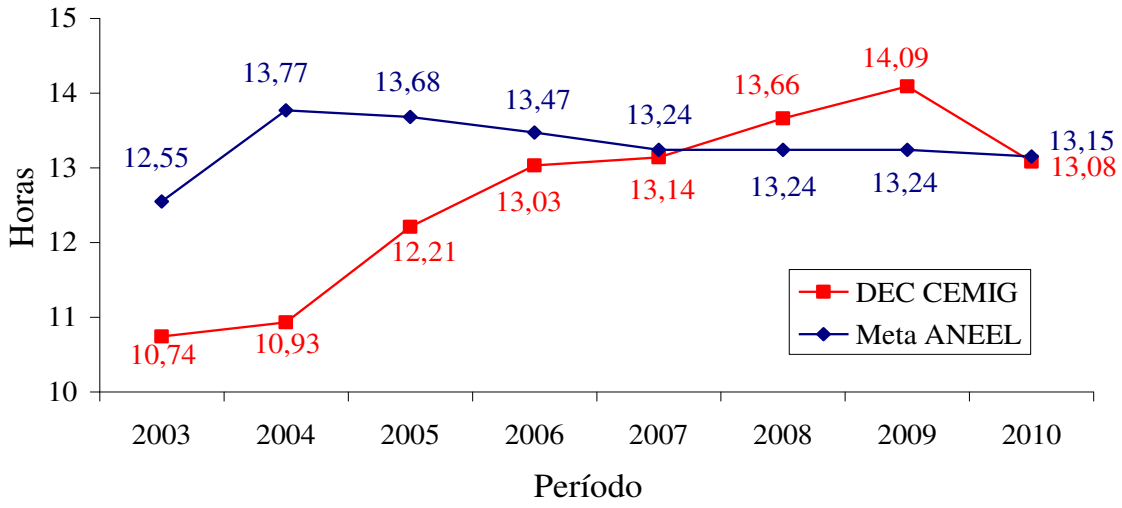
Ademais, como se não bastasse o aumento das tarifas, os consumidores também enfrentam outros problemas ocasionados pela substituição progressiva que se deu, basicamente, nos quinze anos de privatização, terceirização e precarização do trabalho que este estudo investiga, da força de trabalho própria por uma nova maioria de terceirizados. É percebida uma piora dos serviços prestados pelas empresas de energia elétrica em vários quesitos. Na experiência da Cemig foi detectada uma nítida piora no atendimento dos consumidores.

O impacto é comprovado através da negligência da estatal em relação aos indicadores de qualidade estabelecidos pela Aneel (Agência Nacional de Energia

Elétrica), tais como o DEC (aumento por tempo médio sem energia por consumidor) e o FEC (aumento na frequência de interrupções por consumidor). Ao mesmo tempo, registra-se a falta de investimentos em materiais e equipamentos, sem um plano de para manutenção regular do sistema elétrico.

O gráfico a seguir apresenta como a Cemig não tem conseguido cumprir os indicadores estabelecidos pela Aneel. A série histórica é compreendida entre os anos de 2003 e 2010.

Gráfico 3 – Tempo Médio Sem Energia Por Consumidor



Fonte: ANEEL, 2012.

Nas empreiteiras, as relações trabalhistas são precárias com aumento das exigências de produtividade, da performance, da carga e da jornada de trabalho. Com isso os trabalhadores acabam por não executarem “adequadamente” o serviço que são destinados a fazer e o serviço é prejudicado.

> Nos últimos anos, a Cemig tem consolidado uma política agressiva na busca por lucros. Mas, na contramão dos números, está a qualidade dos empregos e serviços oferecidos pela empresa. A população mineira passa cada vez mais tempo sem luz. A Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC), indicador que mede o tempo médio que o consumidor ficou sem energia da Cemig, aumentou cerca de 33% de 2003 até 2011. No ano passado (2011), novamente a Cemig não cumpriu a meta da Agência Nacional de Energia

> Elétrica (Aneel) de 12,99 horas para o DEC, fechando o ano com a média de 14,32 horas. Em 2003, do total de 48 conjuntos Cemig, 12 estavam fora dos padrões estabelecidos pela Aneel, o que representava cerca de 20,6% dos consumidores atendidos pela empresa. Ao realizarmos a mesma análise, em 2011, os nú- meros espantam. Os conjuntos Cemig saltaram de 48 para 268 e, destes, 161 estavam fora dos padrões da Aneel. Esse número representa cerca de 66,1% dos consumidores atendidos pela empresa, ou seja, 4,6 milhões de consumidores. (Desbalanço, Sindieletro, pag. 8, 2012).

Ao acatar tais hipóteses concluímos que o advento da reestruturação produtiva acarretou grandes modificações nas relações de trabalho e também na relação de consumo, sobretudo no que tange aos serviços públicos. Ao mesmo tempo em que degrada as relações de trabalho, ela também piora a prestação de serviço e oferecimento de bens públicos para a população. É o que Buonfiglio (1995) argumenta:

> A nova reestruturação produtiva, portanto, pode ser definida como uma forte transformação que vem ocorrendo nas empresas de todo o mundo, valendo-se de informática e de teorias (...), que apesar de diferentes procedimentos organizacionais vem impondo o binômio **"**empresa 'enxuta' – precarização do trabalho**"**, para restaurar o lucro e a acumulação do capital" (Buonfiglio,1995, pag. 2.).

Por exemplo, temos uma interessante análise a respeito do mesmo objeto deste nosso estudo – a terceirização na Cemig –, porém escrita ainda nos anos de 1990. Com a proximidade história em analisar o fenômeno bem no início do processo (massivo de terceirização), ainda nos anos de 1990, Aranha & Cunha (1996), sobre alguns aspectos sobre o processo de terceirização do trabalho, e também a respeito da fragilização sindical na Cemig, afirmam:

> A terceirização tem concretamente impedido que os sindicatos mais organizados e combativos possam ter algum tipo de ação no sentido de defender parte dos trabalhadores: aqueles que embora exercendo o mesmo tipo de atividade dos empregados da CEMIG, são admitidos no trabalho via empreiteiras. São os trabalhadores temporários, submetidos às piores condições de

> trabalho, na prática sem nenhuma representação que os respalde. É certo que a legislação atual impede concretamente uma ação mais eficaz por parte dos sindicatos quanto a essa situação" (Aranha & Cunha, 1996, pag. 127).

Ainda que feita há quase vinte anos, esta afirmação contribui para que possamos entender como se consolidou todo o processo de terceirização na Cemig, a crítica sindical, contornos jurídicos que foram tomando forma com os anos e também quais foram as alternativas de resistência e combate a este processo encontradas pelos trabalhadores. É o que trataremos a seguir, nos próximos itens.

2.4 A resistência dos trabalhadores terceirizados: do boicote à judicialização das lutas.

2.4.1 "Precários Inflexíveis": o boicote solidário e a conscientização dos trabalhadores como ferramenta de combate à precarização na Cemig.

Muitos foram os fatos e situações de precariedade e degradação do trabalho vividos pelos trabalhadores terceirizados da Cemig que foram narrados ao longo dos últimos dois capítulos desta dissertação. Os relatos de mortes, mutilações, atrasos salariais, assédio moral e constrangimentos no local de trabalho, jornadas de trabalho extenuantes, restrição de direitos, entre outros, nos permite ter uma ideia aproximada de como é a realidade destes trabalhadores submetidos a tais condições. No entanto, os trabalhadores submetidos a estas inúmeras mazelas no dia-a-dia também demonstram resistência, criatividade e esperança ao tentar opor-se a este processo.

Ainda que o capital busque sempre a dominação mais totalizante possível de todos os aspectos que circundam a vida e o cotidiano dos trabalhadores, é incorreto afirmar que existe a "captura" total da subjetividade dos trabalhadores, por mais precarizada que esta relação possa ser. É o que Alves e Moraes (2006) destacam ao tratar do tema da "captura da subjetividade" dos trabalhadores em vigência no toyotismo:

> Ao dizermos "captura" da subjetividade, é importante destacar que utilizamos "captura" entre aspas, pois o que ocorre não é propriamente a mera captura, mas sim um processo tenso, contraditório, irremediavelmente inconcluso de captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. A rigor, não há captura, pois o capital é incapaz de anular objetivamente o trabalho vivo, o qual é o elemento incontrolável e imponderável da produção social. (Alves e Moraes, pag. 115, 2006)

Desta forma, podemos exemplificar o caso do leiturista de uma empreiteira contratada pela Cemig, José Luís de Oliveira Costa, 35 anos, morador do bairro Nova Cintra, em Belo Horizonte, como um exemplo da contradição em que se dá este processo.

Ele presta serviço para a Cemig há dez anos. “Eu já passei por várias firmas (empreiteiras); já vivi e fui testemunha de muita coisa aqui. Já vi muito abuso de encarregado, supervisor. Mas a gente também fala alto, não deixa passar sempre não”. (José, leiturista).

Marx, ao falar sobre a história, no livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* afirma que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas” (MARX, 1982, pag. 417.); esta clássica afirmação vem ao encontro do que o eletricitário tentou nos passar sobre como é o dia-a-dia nas empreiteiras terceirizadas da Cemig. Ao mesmo tempo em que os sujeitos afirmam o seu papel na história, eles a fazem com os limitantes que não foram determinados por eles.

José relata que, certa vez, a empreiteira em que ele trabalhava começou a atrasar sistematicamente os salários. Durante quase quatro meses os salários dos trabalhadores eram pagos com dez, quinze e até vinte dias de atraso. A empresa nunca justificava o porquê da demora e sempre tratava com grosseria os trabalhadores que iam reivindicar o pagamento dos salários na data correta. O leiturista descreve que certo dia, como se fosse em uma conspiração clandestina, secreta, destas filmográficas, os trabalhadores, que estavam sem receber a vários dias, decidiram se organizar por contra própria (sem a direção de um sindicato formal) e convocaram – no “*boca-a-boca*” -, ou na “*rádio peão*”, como comenta o

trabalhador, uma assembleia para tratar do assunto, justamente no horário do almoço, onde a maior parte dos eletricitários já haviam retornado das ruas onde cumpriam ordens de serviço e ocupavam as dependências da empreiteira.

> A gente reuniu uns sete ou oito trabalhadores que já estavam "na casa" há mais tempo e começamos a discutir aquela situação de salário atrasado; estava todo mundo sem dinheiro, em dificuldade financeira até para comer. A gente já ganha tão pouco e ainda ficar sem receber, como é que faz? Não dá. (...). Como a gente já era "*cachorro vacinado*", não é, mais velhos e já tínhamos passado por isso em algumas outras empreiteiras, resolvemos tomar a frente do "*trem*" e fazer uma "baguncinha" na hora do almoço pra ver se a gente recebia. Foi legal, todo mundo que estava lá na firma foi na assembleia; os supervisores ficaram sem entender nada, surpresos. Acho que eles não acham que a gente consegue pensar nessas coisas. (José Luís, 35, leiturista).

O caso narrado acima aconteceu em dezembro de 2011, durante o trabalho de campo realizado para a elaboração desta dissertação. Foi exatamente no momento em que eram realizadas as entrevistas com os trabalhadores que nos deparamos com uma situação de extrema insatisfação de alguns contratados por aquela empreiteira.

Após se reunirem no pátio da empresa durante o horário do almoço, os funcionários da empreiteira deliberaram sobre alguns pontos e votaram uma pauta de reivindicações a ser debatida com a direção da empresa. Além disso, eles elegeram uma comissão que tentaria falar imediatamente com os supervisores presentes naquele horário no escritório. Apesar de estarmos "em campo" naquele dia e termos podido presenciar este momento de mobilização destes trabalhadores, não conseguimos acompanhar *in loco* os debates e discussões que foram realizados durante a assembleia. A direção da empresa não autorizou a entrada de nenhuma pessoa "estranha" à empresa e também impediu a permanência de sindicalistas dentro da sede da empreiteira.

Ademais, não foi apenas o ganho pedagógico e subjetivo que estes trabalhadores terceirizados e precarizados tiveram neste dia histórico. Muitos deles nunca tinham participado de uma assembleia ou mobilização operária e conseguiram visualizar, já neste primeiro exemplo, a importância da ação coletiva e

organizada. Após a reunião com os supervisores, os trabalhadores eleitos para o encontro retornaram para a assembleia e apresentaram a proposta saída da reunião: a promessa de que todos os salários atrasados seriam pagos até o natal daquele mesmo ano. Situação que, de fato, se realizou antes do dia 25 de dezembro do referido ano.

A riqueza da narrativa do eletricitário Luís consegue descrever com verossimilhança uma situação em que os trabalhadores insatisfeitos com uma situação concreta vivenciada no trabalho se organizaram, ainda que de forma inesperada para alguns, até surpreendente para outros – trabalhadores que dividiam as angústias e insatisfações com eles –, e soluciona objetivamente um problema de toda a coletividade, sem dúvida é uma situação extremamente formativa.

Em um segundo momento, quando o leiturista Luís foi novamente entrevistado para esta pesquisa, ele relatou em detalhes a reunião com a direção da empresa naquele dia. Ele tinha sido um dos quatro eletricitários escolhidos para entrar no escritório. “Nós tivemos que ser fortes, não abaixar a guarda. Os caras são muito malandros, queriam nos enganar com promessas e não iam assinar nada. Mas nós também sabemos ser inflexíveis” (Luís, leiturista, 35).

De acordo com o relato do trabalhador, é muito comum que eles, trabalhadores terceirizados, inventem formas de minimizar as pressões, o assédio e constrangimentos, e também a intensificação do trabalho a que eles são submetidos. Essa espécie de *boicote solidário contra a precarização e a degradação das relações de trabalho* também foi confirmada por outro trabalhador desta mesma empreiteira.

O eletricista de linhas e redes Eduardo da Silva, 31 anos, morador da cidade de Esmeraldas, região metropolitana de Belo Horizonte, trabalha na mesma empreiteira que o seu companheiro José Luís há cerca de oito anos. Apesar de afirmar que não conhece o leiturista José, ele ratifica as palavras do colega e ressalta que os trabalhadores sofrem muito com algumas práticas realizadas pelas empreiteiras e que a Cemig muitas vezes faz vistas grossas quanto ao uso de tais práticas. “A Cemig não está nem aí para a gente, nós mesmos é que temos que saber cuidar da gente e dos colegas”.

Eduardo já trabalhou em outras duas empreiteiras que prestavam serviços para a Cemig; ele está agora no seu terceiro contrato de trabalho. De acordo com os relatos de José Luís e Eduardo, existem várias formas utilizadas pelos trabalhadores para boicotar o trabalho, seja por qual motivo for: cansaço, devido às longas jornadas; diminuir o ritmo e a intensidade dos afazeres; ou ainda como proteção contra a violência e o despotismo de encarregados e supervisores nas empreiteiras. Eles também expõem as táticas usadas para impedir que os trabalhadores sejam punidos isoladamente pelos superiores, expostos de alguma forma vexatória (prática às vezes utilizada como a "servir de modelo" para que os demais não incorram no mesmo erro), ou ainda no combate a práticas antissindicais e de desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

> Nós damos nosso jeito, não é. Não é sempre que o pessoal é unido, ajuda uns aos outros. Tem muitos *puxa-sacos*, bajuladores e dedo duro também, mas em todo lugar tem, concorda comigo? Mesmo assim, as às vezes, quando a gente percebe que o supervisor, ou algum outro chefe, está querendo nos provocar, fazer alguma maldade, a gente se apoia. Um dia mesmo um deles me mandou lavar o banheiro da firma, sendo que eu sou eletricista e nem ganho pra isso, era só pra eu ficar irritado. Eu fingi que lavei, mas não lavei, meus colegas me ajudaram a *tapear* [maquiar] o lugar e ninguém ficou sabendo. (...). Um dia eu tive que sair mais cedo do trabalho para poder pegar o meu filho que estava doente na escola. Como eu conhecia o meu chefe e sabia que ele era *carne de pescoço*, eu nem tive coragem de pedir para sair... Sabia que ele não ia deixar. Eu fui para um serviço na rua e meu amigo (motorista que me acompanhava) me levou lá e fiquei esperando minha esposa passar para pegar o menino comigo. Isso é legal de trabalhar aqui, a galera se ajuda, divide lanche, comida. (...). Um dia que ficou marcado na minha cabeça foi quando uns trabalhadores lá do interior de Minas, acho que do norte de Minas, chegaram para trabalhar na empreiteira e não tinham onde ficar. A firma ia colocar eles para dormir *num* lugar horrível, bem sujo. Na verdade eles chegaram a ficar lá por alguns dias, um lugar totalmente sem condições. Mas a gente começou a trabalhar mais devagar, fazer uma operação tartaruga, sabe? Que nem os ônibus fazem... Até eles melhorarem, limparem o alojamento das pessoas que não tinha onde ficar aqui em Contagem. Eu fiquei bem feliz com o sorriso deles depois. Eles reconheceram nossa luta. (José Luís, leiturista; Eduardo da Silva, eletricista de linhas e redes, 2012).

2.4.2 A greve como “magnífica escola”.

Muitas vezes os trabalhadores terceirizados, por conta de fatores como a perseguição de chefes e superiores, práticas antissindicais por parte das empresas, assédios de todos os tipos, etc., acabam sendo impedidos de participar de qualquer forma de organização de classe, seja a um sindicato combativo ou até mesmo a auto-organização junto dos seus pares no próprio local de trabalho. Participar de uma paralisação ou greve parece tarefa inimaginável para alguns trabalhadores submetidos a tais condições. No entanto, a experiência de mobilização pode ser demasiadamente importante para a conscientização dos trabalhadores. Paula Marcelino (2002) ao estudar o processo de terceirização em uma indústria automobilística revelou alguns aprendizados que os trabalhadores da empresa terceirizada obtiveram em uma greve.

> A experiência dessa greve foi profundamente marcante em diversos sentidos para os trabalhadores da LSL[31] e para a própria empresa. Ela está presente no histórico de lutas dos trabalhadores, na forma diferenciada que ela provocou de encarar o trabalho. Muitas coisas mudaram nas relações entre a Honda, a LSL, os trabalhadores e os dois sindicatos envolvidos. A história, as reivindicações e as conquistas dessa greve são claras inclusive para aqueles que foram admitidos depois dela; porque essa greve lhes foi contada pelos seus companheiros. Segundo o relato dos trabalhadores, até que a greve fosse deflagrada, eles não conheciam os representantes do sindicato que oficialmente representavam a categoria, o SEAAC de Americana. Depois que eles recebiam algum reajuste salarial ou tinham qualquer outra modificação nas condições ou contratos de trabalho, eles vinham saber que o dito sindicato havia negociado tais mudanças com a empresa. (Marcelino, pag. 198, 2002)

A pesquisadora Paula Marcelino demonstra bem como a experiência da greve pode fazer mudar de postura alguns trabalhadores. O problema narrado na citação acima é algo comumente encontrado em estudos de caso e pesquisa que tratam sobre relações de trabalho terceirizadas. Os trabalhadores muitas vezes não sabem

[31] Logística Sumaré Ltda. Empresa terceirizada que atua dentro da Honda. (Marcelino, pag. 2, 2002).

qual sindicato os representa, e quando sabem, não acompanham as práticas do seu sindicato, ou não se reconhecem nas políticas por ele desenvolvidas. Estas experiências também podem propiciar o companheirismo e a solidariedade de classe entre trabalhadores terceirizados e outros trabalhadores, de outras empresas, ramos de atividade, ou até mesmo de trabalhadores do quadro próprio de empresas onde coexistem as duas modalidades de contratação.É o que completa Paula Marcelino (pag. 202, 2002) a respeito da greve analisada em sua pesquisa de mestrado: “mesmo com todas as diferenças entre os trabalhadores da LSL e da Honda, mesmo com a discriminação e a divisão incentivadas (...) os trabalhadores contratados diretamente pela Honda apoiaram os funcionários da LSL”.

A importância de uma greve marcou também a história de Alexandre Roberto, 26 anos, leiturista. Morador do bairro Mantiqueira, em Belo Horizonte, Alexandre afirma ter se formado politicamente durante uma greve ocorrida em 2009, na empreiteira onde trabalhava. Atualmente não trabalha mais na mesma empresa, mas admite ter levado consigo todos os conhecimentos e ensinamentos apreendidos neste momento. Segundo o eletricitário, ele e os seus companheiros de empreiteira estavam insatisfeitos com a forma que se dava o pagamento dos salários dos trabalhadores. Existia, de acordo com ele, sempre uma desculpa da empresa para descontar algum salário dos funcionários. Além de todos os descontos previstos na legislação trabalhista, a empresa fazia descontos em dinheiro ao menor atraso dos trabalhadores e também cobrava caso eles necessitassem substituir algum equipamento de proteção individual antes do prazo previsto. “Mas quando a gente ficava a mais no nosso horário de trabalho eles nunca pagavam hora extra”, relembra o leiturista. Ainda de acordo com o relato de Alexandre, o nível de exigência e disciplina imposto pela empresa era muito grande, mas apenas de um lado: “os trabalhadores tinham sempre que ser perfeitos, nunca podíamos chegar cinco minutos atrasados sem que eles descontassem alguma parte do nosso salário, que era uma miséria”, ressalta o leiturista. No entanto, os abusos chegaram a um ponto onde não foi mais possível suportar. Segundo ele, diversos trabalhadores foram mandados embora ou pediram demissão por não conseguirem tolerar a dura rotina. Esse clima de extrema rigidez e descontentamento acabou por criar uma comoção, que logo foi seguida de mobilização, e conseguinte greve dos trabalhadores terceirizados. Conforme aponta o eletricitário, a *gota d’agua* para a

mobilização foi quando a empresa ameaçou cortar o vale refeição de todos os empregados.

> Nós já não aguentávamos mais a forma que a gente era tratado pelo pessoal da firma, parecia que a gente estava ali recebendo algum favor da empresa. Eles não viam o pessoal como funcionário, *fichado* [contratados com carteira de trabalho assinada] e que tem direitos e deveres, que tem que ser respeitado. Era só *porrada* e cobrança. Eles inventavam desconto pra tudo, *sô*... nunca vi tanta coisa que esse povo arrumava pra tirar da gente. (...). Mas aí no dia que eles falaram que a empresa ia parar de pagar o vale alimentação [cujo valor era de R$ 7, 00 diários...] nós piramos, *uai*. Não tem condição uma coisa dessas não. (Alexandre Roberto, leiturista, 2012).

Ao receberem a informação de que a empreiteira não pagaria mais o vale alimentação os trabalhadores começaram a se movimentar. O clima na empresa era ao mesmo tempo de revolta e desânimo entre os funcionários. No dia do aviso informando sobre o fim da concessão do benefício nenhum trabalhador protestou, mas em alguns dias isso mudou. De acordo com Alexandre, ele tem um amigo que é filiado ao sindicato da construção civil e sempre participa de mobilizações da sua categoria. Ele conversou com esse amigo e foi se convencendo da importância de uma mobilização reivindicando a manutenção do benefício. Aos poucos os trabalhadores foram se organizando dentro da empreiteira e decidiram convocar uma assembleia:

> Demorou uns dois ou três dias; a notícia que eles deram falando que iam cortar o vale aconteceu em uma segunda-feira. O pessoal ficou revoltado, uns mais tristes, mas ninguém fez nada no começo. Mas depois eu, outros colegas, fomos criando uma revolta por dentro e decidimos chamar o pessoal para fazer alguma coisa. Eu nem pensei em procurar sindicato nem nada, foi de repente mesmo. (...). Daí, acho que foi na quinta-feira, a gente fez uma reunião grande [assembleia] e decidiu que não ia trabalhar até eles voltarem a pagar o vale alimentação. Nós ficamos sem trabalhar quinta e sexta, como sábado e domingo a gente tem folga, só voltamos a trabalhar segunda-feira meio-dia, depois que o diretor conversou com a gente e acertou que pagaria o vale novamente. (...). Foi legal a experiência, bem importante pra gente, né... Até o pessoal da

> limpeza, que também tinha ficado sem vale, participou da greve. Eu aprendi bastante. O pessoal de outros sindicatos, dos engenheiros, dos professores, eu acho, nos apoiaram, incentivaram. Eles continuaram com a pressão em cima da gente depois, mas o vale voltou mesmo. (Alexandre Roberto, leiturista, 2012).

Vale lembrar que como contribuição para o entendimento das especificidades do objeto em estudo no próximo capítulo desta dissertação, faremos uma rápida digressão histórica sobre o contexto estrutural do capitalismo e também debateremos a sua manifestação contemporânea expressa no neoliberalismo, assuntos de extrema relevância para localizarmos teórico e historicamente o objeto deste estudo.

2.5 "O sindicato em seu labirinto": dificuldades do exercício sindical em um contexto de terceirização da força de trabalho.

2.5.1 Impactos da terceirização na representação sindical.

Ramalho (1997), ao pesquisar o setor metalúrgico do estado do Rio de Janeiro, constatou que o processo de terceirização contribuiu não apenas para uma maior precarização das relações de trabalho, mas também, dentre outras coisas, dificultando enormemente as ações do movimento sindical, impedindo, por exemplo, que os sindicatos entrassem nestas empresas terceirizadas, que eram por ele mesmo pesquisadas.

Outro pesquisador que tratou do tema da terceirização, Krein (pag. 205, 2007), reitera este entendimento e também aponta a dificuldade que esta forma de contratação acaba criando entre terceirizados e efetivos por, muitas vezes, não ser coincidente o interesse de ambos. Segundo ele, há uma perda qualitativa e quantitativa: "a terceirização tende a pulverizar a base de representação e a diminuir o poder do sindicato principal, constituindo-se em mecanismo de pressão para a viabilização da flexibilização das relações de trabalho".

Além disso, Krein (2007) aborda outro aspecto bastante importante dentro desta complexidade que é o processo de terceirização em uma empresa onde coexistem as duas modalidades de contratação, efetivos (ou do quadro próprio) e terceirizados. Ele frisa que algumas distinções encontradas nesta relação, advindas do estatuto jurídico em que um e outro conjunto de trabalhadores são contratados para executar o mesmo serviço, ou no mesmo local, empresa, acabam facilitando atuação das empresas.

> A diferenciação dos salários e os benefícios menores também funcionam como mecanismo de pressão sobre os trabalhadores da empresa principal, que, muitas vezes, precisam moderar as suas reivindicações e até aceitar a desregulamentação de direitos devido à pressão para não terceirizar. (...). Enfim, dada a lógica adquirida pela terceirização, apesar de suas múltiplas faces, esta constituiu-se em uma forma de flexibilização das relações de trabalho, ao permitir um rebaixamento nos salários, nas condições de trabalho e na segurança do trabalho, assim como ao promover a segmentação da representação sindical e ampliar a liberdade da empresa na alocação do trabalho. (Krein, pag. 205, 2007).

Os impactos da terceirização são visíveis também na ação sindical e nas negociações coletivas dos trabalhadores flexibilizados, subcontratados. Seguindo na mesma linha de raciocínio apontada por Ramalho (1997) e Krein (2007), Lopes (2004) traz bons argumentos que corroboram com a ideia de que a terceirização fragmenta, divide e dificulta a organização sindical dos trabalhadores. De acordo com os argumentos de Lopes, podemos compreender que a composição da classe trabalhadora é bem pulverizada, repartida e, de certa forma, impedida objetiva e subjetivamente de se unificar, tornar-se "classe para si". Abaixo, Lopes aponta quais seriam os motivos para a composição da classe trabalhadora se apresentar pulverizada e distanciada nesta atual fase do capitalismo e de reestruturação produtiva:

> [...] mosaico de classe representado pelos: (1) efetivos ou estáveis que fazem parte do núcleo mais protegido – mesmo em vias de redução de direitos –; (2) os de 'segunda categoria', aqueles temporários permanentes que labutam como terceirizados há cerca de 20 anos trocando de crachá e de empresa a todo o momento que vence um contrato; (3) os de 'terceira categoria', que são os temporários rotativos,

> trabalhadores de paradas e de contrato por tempo determinado; e (4) os de 'quarta categoria', os terceirizados das terceiras, os trabalhadores daquelas empresas que não garantem direitos mínimos aos seus contratados. Há também o aumento da fragmentação da representação sindical, já que os trabalhadores das terceiras são geralmente representados por sindicato mais fracos, com pouco poder de barganha e que apresentam maior dificuldade de negociarem melhores condições de trabalho e salário (LOPES: 2004, pag.06)

Falando também sobre esse processo de transformação que ocorre na classe trabalhadora, Ricardo Antunes (2000) argumenta que tais modificações atingem igualmente a dimensão subjetiva dos trabalhadores, seu estado de consciência social e a sua relação com os organismos de representação historicamente construídos:

> Se já não bastassem essas transformações, a crise atingiu também diretamente a subjetividade do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são a expressão. Os primeiros, os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. (Antunes, 2000, pag. 150).

A partir do exposto, podemos exemplificar o Sindieletro-MG, sindicato intermunicipal que representa os trabalhadores na indústria energética de Minas Gerais, e que tem sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, como um exemplo destas dificuldades de atuação dos sindicatos quando se trata da representação de trabalhadores terceirizados. O Sindieletro foi fundado em 25 de julho de 1951, mesmo ano em que o então governador Juscelino Kubitschek anunciava a construção da Cemig, para representar os trabalhadores da indústria energética da capital mineira. Com o passar do tempo ele foi expandido a sua região de atuação e hoje representa a maioria dos eletricitários das cidades mineiras e se subdivide em sete regionais.

Além de representar os eletricitários do quadro próprio da Cemig, ele tem efetuado um trabalho constante e crescente no sentido de combater a terceirização

e a precarização do trabalho na empresa. No entanto, o Sindieletro não representa os trabalhadores terceirizados juridicamente, devido a uma manobra realizada pela Cemig nos anos de 1990, e tem a sua atuação restringida por esse motivo. A Cemig só aceita discutir com o Sindieletro assuntos relacionados aos trabalhadores do quadro próprio. O sindicato que representa, em sua grande maioria, a força de trabalho terceirizada da Cemig são os sindicatos da construção civil localizados em cidades e ou regiões específicas onde se localiza as empreiteiras que prestam serviço para a concessionária.

2.5.2 A Judicialização das lutas contra a terceirização: lutando no campo do inimigo?

Dentro deste contexto de dificuldade de atuação sindical (principalmente dos sindicatos denominados “principais”, ou seja, àqueles que representam originalmente os trabalhadores do quadro próprio de uma determinada empresa), uma das principais frentes de resistência utilizadas pelo movimento sindical para enfrentar o problema da terceirização tem sido a passagem pelo campo jurídico, via o Poder Judiciário. É uma tendência de “judicialização” das lutas a que o movimento sindical se encontra refém.

Pudemos verificar ao longo deste trabalho que a terceirização é um instrumento central e vital para a lógica do capital, sobretudo neste momento específico do desenvolvimento capitalista. Também conseguimos observar algumas de suas consequências para o mundo do trabalho contemporâneo. Narramos aqui algumas estratégias de resistência dos trabalhadores contra a terceirização e a importância da disputa política em torno da terceirização, como forma de compreender táticas e estratégias dos diversos atores que combatem tal fenômeno.

Contudo, ao analisar as estratégias de resistências utilizadas pelo movimento sindical para combater a terceirização quase sempre nos deparamos com algum aspecto jurídico. Devemos salientar, no entanto, mesmo que brevemente, o caráter da disputa existente dentro do poder judiciário, ou seja, compreender o significado da judicialização das lutas contra a terceirização. Este movimento possui dois polos

principais: um é instigado pelos sindicatos representantes dos trabalhadores e o outro pelos representantes patronais. Porém, o poder judiciário, as instituições jurídicas, o Estado em si, como órgão centralizador das instituições políticas, jurídicas, etc., não são agentes neutros. Pelo contrário. Certa vez Vladimir Lênin[32] (1979), em momentos ainda efervescentes pós-revolução de outubro de 1917, em sua famosa conferência sobre o Estado na Universidade Sverdlov (1919), refletiu com os universitários presentes sobre a complexidade e dificuldade de uma caracterização precisa que o Estado requer e como devemos ser cautelosos:

> A questão do Estado é uma das mais complexas, mais difíceis e, talvez, a mais embrulhada pelos eruditos, escritores e filósofos burgueses. [...] Todo aquele que quiser meditar seriamente sobre ela e assimilá-la por si, tem de abordar essa questão várias vezes e voltar a ela uma e outra vez, considerar a questão sob diversos ângulos, a fim de conseguir uma compreensão clara e firme. (Lênin, pag. 176, 1979.

Seguindo nesta mesma perspectiva de reflexão que propõe Lênin, apesar de um pouco mais contundente, Marx e Engels (1999), em o *Manifesto Comunista*, conceituam o Estado moderno como nada mais do que "um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia" (MARX & ENGELS, pag. 12, 1999). Portanto, se trata de um campo de luta no mínimo temerário este denominado de "Poder Judiciário".

A importância de entender esse movimento de contradição se reforça ainda mais quando se verifica a possibilidade de votação do projeto de lei (PL) 4330, mas, fundamentalmente, com uma votação do Supremo Tribunal Federal (STF), que pode dar repercussão geral, ou seja, permitir de forma generalizada a terceirização. Se este julgamento for favorável à terceirização da atividade-fim, modificará a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Vejamos.

Conforme observada por nós neste trabalho a complexidade da dinâmica das relações de trabalho nos anos 1990-2000, e compreendendo a realidade econômica, o novo mundo do trabalho, o quadro político institucional e suas repercussões diante do movimento sindical, analisando, em particular, a terceirização na Cemig,

[32] "Sobre o Estado". Conferência na Universidade Sverdlov, 11 de julho de 1919. In: Lênin, V. 1. Obras escolhidas em três tomos. Lisboa/Moscou, "Avante!"/Progresso, 1979. v. 1, t. 2, p. 176.

podemos compreender como o Poder Judiciário se portou diante destas mudanças das últimas duas décadas.

Na tentativa de compreender o processo de judicialização das lutas, Sobrinho (2008) afirma:

> O aumento do número de demandas judiciais na Justiça do Trabalho é resultado de uma prática capitalista que visa reduzir a dimensão do conflito de classe ao plano de problema individual do trabalhador. O acesso á justiça é algo paradoxal para o trabalhador brasileiro, que de um lado desperta para o sentido da cidadania, por outro desconfia da existência de um modelo que possibilita a "naturalização" do conflito como um conteúdo previsível do contrato de compra e venda da força de trabalho. (...) A individualização do conflito trabalhista contribui para aprofundar a fragmentação do poder de resistência dos trabalhadores, para aumentar a possibilidade de apropriação do trabalho não por parte das empresas e, em consequência, para o rebaixamento das condições de trabalho. (...) O conteúdo das demandas é basicamente referente as verbas rescisórias e anotação da carteira de trabalho. O grande número de trabalhadores sem carteira assinada, conforme apontam as demandas judiciais, significa que a deslegitimação da norma trabalhista é consequência da estrutura legislativa que contribui para a precarização das relações de trabalho. Esta tendência aprofunda-se principalmente com o aumento da informalidade. Enfim, por meio da judicialização do conflito, a empresa tende a livrar-se dos mecanismos de resistência interna do empregado e a afastar a possibilidade de uma ação coletiva que resulte de uma força combinada entre os trabalhadores e os seus representantes sindicais. (SOBRINHO, pag. 16-18, 2008).

Neste sentido, entendemos que se tornam mais frágil e distante de um conteúdo conscientizador as lutas de trabalhadores que são travadas distantemente, longe da práxis diária dos trabalhadores, sejam eles terceirizados ou contratados diretamente por uma empresa ou instituição pública. O *vício* da luta jurídica é algo causado muito mais por uma unidade de fatores complexos, como a crise de identificação que parcelas significativas da classe trabalhadora possuem com os seus sindicatos, crises econômicas, dificuldade de se chegar ao pleno emprego, do que por uma abertura maior à resoluções favoráveis à classe trabalhadora dentro das instituições jurídicas.

2.6. Servidão neoliberal: trabalhadores terceirizados em situação análoga à escravidão.

Por fim, é simbólico e demasiado contundente que após toda a nossa exposição sobre o tema da terceirização na Cemig que o último item deste capítulo trate de algo extremamente degradante: trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão. No ano de 2014 a Cemig foi responsabilizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) pelo flagrante de 179 trabalhadores em condições análogas à de escravidão. Os trabalhadores eram submetidos a jornadas de mais de 11 horas por dia, dentre outros abusos.

De acordo com o MPT, dos 179 trabalhadores, 82 eram migrantes, principalmente do interior de Minas Gerais, e estavam em alojamentos em condições degradantes. “Sete casas onde moravam os funcionários, em Belo Horizonte, não tinham armários e estavam cheias de lixo e entulho”, (Repórter Brasil, 2014).

Além disso, de acordo com o Repórter Brasil (2014), eles eram funcionários de uma empresa contratada sem licitação, segundo a fiscalização dos órgãos públicos.

O ministério público do trabalho, por meio da procuradora Luciana Marques Coutinho, protocolou nesse mesmo ano (fevereiro de 2014) uma denúncia chamada de “Ação Prévia”, em que ela responsabiliza a Cemig pela situação dos trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão e também pelos inúmeros problemas ocasionados pela terceirização da força de trabalho na empresa. Apesar do tamanho da citação a seguir, julgamos importante a reprodução das partes mais importantes desta “Ação Prévia” apresentada pelo MPT.

> NOTÍCIA DE FATO N. 19.2014.03.000/4
>
> APRECIAÇÃO PRÉVIA:
>
> Trata-se de Notícia de Fato instaurada em razão do recebimento do OFÍCIO N. 692/2013/SFISC/SRTE/MG, com remessa do resultado de ação fiscal realizada na empresa CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A (CEMIG D) no período de 21/07/2013 a 13/12/2013.

Segundo consta do minucioso e extenso trabalho fiscal, foi constatada a prática de terceirização ilícita pela empresa CEMIG D, na contratação de CET ENGENHARIA LTDA. para prestação dos serviços de “construção e manutenção em redes de distribuição e em linhas de distribuição energizadas e desenergizadas, plantão para atividades emergenciais nas linhas de distribuição e outras atividades correlatas”, já que realizada ao arrepio do entendimento jurisprudencial dominante, consolidado na Súmula 331 do C. TST.

Ainda consoante o relatório fiscal, a empresa CEMIG D se utiliza da terceirização para obter mão de obra mais barata, que, todavia, permanece sob seu jugo, através de subordinação e controle dos seus prepostos, com imposição de seus procedimentos e modo de operação.

O relatório enfatiza os malefícios da terceirização promovida para os trabalhadores envolvidos, já que há precarização das condições de trabalho em relação aos empregados do quadro próprio, destacando a desigualdade entre os terceirizados e os empregados contratados de maneira regular, no tocante a pisos salariais, benefícios e conquistas históricas da categoria dos eletricitários.

Afirma que há desagregação da categoria dos trabalhadores, atualmente pulverizada em uma enorme e diversa gama de sindicatos vinculados a vários segmentos econômicos.

Igualmente, destaca o prejuízo social da terceirização ilegal, já que é utilizada como meio de burla à exigência do concurso público, obrigatório, como sabido, para as empresas públicas e sociedade de economia mista, como é o caso da CEMIG.

Ressalta ainda a existência de prática de repasse direto de serviço ou atividade pública da concessionária de energia elétrica a terceirizada, sem a prévia seleção pública através de licitação, considerando que a CEMIG D faz uso de “contratos particulares”, indicando a seu talante, prestadoras de serviços para realização de obras solicitadas por consumidores.

Além da prática de terceirização e intermediação ilícita de mão de obra, foram apuradas diversas outras irregularidades trabalhistas tais como: não oferecimento de condições sanitárias, de conforto e higiene adequados (não fornecimento de água potável e instalações sanitárias nas frentes de trabalho, alojamentos e alimentação inadequados/insuficientes) ; falta de anotação fidedigna da jornada trabalho (já que não registrada jornada extraordinária cumprida pelos trabalhadores); quitação de salário sem registro nos recibos salariais, não contabilizado e com sonegação de encargos sociais; descumprimento de várias normas de saúde e

> segurança no trabalho, notadamente falta de treinamento/capacitação, falta de exames médicos obrigatórios e ausência de adoção de medidas de prevenção a incêndios.
>
> Da mesma forma, a Fiscalização do Trabalho, comprovando a veracidade da denúncia que deu ensejo à ação fiscal, atestou a submissão dos trabalhadores à situação degradante de labor, análoga ao trabalho escravo, em razão da existência de condições de trabalho aviltantes a dignidade dos trabalhadores e prestação de jornada de trabalho exaustiva.
>
> Como resultado da ação fiscal, foram lavrados 38 (trinta e oito) autos de infração contra a CEMIG D, e notificadas a tomadora de serviços e a terceirizada para "se posicionarem por escrito sobre sua disposição de garantir a rescisão indireta do contrato de trabalho das vítimas de trabalho análogo ao de escravo", ao todo 139 (cento e trinta nove) trabalhadores. Porém, de acordo com relatório fiscal, a CET ENGENHARIA se manifestou refutando a existência de trabalho análogo ao de escravo e a possibilidade de rescisão indireta dos trabalhos. Já a CEMIG D não apresentou resposta ou justificativa à Fiscalização.
>
> Ainda segundo o relatório, foi realizada reunião na empresa para informar aos trabalhadores o resultado da ação fiscal, porém o encontro foi prejudicado pela ausência da maioria das vítimas que, quando da chegada dos auditores fiscais, já não estavam na sede da empresa, a despeito do agendamento prévio com o preposto da empregadora direta.

A Cemig responde a, pelo menos, dois processos na justiça por terceirização ilegal, ambos iniciados pelo MPT e um deles em tramitação há mais de dez anos. Em 2013 o TST julgou improcedente uma ação do Ministério Público do Trabalho que contestava e pedia fim à terceirização na empresa.

CAPÍTULO 3 - CRISE DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E AS REPERCUSÕES NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO

A minha luta é dura e regresso
com os olhos cansados
às vezes por ver
que a terra não muda,
mas ao entrar teu riso
sobe ao céu a procurar-me
e abre-me todas
as portas da vida
(Pablo Neruda, *Teu riso*).

3.1. Caracterização geral do sistema de produção

O sistema de produção capitalista tem sua gênese na chamada acumulação primitiva de capital que é fruto de um longo e duro processo histórico, conforme elucida Marx (2006):

> O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. (MARX, 2006, pag. 828).

Segundo o autor, esse processo que retira do trabalhador os meios de trabalho e faz deles trabalhadores assalariados começa na expropriação dos camponeses proprietários, que eram a maioria da população inglesa no século XV, perpassa na legislação que perseguia os expropriados e culmina em uma imensa

população sem direitos e sem meios de trabalho: o proletariado capitalista. Vemos, então, que a propriedade capitalista não é fruto do trabalho de seus donos.

Marx (2006) deixa claro que o sistema capitalista é um sistema produtor de mercadorias, mas não somente isto. Além de mercadorias, ele produz mais-valia e reproduz relações sociais. Na verdade, o capitalista não fabrica suas mercadorias por amor à sua utilidade enquanto mercadoria. Ele as fabrica por elas serem fonte de lucro, que nada mais é do que a mais-valia extorquida. A mais-valia são as horas de trabalho que o burguês não paga aos funcionários, isto é, a parte da jornada trabalhada que gerou valor e que não é devolvida sob a forma de salário. Ao vender uma mercadoria, o burguês a vende, às custas da força de trabalho, por um preço maior do que o que foi gasto para produzi-la. Daí o termo mais-valia, ou mais-valor, conceito mais ultimamente utilizado nas recentes traduções.

Torna-se evidente, então, que a mercadoria é a célula da riqueza capitalista. Por isso a tendência imanente deste modo de produção é a venda de bens e serviços sob a forma mercadoria, seja ela um objeto palpável, um conhecimento, uma informação, um serviço, ou até mesmo o ensino. E sua mercadoria principal é, sem dúvida, a força de trabalho, no sentido que apenas tal mercadoria tem a utilidade de agregar valor às coisas materiais e não-materiais.

Ainda no referencial teórico-metodológico de Karl Marx (2006), para produzir riquezas de magnitudes cada vez maiores, o sistema capitalista se vale do que a bibliografia especializada, conforme já abordamos no capítulo anterior, chama de *reestruturação produtiva*. Estas reestruturações são, poderíamos dizer de maneira pedagógica, alterações realizadas pelo burguês no processo de trabalho. Mas não são modificações que visam a inserção de mais trabalhadores no processo de produção, como defendem alguns setores do empresariado e inclusive autores da academia[33]. Ao contrário, elas são expressão da tendência do sistema capitalista de reduzir os gastos com a força de trabalho e, para isso, aumentar os investimentos com máquinas e equipamentos tecnológicos que relegam ao desemprego grande parte dos trabalhadores.

[33] Ver “Terceirização – será que agora vai?”, José Pastore, O Estado de São Paulo. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,terceirizacao-sera-que-agora-vai-imp-,1656521. Acesso em 24 de março de 2015.

As *reestruturações produtivas* se tornam parte do ambiente societal capitalista para o capital obter êxito em, no mínimo, dois aspectos: o primeiro deles diz respeito ao sentido econômico, que é mais evidente, de aumentar a produção de mais-valia. O segundo deles, frequentemente esquecido por alguns teóricos da teoria social e pesquisadores da sociologia do trabalho, é de natureza política: visa a diminuição e o controle do potencial de reivindicação dos trabalhadores.

No entanto, a prioridade de maximizar lucros pela produção incessante de mercadorias tem seu limite próprio: as crises de superprodução[34]. Tais crises são cíclicas, ou seja, eclodem periodicamente. Ao contrário do que se possa prever, elas não são acidentes: são elementos estruturantes da ordem do capital, que desenvolve-se através da explicitação de suas contradições. A forma como o capital tenta minimizar os efeitos das crises não é, de maneira nenhuma, democrática. A violência é sentida na subjetividade, nos corpos e muitas vezes na vida dos trabalhadores.

3.1.1 A crise do capitalismo expressa no aspecto neoliberal da reestruturação produtiva

Ao se falar contemporaneamente em crise do capital um grande autor que trata magistralmente do tema é o húngaro István Mészáros. Na caracterização que faz do capital, Mészáros (2002, pag. 736-37) argumenta que, em suma, as relações capitalistas são a forma mais desenvolvida do capital por estarem centradas na predominância das relações mercantis. É o que ele completa ao afirmar que "(...) a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma mais desenvolvida, a capitalista (...)". Apesar dessas relações já serem presentes em outras épocas, elas são o que configura um sistema do capital desenvolvido.

[34] A superprodução coexistindo no mesmo território da miséria é uma contradição jamais vista em outras épocas da história da humanidade. Presenciamos produtores que queimam suas mercadorias por elas não terem sido vendidas no mercado. Ao mesmo tempo, mais de 1 bilhão de pessoas vivem abaixo da linha da miséria segundo a ONU. Dados disponíveis em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u308869.shtml

A crise de 1929, a de 1970 e a de 2008 foram crises de superprodução de bens de consumo, de petróleo e de residências, respectivamente.

O autor caracteriza assim o capitalismo:

> fase particular da produção do capital na qual:
> 1.a produção para a troca [...] é dominante;
>
> 2.a própria força de trabalho [...] é tratada como mercadoria;
>
> 3.a motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção;
> 4.o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma forma inerentemente econômica;
> 5.a mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e
> 6. de acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente independente de dominação e subordinação econômica (MÉSZÁROS, 2002, pag. 736-37).

Ainda segundo o autor, enfrentamos atualmente uma situação de crise estrutural do capital que se iniciou em meados dos anos de 1970 quando a maioria da população mundial se encontrava em uma situação de privação das condições mais elementares de vida, com o desemprego estrutural disseminado, o subemprego, o precário sistema de transporte público e de saúde, a fome, o baixo nível das condições de ensino e a deficitária situação de moradia daqueles que vivem em favelas, as quais têm se proliferado, apesar das promessas liberais de pleno emprego, progresso para todos e fim da pobreza que postularam Walt Rostow e John Kenneth Galbraith (MÉSZÁROS, 2007, pag. 125-126).

Em relação à origem da crise estrutural do capital e ao espaço onde a mesma está incluída, Mészáros, (2002, pag. 798) afirma que "... a crise estrutural não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas...". Essas são as três dimensões fundamentais do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Mészáros afirma que, enquanto essas dimensões estiverem funcionando normalmente, não há nenhuma crise estrutural, podendo haver outros tipos de crise, como as cíclicas, que não afetam as três dimensões em conjunto; e, portanto, não colocam "em questão os limites últimos da estrutura global" (Mészáros, pag. 799). Só se pode falar em crise estrutural do capital, de acordo com Mészáros se:

> [...] a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema.
> [...] quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e disfunções antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso complexo mecanismo de deslocamento de contradições (2002, pag.799).

Feita esta exposição elucidativa a respeito da crise do capital, nos convém, agora, reforçar o seguinte: o neoliberalismo é expressão da ofensiva do capital sobre o trabalho, ou seja, ele reforça e reproduz a divisão da sociedade em classes desiguais em escala crescente. Ele insiste em retirar os direitos conquistados pelos trabalhadores nas décadas precedentes, principalmente em momentos de aprofundamento das crises.

Em 1989, economistas apologistas da ordem do capital, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras entidades financeiramente poderosas se reuniram para sistematizar um estatuto sobre medidas neoliberais em curso e indicá-las como estratégia viável para os países emergentes. Esta cartilha ficou conhecida como o Consenso de Washington, eis as regras neoliberais fundamentais estabelecidas:

1. *Diminuição dos gastos do Estado*: isto é, diminuir os gastos com os setores sociais.
2. *Reforma tributária*: estabelecer baixos índices de impostos.
3. *Abertura comercial*: queda das barreiras alfandegárias, ou seja, não impor tributações às mercadorias estrangeiras.
4. *Política de privatizações:* “vender” as empresas estatais à iniciativa privada.
5. *Flexibilização dos direitos sociais:* de forma mais clara, a perda de direitos, tal como está sendo praticada amplamente na Europa, nos últimos anos.

6. *Queda das barreiras a investimentos internacionais:* possibilitar a livre circulação de capitais estrangeiros no país.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) passaram a estipular a execução dessas medidas como condição à concessão de empréstimos e financiamentos para os países emergentes.

Os resultados do neoliberalismo nos países emergentes são sintomáticos. De fato, ao programar políticas neoliberais, alguns países, como o Brasil, alcançaram índices de crescimento econômico *relativo*. Mas, conforme indica Antunes (2003) indicadores de crescimento econômico não são sinônimos de melhorias nas condições de vida da população. E, em termos *absolutos*, o crescimento econômico mundial "que se mantinha num crescimento de 4% na década de 60, chegou ao final da década de 90 com apenas 1%". (ANDRIOLI, 2002, pag.3)

Como apontou Karl Marx (1997) "o poder estatal não está suspenso no ar". Ou seja, o Estado possui determinantes referentes ao tipo societal vigente. Por este motivo, o Estado, ao contrário do que preconiza o senso comum, não é uma entidade que busca o bem-comum. O neoliberalismo não foge à regra: é expressão das lutas e tensões empreendidas no bojo da sociedade. Em última instância, o neoliberalismo beneficia os setores dominantes da sociedade, e relega às classes populares a perda de direitos anteriormente conquistados.

De acordo com Alves (2000, pag. 32), perante a deflagração da crise estrutural, se fez necessário elaborar meios para enfrentá-la. Ainda de acordo com autor, o novo padrão de produção instaurado pode ser considerado "como a mais radical e interessante experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital" (ibidem, pag. 33). E é nessa perspectiva que convida Giovani Alves, de que se faz necessário criar métodos de combate às mazelas criadas pela crise estrutural, que seguiremos para o próximo item deste capítulo. Em itens posteriores apresentaremos algumas formas desenvolvidas pela categoria dos eletricitários para lutar contra a terceirização e precarização das relações de trabalho na Cemig.

3.2 Neoliberalismo como expressão da crise do capital.

Com a crise do petróleo em meados da década de 1970, a energia elétrica passa a ocupar um papel de destaque para o desenvolvimento capitalista. Esse projeto se consolida no Brasil no final da década de 1980, após a vitória das políticas neoliberais de Margareth Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989) na Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente. O primeiro país a experimentar tais medidas foi o Chile sob a tutela do ditador Augusto Pinochet.

Nesse contexto, o ano de 1989 é importante para a consolidação desse projeto, pois é neste ano que se consolida o conjunto de regras e diretrizes a serem seguidas por todo o mundo com a formulação do famoso Consenso de Washington.

Uma rápida digressão histórica dos conceitos. Para apreendermos o neoliberalismo, é necessário, primeiramente, elucidar alguns pressupostos do liberalismo enquanto uma doutrina e pensamento político. De início, conforme nossa afirmação na frase anterior, se ele constitui um pensamento político específico, já está posta a impossibilidade deste pensamento ser neutro. Outrossim, mesmo que os teóricos afirmem a imparcialidade, a nosso ver tal imparcialidade (ou omissão em relação aos atos políticos) é impossível. A esse respeito, diz Adalberto Paranhos:

> Se se considerar que a omissão consiste numa forma de presença - em muitos casos, a pior delas, bem entendido – a nossa não participação e o nosso alheamento diante da política constituem também um *ato político*, reforçando, por via indireta, aqueles que tiram partido da manutenção da situação vigente. (Paranhos, 1987, pag. 50)

Se o liberalismo não é uma doutrina neutra, ele está atrelado a determinados interesses e tem um posicionamento no mundo. É sob esta perspectiva que deveremos analisar o que, de fato, é o liberalismo.

O pensamento político liberal ganhou corpo e força ao ser delineado por John Locke (1632 – 1704). De forma resumida, trataremos aqui das principais aspirações

liberais, tal como encontramos na obra deste autor e na teoria de Adam Smith (1723 – 1790).

Em primeiro lugar, John Locke (2006) é um defensor do direito à *propriedade privada*. Segundo este autor, a propriedade privada é fruto do trabalho de seu dono e, por isso, ele possui o direito inalienável de posse sobre ela.

> [...] cada homem tem sua propriedade particular em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seus braços e a obra de suas mãos, pode-se afirmar, são propriamente dele. Retirando [qualquer bem] do estado comum em que a natureza o colocou, agregou-lhe com seu trabalho um valor que o exclui do direito comum de outros homens. (Locke, 2006, pag. 38)

Por ser privada, ela é um tipo de propriedade que está em direção oposta à propriedade comunal – um tipo de propriedade baseada na posse comum da terra e de seus produtos. A visão de Locke (e dos liberais) é chamada por Marx (2006) de visão idílica por considerar que a moderna propriedade privada, ou seja, a propriedade privada do tipo capitalista teria sua gênese no trabalho próprio. Como veremos posteriormente, a gênese da propriedade capitalista nada tem de idílica.

Em segundo lugar, levando em conta qual seja a ótica de Locke, a *liberdade* é um direito natural do homem, e só pode estar submetida a uma legislação que tenha o consentimento da comunidade. Sendo assim, o autor é um partidário de um sistema governamental parlamentarista e se coloca oposto às tiranias absolutistas. O Estado, segundo ele deveria garantir as liberdades civis e os direitos dos seus súditos.[35]

Além da liberdade e da propriedade privada, o liberalismo defende outras ideias. Segundo Adam Smith (1996), a prosperidade econômica das nações advém das diversas iniciativas privadas mediadas pelo trabalho livre. Em outros termos, segundo considera o autor, os diversos agentes econômicos visam o benefício próprio e por isso estabelecem comércio e vínculos produtivos. Esta iniciativa seria a

[35] John Locke é muito criticado por ter defendido, ao contrario da aparência de sua teoria, um Estado parlamentarista onde só os homens “esclarecidos” deveriam fazer parte. Ou seja, ele não defende uma democracia plena, mas sim uma forma de governo composto pela burguesia.

gênese da riqueza de um país. Deste modo, para o bom funcionamento do sistema, a iniciativa econômica não deveria ser impedida por nenhum agente regulador. Daí a tese do *Estado mínimo* que busca a *liberdade econômica do mercado, a livre concorrência* etc. Segundo ele, o mercado já possui os automatismos reguladores, não necessitando de fatores externos, daí o conceito de *livre mercado.*

Podemos sintetizar o liberalismo enquanto uma doutrina política que preconiza as seguintes ideias: liberdade política, direito à propriedade privada capitalista, liberdade de mercado e o Estado mínimo, ou seja, a não intervenção do Estado na economia.

O liberalismo foi declarado "falido" após a crise econômica de 1929. Após tal crise, os Estados dos principais países passaram a intervir fortemente na economia e, nos países capitalistas centrais, concederam, embora não sem luta e organização, diversos direitos às classes trabalhadoras. Por isso, o período de 1945-1970 é conhecido como os anos de ouro do capitalismo, e a modalidade de Estado nos EUA e na Europa recebeu o título de Estado de bem-estar social.

Para subsistir, o capitalismo precisa fornecer respostas inovadoras às suas crises. Por este motivo o neoliberalismo surge como força real após a crise da década de 1970. Como alternativa à crise, economistas burgueses passaram a sugerir a diminuição da intervenção estatal na economia. Segundo Antunes (2003), ao lado do neoliberalismo emergiu o toyotismo, conceito que já apresentamos anteriormente neste capítulo, uma modalidade de reestruturação produtiva.

> Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de *reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2003. pag. 31)

O neoliberalismo surge nas políticas estatais a partir do esgotamento do padrão keynesiano do pleno emprego. De fato, entre 1945 e 1970 a população dos países capitalistas desenvolvidos experimentou uma época de prosperidade de direitos e de emprego. O Estado financiou direitos fundamentais à educação, saúde, seguridade social etc. No entanto, a partir da execução das políticas neoliberais, esse tipo de Estado acabou por ruir e deu espaço para o surgimento de uma nova ordem: a era neoliberal. Resumidamente, o neoliberalismo é "reflexo do forte avanço do capital sobre a organização dos trabalhadores". (ANDRIOLI, 2002, pag.1) e agravou a precarização do trabalho. Surge então um tipo de liberalismo adequado às conjunturas e contextos do século XX, o neoliberalismo. O corpo de doutrinas neoliberais foram implementadas desde a década de 1970 e continua a avançar até os nossos dias.

3.3. A lógica da precarização: breve conceituação sobre a terceirização do trabalho.

Atualmente, ao se falar sobre o termo "terceirização", várias são as disputas que se evidenciam, tão logo seja escrita ou pronunciada esta palavra, seja no campo ideológico, terminológico ou político. Para começar, podemos iniciar explicando onde estão as raízes, no sentido histórico, deste termo. Historicamente podemos datar como gênesis da terceirização o advento do chamado *putting out* (trabalho realizado em casa por artesões com ferramentas e matéria-prima fornecida por burgueses, em resumo simples do significado) na Revolução Industrial Inglesa, no longínquo século XVIII.

No entanto, para continuar, cabe-nos esclarecer que neste trabalho adotaremos a definição, a nosso ver a mais assertiva, de Marcelino & Cavalcante (2012, pag.331) de que "a terceirização é todo o processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho". Essa conceituação, a nosso ver, além de bastante acertada para analisarmos o fenômeno da terceirização na especificidade deste estudo, também nos oferece pistas para a reflexão sobre o que seria, por assim dizer, a "generalidade" de todo o fenômeno na economia moderna, e dialoga com o

que apontamos no item 2.1 deste capítulo, onde demonstramos na tabela número 3 que, no nosso caso em estudo, a série histórica apresentada nos permite conectar a diminuição no gasto com a força de trabalho com o aumento do lucro da empresa Cemig ao longo dos anos.

Para a força de trabalho a face mais obscura da terceirização revela-se em precarização do trabalho. Retirada de conquistas, sob o pretexto da redução de custos para a manutenção dos postos de trabalho, a extensão das jornadas e pressão por produtividade respondem à mágica dos lucros. Outros vários autores que estudaram o tema, e observaram a realidade da terceirização a partir de pesquisas e estudos de caso, dentre os quais podemos destacar: Druck (1999); Amorim (2003); Marcelino (2004; 2008); dentre outros, apontaram sempre em suas conclusões *um sentido precarizante nas relações de trabalho terceirizadas*.

Outros autores que também estudam e procuram definir teórico-conceitualmente o tema, como por exemplo, Krein (2007), Cavalcante & Marcelino (2011), Cavalcante & Filgueiras (2015), entendem o debate sobre a terceirização em uma perspectiva mais ampla de disputa, tanto política, como conceitual e teórica. Ao analisar as tendências recentes das relações de trabalho no Brasil, Krein (2007) concluiu que:

> A terceirização, apesar de suas múltiplas formas de manifestação, tem como identidade de sua natureza a busca de redução de custos, a flexibilidade organizacional e a partilha dos riscos do negócio com outro agente econômico, como estratégia no enfrentamento de um cenário em que prevalece um capitalismo financeirizado e em que as empresas estão expostas a uma maior concorrência devido à desregulação da economia e ao baixo e instável crescimento do produto. Essas características, com algumas exceções, no caso brasileiro, permitem vincular a terceirização à flexibilização das relações de trabalho e à precarização. (Krein, pag. 188,189; 2007).

Na prática, essa “otimização” do processo produtivo representa um grande impacto negativo nas condições de trabalho. Os contornos dessas transformações do capital são tratados por Harvey (1992) não como especialização, mas como uma “acumulação flexível”, que se confronta com a rigidez do fordismo e se sustenta na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e

padrões de consumo. Surgem novos setores de produção, novas formas de execução dos serviços financeiros, inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais. As mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual se dão entre setores e regiões geográficas, movimentando acentuadamente o “setor de serviços” (HARVEY, 1992).

As empresas contratantes procuram um serviço especializado e obviamente mais barato para atender à necessidade insaciável de aumento dos lucros, tendo como principal benefício a redução imediata dos custos com pessoal e, posteriormente, o aumento do lucro em consequência do aumento da produtividade dos trabalhadores. Para garantir a lucratividade do terceiro ou “empreiteiro”, como são conhecidos os donos de empresas prestadoras de serviços, como no caso da Cemig, por exemplo, o trabalhador tem que receber remunerações muito menores do que as pagas aos trabalhadores dos quadros próprios das empresas contratantes, além de não se beneficiarem de vários outros direitos sociais e/ou conquistas das lutas históricas dos trabalhadores, ou ainda, são obrigados a produzir muito mais, seja pela inserção de metas ou intensificação do trabalho, não sendo raro que todas estas situações aconteçam simultaneamente quando há a terceirização dos serviços.

Podemos estabelecer como marco inicial do processo de terceirização no país a sombria segunda metade da década 60, período de regime militar no Brasil, quando foi promulgado o decreto 200/1967, que não regulamentou especificamente a terceirização no país, mas serviu de incentivo para que as empresas contratações indiretamente alguns serviços.

> Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução. (Lei 200, 1967).

Nos anos oitenta deu-se a adoção do método toyotista[36] de gestão, baseado na produção muito vinculada à demanda, variada e bastante heterogênea; no trabalho operário em equipe, com multivariedade de funções; no sistema *just in time,* com o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; e senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no toyotismo, devem ser mínimos, entre outros. No sistema toyotista, pouco se produz dentro das fábricas, transferindo a terceiros, grande parte da produção (ANTUNES, 2010). Com isso, adensaram-se os contratos de prestação de serviços inerentes ao ciclo produtivo, terceirizando atividades que antes eram de inteira realização e fiscalização do empreendedor, primeiramente nas montadoras de veículos, depois em qualquer área produtiva.

É importante enfatizarmos o caráter global da terceirização, como instrumento de flexibilização das relações de trabalho e de fragmentação da classe trabalhadora, o que enfraquece os sindicatos classistas e estabelece uma prevalência do capital sobre os trabalhadores e sobre a sociedade, o que justifica a terceirização mesmo que esta não implique em aumento do lucro (ANTUNES, 2010).

Na prática, os trabalhadores recebem treinamento precário e desenvolvem habilidades que os permitem produzir mais e em menor tempo no momento em que pratica sua atividade laboral, sob a cobrança exacerbada por produtividade vinda de seus superiores hierárquicos ou dos próprios donos das empresas contratadas, um controle de produção típico do modelo taylorista de organização do trabalho, fundamentado basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril (ANTUNES, 2010).

A não-capacitação dos trabalhadores representa, ainda, um mecanismo para as empresas justificarem o pagamento das baixas remunerações, pois, para o

[36] O toyotismo é a denominação do modelo de acumulação flexível implantado na indústria japonesa automobilística da Toyota, o qual serviu de importante referencial para outros países. Segundo ressalta Antunes (1995): "... ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. È este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede numa produção em série e de massa do fordismo. Deste modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção... é garantido pelo just in time."

capital, é confortável relacionar a remuneração ao currículo e formação (ou falta dela) do trabalhador. Sem treinamento e recebendo remunerações que muitas vezes não o permite realizar treinamentos por conta própria, o trabalhador se torna refém dessa condição, pois a sua carreira tende ao congelamento e onde quer que vá concorrer a outro emprego não terá melhorias que justifiquem o risco de sair da empresa atual.

3.4. Neoliberalismo e reestruturação produtiva no setor elétrico: terceirização em alta voltagem.

As reformas iniciadas nos anos de 1990, primeiramente no governo Fernando Collor de Mello[37] e, posteriormente, no de Fernando Henrique Cardoso[38] tiveram grande impacto na indústria de energia elétrica brasileira, sobretudo na vida dos trabalhadores. Um dos principais motivos para isso foi a autorização para a privatização de concessionárias de energia sob controle dos estados e da União.

No Brasil, em abril de 1992, o então presidente Fernando Collor promulga a lei 8.031 intitulada de "Plano Nacional de Desestatização (PND)"[39], que foi a base fundamental para o início da reestruturação no setor elétrico nacional. Já em junho deste mesmo ano, foram incluídas no PND as primeiras concessionárias de energia elétrica a serem privatizadas: a Light – do Rio de Janeiro – e a Escelsa, do Espírito Santo (VIEIRA: 2007).

Prosseguindo na crítica aos acontecimentos dos anos de 1990, Vieira afirma:

> Concomitante ao PND seguiu-se a operação "desmonte" que, iniciada no governo Sarney, foi ganhando corpo e se aprofundando no governo Collor, cuja finalidade era empreender uma devassa em órgãos públicos federais, desmantelar a administração direta e privatizar setores da

[37] O governo de Fernando Collor foi exercido entre 1990-1992.

[38] FHC exerceu dois mandatos, 1995-1998 e 1999-2002.

[39] Programa iniciado no governo de Fernando Collor de Melo com a privatização de empresas do setor industrial e que foi prolongado ao governo de Fernando Henrique Cardoso com a privatização de outras empresas de serviços públicos.

> administração indireta, atingindo diversos órgãos [...] (entre eles) áreas da Eletrobrás, que consolidavam informações globais de controle, planejamento e operação do setor elétrico brasileiro. (Vieira, 2007, p. 93).

Na esfera produtiva, de acordo com Santana e Ramalho (2004), e de maneira esquemática conforme advertem os autores, podemos mostrar as principais transformações ocorridas neste mesmo momento histórico foram:

- Em um cenário crescentemente globalizado, de abertura de mercados e de forte competição internacional, as unidades produtivas de grande porte ficam mais “enxutas” e aumentam a produtividade (a chamada *lean production*);
- A atividade produtiva passa a exigir trabalhadores polivalentes/flexíveis que, em posse de ferramentas flexíveis, teriam como resultado de seu trabalho um produto flexível;
- A parcela do trabalho fora do “foco” principal da empresa passa a ser subcontratada a outras empresas (ou terceirizada);
- O setor industrial perde volume frente ao setor de serviços e a flexibilização das atividades produtivas leva também a um aumento da precarização nos contratos de trabalho.

Foram, então, criadas todas as condições para se implantar as práticas de subcontratação e terceirização do trabalho no setor. A tabela a seguir demonstra como o setor elétrico perdeu postos de trabalho durante a década de 1990 e como a terceirização aumentou no Brasil de 1994, comparativamente a números do ano de 2010.

Tabela 5 – Composição da Força de Trabalho no Setor Elétrico Brasileiro de 1994 a 2010

Ano	Trabalhadores Próprios	Trabalhadores Terceirizados	Força de Trabalho Total
1994	183380	Nd	Nd
1999	111166	Nd	Nd
2000	101720	Nd	Nd
2001	97148	Nd	Nd
2002	96741	Nd	Nd
2003	97399	39649	137048
2004	96591	76972	173563
2005	97991	89238	187229
2006	101105	110871	211976
2007	103672	112068	215740
2008	101451	126333	227784
2009	102766	123704	226470
2010	104857	127584	232441

Fonte: Fundação COGE. Elaboração Igor Figueiredo/Jobert Fernando

Observa-se claramente que não há um crescimento expressivo da força de trabalho total num período de quinze anos e sim uma substituição gradual, porém determinante, da força de trabalho do quadro próprio das empresas por força de trabalho terceirizada. Esse é um elemento importante que a tabela 4 nos permite enxergar. Até o ano de 2005 a predominância da força de trabalho do setor era de trabalhadores do quadro próprio (97.991) contra pouco mais de 89.000 contratados indiretamente; já para os dados de 2006 verificamos a prevalência da força de trabalho terceirizada, com mais de 110.000 contratados.

Além disso, é possível notar um aumento anual expressivo da quantidade de trabalhadores terceirizados entre os anos de 2003 e 2008. Nestes cinco anos, os funcionários terceirizados passaram de 39.649 para o total de 126.333. Um aumento pouco maior do que 218% em apenas cinco anos. Nesse período, os maiores picos de contratação foram registrados nas sequências anuais 2003-2004 e 2004-2005, com um *boom* de contratos de trabalhadores firmados que chegaram à quantia de 37.323 e 21.633 formalizações, em apenas doze meses, respectivamente. Coincidentemente, é logo após esse período de contratações massivas de trabalhadores terceirizados que, em 2006 (ano também em que de fato se consolidou a maioria de operários terceirizados no setor), foi registrado o maior número de mortes de trabalhadores terceirizados em um único ano. Conforme está exposto no capítulo 1 desta dissertação, na tabela 1, setenta e quatro pessoas contratadas de forma indireta perderam a vida enquanto trabalhavam. Estas informações nos induzem a interpretar o quão precária foram estas contratações.

Ao continuar nossa análise da tabela acima podemos verificar que em 2003 o número de trabalhadores do setor elétrico brasileiro contratados diretamente pelas empresas era de 97.399 eletricitários; já os trabalhadores terceirizados não passavam de 39.649, conforme já salientamos, totalizando 137.048 pessoas empregadas nas duas formas jurídicas. Enquanto em 2003 a força de trabalho do chamado quadro próprio representava pouco mais de 71,1% do total dos eletricitários do país, em 2010, apenas sete anos depois, houve uma inversão significativa nesses números. A porcentagem de trabalhadores não terceirizados caiu de 71,1% para 45,2%, aglutinando nesta data 104.857 trabalhadores em um universo de 232. 441 pessoas vinculadas formalmente ao setor.

Ao mesmo tempo, o crescimento do número de trabalhadores terceirizados foi uma tendência constante durante toda a série histórica apresentada na tabela acima. A partir de 2003, primeiro ano em que é possível comparar o número de trabalhadores do quadro próprio com trabalhadores terceirizados, até o fim da série, em 2010, a força de trabalho terceirizada deixou de representar 28,9% do total para ser a maioria com 54,8% de todos os trabalhadores do setor.

Já o número de trabalhadores do quadro próprio, que em 2003 era de 97.399, chegou em 2010 a quantia de 104.857; um aumento modesto de apenas 7,6%. Isso significa que, no mesmo período, o número de trabalhadores terceirizados cresceu

221%, passando de 39.649 para 127.584, ultrapassando significativamente o número de trabalhadores do quadro próprio e se solidificando como maioria até então.

Estes tristes números são sempre confirmados por pesquisas (DIEESE 2010; 2011), como já citamos, e também pelo sindicato da categoria, o Sindieletro-MG. A instituição sempre tenta contestar os balanços divulgados pela Cemig, e acusa a empresa de esconder informações que não lhe interessa divulgar, em uma publicação denominada "*Desbalanço*". O sindicato afirma que informações sobre o número de terceirizados, acidentes e mortes na empresa, entre outras coisas, não são divulgados na publicação oficial. "A dor da gente não sai nos balanços da Cemig" (DESBALANÇO, pag. 10, 2012). Ainda de acordo com a denúncia apresentada na publicação sindical, a realidade quanto ao crescimento do número de trabalhadores terceirizados no setor elétrico nos últimos quinze anos, e o altíssimo número de óbitos (ver tabelas 1 e 4), têm correspondência concreta na realidade da Cemig:

> Um levantamento feito pelo Sindieletro mostra que dos 107 eletricitários mortos por causa de acidentes ocorridos quando estavam a serviço da Cemig, desde 1999, 85 (79%) eram terceirizados. Os outros, 21 (20%) eram do quadro próprio da empresa e um trabalhador pertencia a consórcio. (...). Em todo o setor elétrico, os terceirizados são as maiores vítimas de acidente de trabalho. Os últimos dados da Fundação Coge, entidade que representa as empresas de energia no Brasil, mostraram que, em 2010, a incidência de mortes de trabalhadores de empreiteiras foi 8,45 vezes maior do que com empregados do quadro próprio. Por grupo de 100 mil trabalhadores, em 2010, a taxa de mortalidade chegou a 56,43 óbitos de terceirizados. Entre os trabalhadores próprios, a taxa é de 6,68. (Desbalanço, Sindieletro, pag. 10, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adentrarmos no processo concreto de terceirização na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), percebemos que as relações de trabalho terceirizadas apontam para uma tendência de precarização e mutilação radical da vida laboral e social destes trabalhadores. A eminência da morte, acidentes e envelhecimento precoce somam-se ao rebaixamento objetivo e subjetivo desses trabalhadores. A constatação do jovem trabalhador Fábio que se percebe como um "quinterizado", ao falar da enorme discrepância entre salários e benefícios dos trabalhadores próprios da Cemig e dos terceirizados, coincide com a tendência da terceirização brasileira apontada por Antunes e Druck:

> No caso brasileiro, consta-se uma verdadeira epidemia nas últimas duas décadas, que contaminou a indústria, os serviços, a agricultura, o serviço público, generalizando-se também não só para as atividades-meio, mas também para as atividades-fim. Nesse campo – da organização do trabalho – evidencia-se, através da terceirização, condições de trabalho e salário que definem trabalhadores de primeira e de segunda categorias, como porta para o trabalho análogo ao escravo [...]. As diferenças entre uns e outros se explicitam no tipo de treinamento, em geral é menor para os terceirizados, no acesso limitado às instalações da empresa (como refeitórios e vestiários), nas revistas na entrada e na saída da empresa, nas jornadas mais extensas, na intensificação do trabalho, na maior rotatividade, nos salários menores, nas mais arriscadas condições de (in) segurança, entre outras coisas. (Antunes; Druck, 2014, pag. 17).

Insegurança. Foi o que também podemos averiguar ao estudar a experiência da terceirização na Cemig. As condições de trabalho a que são submetidos estes trabalhadores deixam marcas irreversíveis e geram uma tremenda insegurança em quem reproduz a vida na profissão de eletricitário. A insegurança dos trabalhadores terceirizados, se comparada à insegurança dos trabalhadores do quadro próprio da Cemig, é um aspecto de diferenciação chocante que notamos durante a investigação. O trabalho com energia elétrica é por si só um motivo bastante relevante para a cautela e constante cuidado para quem trabalha com este tipo de

atividade, no entanto, foi possível verificar que esta é uma grande preocupação para os trabalhadores terceirizados, se não a maior. A partir das observações e vivências em campo realizadas em 2011 e 2012, nos foi relatado por trabalhadores vinculados às empreiteiras que a preocupação é constante e que “o medo ronda sempre o trabalho deles”. Se para os trabalhadores efetivos o treinamento chega a durar seis meses, para os contratados via terceirização muitas vezes o treinamento não passa de uma semana. E os efeitos deste despreparo, falta de treinamento e más condições de trabalho já conhecemos, nos foi exposto nos capítulos anteriores desta dissertação: mortes, mutilação, assédio.

Na Cemig, de 1999 a 2013, de acordo com os dados fornecidos pelo principal sindicato dos eletricitários de Minas Gerais, a cada 45 dias morreu um trabalhador terceirizado, um número impressionante de vidas ceifadas durante o exercício do trabalho. Em 2014 e 2015 também foram registrados novos acidentes fatais com a força de trabalho terceirizada. Pudemos constatar que para os trabalhadores terceirizados da Cemig a morte é uma sina, uma das mais profundas tragédias que a terceirização na empresa trouxe nos últimos 15 anos. Apesar de este estudo ter se focado na realidade da Cemig, pudemos examinar por meio de números publicados pelo DIEESE que em todo o setor elétrico brasileiro a altíssima mortalidade é um fantasma que assusta trabalhadores, sindicalistas e parcelas do poder público compromissados com a dignidade da vida humana e com um trabalho seguro. Trabalhadores, muitos ainda jovens, no início da vida laboral ou no primeiro emprego, perdem a vida no trabalho e deixam familiares e parentes desamparados, jogados à própria sorte, já que quase sempre as empreiteiras (e também a Cemig) se recusam a pagar indenizações, amparar os dependentes e familiares das vítimas; em outras situações é também muito comum a morte moral, quando muitos trabalhadores que sobreviveram aos acidentes, em muitos casos com mutilações severas e irreparáveis, se perdem no anonimato, sem nenhum tipo de ajuda ou acompanhamento das empreiteiras ou da Cemig. Renegados pelas empresas onde trabalhavam e com os direitos negados, muitos entram e depressão, definham moralmente sem nenhuma perspectiva para a atual condição de invalidez.

As vidas mutiladas também demonstram a gravidade do problema. Pessoas que sofreram mutilações em vários aspectos das suas vidas estão nas histórias de horror que o enredo da terceirização trouxe para a realidade dos trabalhadores

brasileiros. Seja na esfera subjetiva, política ou ainda física e corpórea, com mutilações irrecuperáveis em seus corpos e em sua dignidade, a força de trabalho terceirizada sofre ainda mais com as mazelas da (des) proteção sindical e política que o momento histórico de fragilidade de agência que o movimento sindical e dos trabalhadores possui se insere na luta de classes. Sindicatos mais fracos, pelegos, de atuação política grande parte do tempo quase nula, os trabalhadores terceirizados se inserem em um lugar de enorme vulnerabilidade no cenário do mundo do trabalho.

No nosso estudo de caso sobre terceirização, realizado em uma única empresa do setor elétrico, cabe ressaltar, não foi possível observar nenhum possível aspecto positivo que a terceirização trouxe para os trabalhadores da Cemig.

Além disso, foi possível perceber que a terceirização pode ter repercussões muito mais degradantes para os trabalhadores do que a aparência do fenômeno nos permite enxergar. Concluímos que o processo de terceirização massiva na Cemig coincide com o processo de financeirização da empresa, com o aumento dos repasses dos lucros para acionistas e também a piora nos serviços para a população, conforme apresentamos nos capítulos 1 e 2. Além do mais, como disse em 2011 na Audiência Pública sobre Terceirização promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), o economista do DIEESE, Fernando Duarte: “Não se trata de debater se pode ou não terceirizar as atividades-fim de uma empresa. No capitalismo a atividade-fim é o lucro”.

A crítica foi justamente ao setor elétrico brasileiro, presente na audiência por meio de seus representantes formais, que usam de malabarismos jurídicos e que tentam tergiversar sobre a centralidade do problema da terceirização ao manobrar burocraticamente medidas que encubram que esta ou aquela função é atividade-fim, quando, na verdade, as empresas afirmam ser atividade-meio, ou algo parecido, apenas para fugir de alguma crítica sobre esta forma de contratação. Como disse Fernando Duarte, isso pouco importa, a terceirização deixa vítimas sistematicamente no setor elétrico.

Apesar da impotência dos sindicatos em lutar contra a enorme precarização do trabalho que existe nesta forma de contratação, muitos acreditando que o único campo de disputa contra a terceirização são os tribunais do trabalho, os trabalhadores resistem e conspiram como podem. Apresentam formas – ainda que

tímidas, desorganizadas e sem uma agenda de lutas mais ampla – que eles de alguma forma inventam para resistir dentro do submundo sombrio em que se transformaram as empreiteiras contratadas pela Cemig. Mesmo que seja na solidariedade de classe expressa em atitudes corriqueiras, como o boicote racionalizado, paralisações e greves, a crítica à terceirização existe, ganha força e amadurece entre os trabalhadores que a vivenciam todos os dias. Isso também não é diferente dentre algumas categorias do funcionalismo público, estudiosos e pesquisadores compromissados com a peleja contra esta prática, ou ainda na mente e nos corações daqueles trabalhadores e trabalhadoras que, mesmo calados, sem se manifestarem publicamente, conspiram e resistem silenciosamente contra a barbárie que é a terceirização.

Foi possível concluir com este trabalho que a divisão entre os trabalhadores é umas das mais perversas moléstias que a terceirização traz para o conjunto dos trabalhadores. Durante a pesquisa foi possível conhecer e conversar com trabalhadores que executam a mesma função, tem o mesmo cargo (eletricitário de linhas e redes), mas que não têm os mesmos direitos. Trabalhadores que executam o mesmo trabalho, mas que são diferenciados pela forma jurídica de contratação a que estão submetidos. Sem dúvida alguma estas relações diferenciadas, desiguais em direito, em salários, fazem com que a categoria sofra com a fragmentação, ainda mais em um momento onde os eletricitários terceirizados são a maioria dentro dos quadros de funcionários da Cemig.

No momento em que esta dissertação é finalizada o Brasil vive um momento de profundos ataques aos direitos dos trabalhadores. O Projeto De Lei Nº 4.330-I DE 2004, da Câmara Federal, e o PLC 30/2015, do Senado Federal, são um duro golpe ao conjunto dos trabalhadores que lutam contra a terceirização do trabalho. Estes projetos pretendem generalizar a prática da terceirização em todos os ramos de atividade no país. Criado em 2004 na Câmara Federal, o projeto foi desengavetado e posto em votação no primeiro semestre de 2015. Aprovado na Câmara, ele ganhou nova sigla no Senado e agora pode ser votado ainda este ano. Para entendermos o tamanho da barbárie que pode estar por vir, o capítulo 2[40], em seu

[40] O texto completo do projeto de lei pode ser acessado em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1325350&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+4330/2004. Acessado em 10/06/2015.

inciso primeiro, do projeto final da Câmara Federal, de autoria inicial do deputado Sandro Mabel do PL de Goiás diz o seguinte:

"Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram—se:

I - terceirização: a transferência feita pela contratante da execução de parcela de qualquer de suas atividades à contratada para que esta a realize na forma prevista nesta Lei;".

Ou seja, é a possibilidade para a banalização da terceirização em uma escala gigantesca e de consequências imprevisíveis. Toda e qualquer atividade, não importando se é atividade-meio ou se é atividade-fim poderá ser terceirizada. O cenário político atual é tenebroso, vivenciamos um momento de muito conservadorismo na política institucional brasileira. Na atual conjuntura a luta contra a terceirização ganha contornos dramáticos e perigosos, mas que devem ser encarados, enfrentados e problematizados com todo o conjunto da sociedade brasileira. Trabalhadores e trabalhadoras, intelectuais, centrais sindicais distintas, movimentos sociais, partidos e outros grupos e organizações da sociedade nacional acompanham atentos ao desenrolar do que o pesquisador e professor da USP, Ruy Braga, chamou de "maior derrota popular desde o golpe de 1964".[41]

Por fim, consideramos que este estudo é uma tentativa honesta de compreender o fenômeno da terceirização em suas mais diversas facetas. A busca pela compreensão dos problemas objetivos e subjetivos da terceirização na Cemig (quais as consequências para os trabalhadores, para os sindicatos, no serviço prestado, etc.), sempre foram, desde o inicio da pesquisa, ainda em 2011, nossas linhas condutoras. Por certo algumas questões não foram abarcadas por esta pesquisa, seja por limitações de quem realizou a pesquisa, ou por problemas objetivos, de limitantes impostos pelo objeto pesquisado, durante o momento de ida a campo. Apesar disso, alguns elementos nos foram revelados com esta pesquisa e buscaremos aprofundá-los e desvendá-los em pesquisas posteriores, algumas já em andamento.

---

[41] Reportagem da Revista Carta Capital, 22/04/2015. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/economia/lei-da-terceirizacao-e-a-maior-derrota-popular-desde-o-golpe-de-64-2867.html. Acesso: 20/05/2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aguinaldo Bizzo de. **Terceirização no Setor Elétrico. Proteção: Revista Mensal de Saúde e Segurança**. Novo Hamburgo, Ano XXIII. Ed. 218, p. 38, fev.2010. Entrevista concedida a Cassiana de Oliveira.

ALVES, Giovanni**. Nova ofensiva do capital**: crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho / Francisco, J. S. Teixeira, Manfredo Araújo de Oliveira (orgs) – São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

ANDRIOLI, Antônio. **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo.** In.: Revista Mensal – Ano II – Número 13, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª edição. Campinas - São Paulo: Unicamp – Cortez, 2007. 200 p.

_____. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. 259 p.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**.** São Paulo: Boitempo, 2003.

ANTUNES, R. & DRUCK, G. **A epidemia da terceirização**. in: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. Boitempo, 2014.

ARANHA, A.V.S. & Cunha, D. M. (1996). *Modernidade e qualidade na CEMIG sob a lógica dos trabalhadores*. In: F. P. A. Lima. & J.E. Normand. Qualidade da produção, produção dos homens. I Seminário Interinstitucional Trabalho, tecnologia & organização." Belo Horizonte, MG: Autor.

ASSIS, J.C. **A nêmesis da privatização**: Desregulação caótica das indústrias de serviços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Mecs. 1997.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa***:* o movimento operário europeu em crise. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BUONFIGLIO, M .C. (1995.) Reestruturação *produtiva e seus efeitos no mundo do trabalho*. Trabalho apresentado no VII Encontro Norte - Nordeste de Ciências Sociais. UFPb, Paraíba.

Branco, Catulo. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século *XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1974.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica de pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro, 1987, F. Alves.

CARNEIRO, R. M.**Desenvolvimento em Crise (A economia brasileira no último quarto do século XX).** São Paulo: Fundação da Editora UNESP (FEU), 2002. v. 01. 423 p.

Cemig. **Superintendência de Comunicação Social e Representação**. Projeto Memória. Cemig, 35 anos. Belo Horizonte, 1987. 186 p. ilust.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

Conferência na Universidade Sverdlov, 11 de julho de 1919. In: Lênin, V. 1. **Obras escolhidas em três tomos**. Lisboa/Moscou, “Avante!”/Progresso, 1979. v. 1, t. 2, p. 176.

DAU, Denise Motta; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (Org.).***Terceirização no Brasil:*** *discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas)*. São Paulo: Annablume, 2009. 301 p.

Diniz, Clélio Campolina**. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte, UFMG, 1981.

DRUCK, M. da G. **Terceirização: (dês) fordizando a fábrica**: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2002.

JORGE, Fernando. **Getúlio Vargas e seu Tempo**, 2 vol., T. A. Queirós, 1986.

KREIN, José Dari. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil (1990-2005).** Campinas, SP: Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp,2007.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

LOPES, F. A. **Considerações sobre a terceirização no Brasil**. São Paulo: CNM/CUTDIEESE (mimeo), 2004.
MANDEL, E. **A Crise do Capital**. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. **A Logística da Precarização**: Terceirização do Trabalho na Honda do Brasil / Paula Regina Pereira Marcelino – Campinas, SP: [s.n], 2002. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

_____. **Terceirização e ação sindical**: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil / Paula Regina Pereira Marcelino. - - Campinas, SP : [s.n], 2008. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

MARSON, Adalberto. **Reflexões sobre o procedimento histórico**. *In*: SILVA, Marcos A. da (org.). *Repensando a história*. Rio de Janeiro: Marco Zero/ANPUH-Núcleo de São Paulo, 1984, p. 37-64.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. In: MARX, Karl & Engels, Friedrich. Obras escolhidas. Moscou: Progresso, 1982.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
MARX, R. **Trabalho em grupo e autonomia como instrumentos da competição**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2a edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** Trad. Maria Lúcia Como. 4a ed. revista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

MÉSZAROS, I**. Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Ana Karina Loiola de. **Assédio moral no cenário do trabalho flexível: desafios da vigilância em saúde do trabalhador no Ceará** — 2013.

Oliveira, Francisco de. **O surgimento do antivalor**: capital, força de trabalho e fundo público. In: Novos estudos Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, nº 22. São Paulo: Cebrap, out. 1988.

_____. **Os direitos do antivalor**: A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

PARANHOS, Adalberto. **Política e cotidiano:** as mil e uma faces do poder. In.: Nelson C. Marcellino (Org.). Introdução às Ciências Sociais. 1ª ed. Campinas: Papirus, 1987.

POCHMANN, Marcio. **Debates contemporâneos, economia social e do trabalho**, 2 : A superterceirização do trabalho / Márcio Pochmann; organizador: Eduardo Fagnani – São Paulo: LTr, 2008.

PORCHMANN, Marcio. **Sindeepres, Trajetórias da Terceirização Pesquisa inédita.** Disponível em: <http://sindeepres.org.br/images/stories/pdf/pesquisa/trajetorias1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

PRONI, M. W.; LYRIO, P. M. **Revista Gestão Industrial**. V.01, n. 01: 137-163, 2005. Relações e Condições de trabalho no Brasil. / DIEESE – São Paulo: DIEESE, 2007.

RAMALHO, José Ricardo. **Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil.** In: ANTUNES, Ricardo. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos, reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra.* São Paulo: Boitempo, 1997.

SAMUEL, Raphael. **História local e história oral**. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n.º 19, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Set/1989/Fev/1990, p. 219-243.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SOBRINHO, Zéu Palmeira. **A norma trabalhista e sua legitimação. Revista de Direito e Processo**. Brasília: ANAMATRA, p. 55-66, 28 dez.2008.

VIEIRA, José Paulo. ***Antivalor: um estudo da energia elétrica:*** *construída como antimercadoria e reformada pelo mercado nos anos 1990*. São Paulo, 2007.

Fontes Eletrônicas on-line

ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial**. Rev. Katálysis [online] vol.12, n.2, pp. 188-197. ISSN 1414-4980, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000200008>. Acesso em: 23 jun. 2014.

ALVES, G. & MORAES, L. **Trabalho e estratégias empresariais no capitalismo global toyotismo e "captura" da subjetividade.** Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9006/7501. Acesso em: 26/03/2015.

ANEEL. **Indicadores de continuidade.** Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores_de_qualidade/resultado.cfm>. Acesso em: 14 mar 2012.

ANP. **Terceirização no setor elétrico: alta tensão e baixa segurança**. http://www.radioagencianp.com.br/10966-terceirizacao-no-setor-eletrico-alta-tensao-e-baixa-seguranca. Acesso em: 26/03/2015.

BRASIL DE FATO. **Terceirizações que levam a morte**. Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/node/10771. Acesso em: 26/03/2015.

BRASIL DE FATO. **Terceirizados da Cemig sofrem mais acidentes de trabalho.** Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/content/terceirizados-da-cemig-sofrem-mais-acidentes-de-trabalho. Acesso em: 26/03/2015

BRASIL, decreto de lei 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.** Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em: 06 fev 2012.

BRASIL, lei 8987, de 13 de fevereiro de 1995. **Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987cons.htm>. Acesso em: 06 fev 2012.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade.** Portaria GM n.º 598, de 07 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E216601310641F67629F4/nr_10.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2014.

Câmara Federal. **Projeto De Lei Nº 4.330-I DE 2004**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1325350&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+4330/2004. Acesso: 10 de junho de 2015.

Carta Capital, 22/04/2015. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/economia/lei-da-terceirizacao-e-a-maior-derrota-popular-desde-o-golpe-de-64-2867.html. Acesso: 20/05/2015.

CRUZ, Elaine Patrícia. Rotatividade de trabalhadores terceirizados contribui para o déficit da Previdência, diz presidente do Ipea. **Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação, 05 mar. 2012. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-03-05/rotatividade-de-trabalhadores-terceirizados-contribui-para-deficit-da-previdencia-diz-presidente-do-i>. Acesso em: 17 mai. 2014.**

DALAZEN, João Orestes. **Audiência pública do TST sobre terceirização no Brasil.** Discurso de abertura disponível em: <http://www.tst.jus.br/ASCS/arquivos/audiencia_publica_dalazen.pdf>. Acesso em: 04 fev 2012.

DIEESE. **Terceirização e morte no trabalho**: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estPesq50TercerizacaoEletrico.pdf>. Acesso em: 23 ago 2011.

FILGUEIRAS, V. & CAVALCANTE, S. M. **Terceirização: um problema conceitual e político**. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1799. Acesso em: 26/03/2015.

HELOANI, Roberto. RAE electron. vol.3 no.1 São Paulo Jan./June 2004.

LEYMANN, Heinz. **The mobbing encyclopaedia**. Disponível em: http://www.leymann.se/English/frame.html. Acesso em: 29 out. 2004.

MARCELINO, Paula Regina. & CAVALCANTE, Sávio Machado. Cad. CRH,v.25,n.65,p.331-346,2012. Disponível em: http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/39213.

NASCIMENTO, Sônia A.C. Mascaro. **O assédio moral no ambiente do trabalho**. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 371, 13 jul. 2004. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/5433>. Acesso em: 13 mar. 2015.

OCDE. **Os níveis de formação.** Disponível em: http://data.oecd.org/fr/eduatt/diplomes-de-l-enseignement-superieur.htm#indicator-chart. Acesso em: 02/03/2015.

OIT. **Acidentes fatais do setor elétrico brasileiro (2005 – 2008)**. Disponível em: http://laborsta.ilo.org/data_topic_E.html. Acesso em: 20/03/2015.

PASTORE, J. **Terceirização – será que agora vai?** Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,terceirizacao-sera-que-agora-vai-imp-,1656521. Acesso em: 26/03/2015.

REPÓRTER BRASIL. **Apreciação prévia do MPT sobre flagrante de escravidão na Cemig**. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/2014/02/apreciacao-previa-do-mpt-sobre-flagrante-de-escravidao-na-cemig/. Acesso em: 26/03/2015.

REPÓTER BRASIL. **Cemig é responsabilizada por flagrante de 179 trabalhadores em condições análogas às de escravos.** Disponível em:

http://reporterbrasil.org.br/2014/02/cemig-e-responsabilizada-por-flagrante-de-179-trabalhadores-em-condicoes-analogas-as-de-escravos/. Acesso em: 26/03/2015.

SILVA, Luís Geraldo Gomes. **Os acidentes fatais entre os trabalhadores contratados e subcontratados do setor elétrico brasileiro.** Revista da RET – Rede de Estudos do Trabalho, ano VI, n. 12, 2013. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/RRET12_2.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2014.

SINDIELETRO-MG. **Desbalanço Social da CEMIG 2012**. Disponível em: http://www.sindieletromg.org.br/uploads/arquivos/desbalanco/desbalanco_2012.pdf. Acesso em: 26/03/2015.

Documentários:

Avesso Filmes/Sindieletro/MG: **Terceirização: Escravidão Neoliberal.** 2007. BH.

Grupo de Estudo Trabalho e Capital. **Terceirizado, um trabalhador brasileiro.** 2015. SP.

Jornais e revistas

Jornal Chave Geral, edição número 190, março de 2000.

Jornal Chave Geral. Edição número 591, setembro de 2011.

Jornal Chave Geral. Edição número 335, agosto de 2003.

Jornal Chave Geral. Edição número 339, setembro de 2003.

Jornal Chave Geral. Edição número 384, outubro de 2004.

ANEXOS

Anexo I: Estrutura Acionária da Cemig

Estrutura Acionária

Composição do Capital Social Referência: Junho/2011						
Acionistas	Quantidade de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Setor Público	152.107.922	51,00	7.078.185	1,84	159.186.107	23,33
Área Federal	51.517	0,02	559	0,00	52.076	0,01
FINOR	50.966	0,02	-	-	50.966	0,01
Caixa Econômica Federal	551	0,00	551	0,00	1.102	0,00
DNIT	-	-	8	0,00	8	0,00
Área Estadual	152.033.489	50,97	7.057.472	1,84	159.090.961	23,31
Estado de Minas Gerais	151.993.292	50,96	-	-	151.993.292	22,27
MGI Minas Gerais Participações	-	-	6.839.890	1,78	6.839.890	1,00
MGS Minas Gerais Adm e serviços SA	-	-	217.582	0,06	217.582	0,03
RURALMINAS	26.092	0,01	-	-	26.092	0,00
Cia Desenvol Econ MG – CODEMIG	844	0,00	-	-	844	0,00
COPASA – Cia. Saneamento MG	13.261	0,00	-	-	13.261	0,00
Municípios	22.916	0,01	20.154	0,01	43.070	0,01
Setor Privado	146.155.013	49,00	376.593.687	98,03	522.748.700	76,60
Interno	133.758.037	44,84	86.031.311	22,40	219.789.348	32,21
AGC Energia S/A	98.321.592	32,96	-	-	98.321.592	14,41
Demais Acionistas	35.436.445	11,88	86.031.311	22,40	121.467.756	17,80
Externo	12.396.976	4,16	290.562.376	75,64	302.959.352	44,40
ADR's	914.277	0,31	173.879.204	45,26	174.793.481	25,61
Demais Acionistas	11.482.699	3,85	116.683.172	30,37	128.165.871	18,78

(Incluindo LATIBEX)						
Ações em Tesouraria	-	-	290.920	0,08	290.920	0,04
Ações a identificar (ao portador)	-	-	180.238	0,05	180.238	0,03
Conselho de Administração	2.324	0,00	1.188	0,00	3.512	0,00
Conselho Fiscal	4.400	0,00	-	-	4.400	0,00
Diretoria Executiva	9	0,00	696	0,00	705	0,00
Total do Capital	298.269.668	100,00	384.144.914	100,00	682.414.582	100,00
Ações de Livre Negociação (*FREE FLOAT*)	146.233.846	49,03	376.794.638	98,09	523.028.484	76,64

Fonte: Superintendência de Relações com Investidores da Cemig.

Anexo II

Vítimas fatais de acidentes de trabalho com eletricitários, a serviço da Cemig, terceirizados e de outras empresas denunciados pelo Sindieletro/MG no período de 1999 a 2013.

Nome	Função	Data	Empresa
Carlos Alberto Ribeiro	Eletricista	21/10/2013	CEMIG
Cristophe Coelho Dias	Técnico de Gestão Administrativa	12/04/2013	CEMIG
Leonardo Soares Gonçalves	----------	16/04/2013	Engepol Eletrificação Ltda/A serviço da MRS
Sinézio de Souza	----------	16/04/2013	Engepol Eletrificação Ltda/A serviço da MRS
Paulo César da Silva	Eletricista	07/03/2013	Rizal Construções Elétricas
Sérgio Roberto Gomes da Silva	Eletricista	06/02/2013	Construrede Eletricidade Ltda
José Custódio Gomes Filho	Encarregado	19/10/2012	Engepol/Obra PART
João Batista	Eletricista	22/07/2012	Ágil Ltda
José Ribamar Ramos Barros	Motorista	24/02/2012	SPEC Planejamento, Engenharia e Consultoria
Crevaldo Rosário da Costa	Eletricista	05/02/2012	Araguaia Engenharia Ltda
Osmar Vieira da Silva	Motorista	22/11/2011	Engelminas
Hiago Marcos da Silva Correia	Eletricista	16/11/2011	----------
Rivael Gomes Coelho	Eletricista	14/09/2011	Método Projetos e Construções Elétricas
José Itamar da Silva	Eletricista	03/05/2011	Protop Construções e Projetos
João Batista Martins	Eletricista	28/02/2011	Engele
Raimundo Ribeiro Arruda	Eletricista	28/02/2011	Engele
Thiago Matias de Carvalho	Eletricista montador	21/02/2011	SETAP
Lucas Rodrigues Machado	Serviços Gerais	14/01/2011	WD Instalações e Construções Ltda
Marcelo Pinto Rabelo	Eletricista	23/11/2010	Soelt/Associada a Eletro Pedro
Nayara de Oliveira	----------	14/10/2010	IKI Public Imagem
Marinaldo Gomes Miranda	Montador	26/02/2010	Consórcio CEMIG/FURNAS
Rogério Luiz de Souza Camargos	Projetista	24/02/2010	Cetec Construções Eletrotécnicas
José Carlos de Souza Júnior	Projetista	22/01/2010	Consórcio Iluminas
José Maria Francisco	Ajudante de Eletricista	15/01/2010	Alcance Eletro Instaladora

Nome	Função	Data	Empresa
Antonio Francisco de Oliveira	Eletricista	15/01/2010	Alcance Eletro Instaladora
Luiz Henrique Barros	Técnico de expansão	11/11/2009	CEMIG
Flaviney Moreira de Souza	Eletricista	15/10/2009	Protop Construções e Projetos
Fernando Cardoso	Eletricista	05/09/2009	CVL Construções Elétricas
Wellington Alves Moreira	Leiturista	21/05/2009	Holos Consultores
José Modesto de Souza	Eletricista	13/05/2009	Garra
Everaldo Márcio Sabino	Eletricista	28/04/2009	Rei Engenharia
Herberth Aparecido do Carmo	Eletricista	09/08/2008	Construtora Remo Ltda
Aildo Braga dos Santos	Eletricista	24/05/2008	Celminas Ltda
Wallace Siqueira de Almeida	Ajudante	23/05/2008	Pavibra Engenharia
Amauri Valério Cândido	Ajudante	06/05/2008	Energitel
Maurício Alves Ribeiro	Supervisor de Equipe de Campo	26/03/2008	CEMIG
Jadir Xavier da Silva	Eletricista	18/03/2008	Eletro Santa Clara
Ricardo Soares da Silva Neto	Eletricista	04/03/2008	Encel
Reinaldo Silva	Eletricista multifuncional	02/03/2008	Garra
Jurande da Silva Soares	Eletricista	03/01/2008	Bemon Engenharia e Montagens Ltda
Adilson Luiz da Silva	----------	15/10/2007	Engelmig
Adilson dos Santos Ferreira	Eletricista	11/09/2007	JM Construções Elétricas
Igor Juvenal dos Santos	Eletricista de linha viva	01/06/2007	CEMIG
José Machado	Eletricista	30/05/2007	Engelmig
Hamilton Garcia Leal	Motorista-operador de guindaste	25/05/2007	Montec
José Paulo Pereira	Eletricista	03/04/2007	Walposte Indústria e Comércio
Ronaldo da Costa Teixeira	Eletricista	28/03/2007	Cetec
Ramon Welington Machado	Eletricista	18/03/2007	Andrade Gutierrez
Vicente Weni Coelho Souza	Montador	01/02/2007	Nativa Engenharia
Rogério Antônio Dias	Mergulhador	27/10/2006	Techdive (Alstom e Queiroz Galvão)
Pedro Pinto Carvalho Neto	----------	20/09/06	Ortenge
José de Jesus Guedes	Leiturista	07/07/2006	Minas Norte
Célio José Rita	Eletricista	06/07/2006	MBA
Waldiney de Souza	Ajudante Eletricista	03/07/2006	Queiroz Galvão
Marcelo Ramon de Pinho	Programador	19/06/2006	Shelt Service Ltda

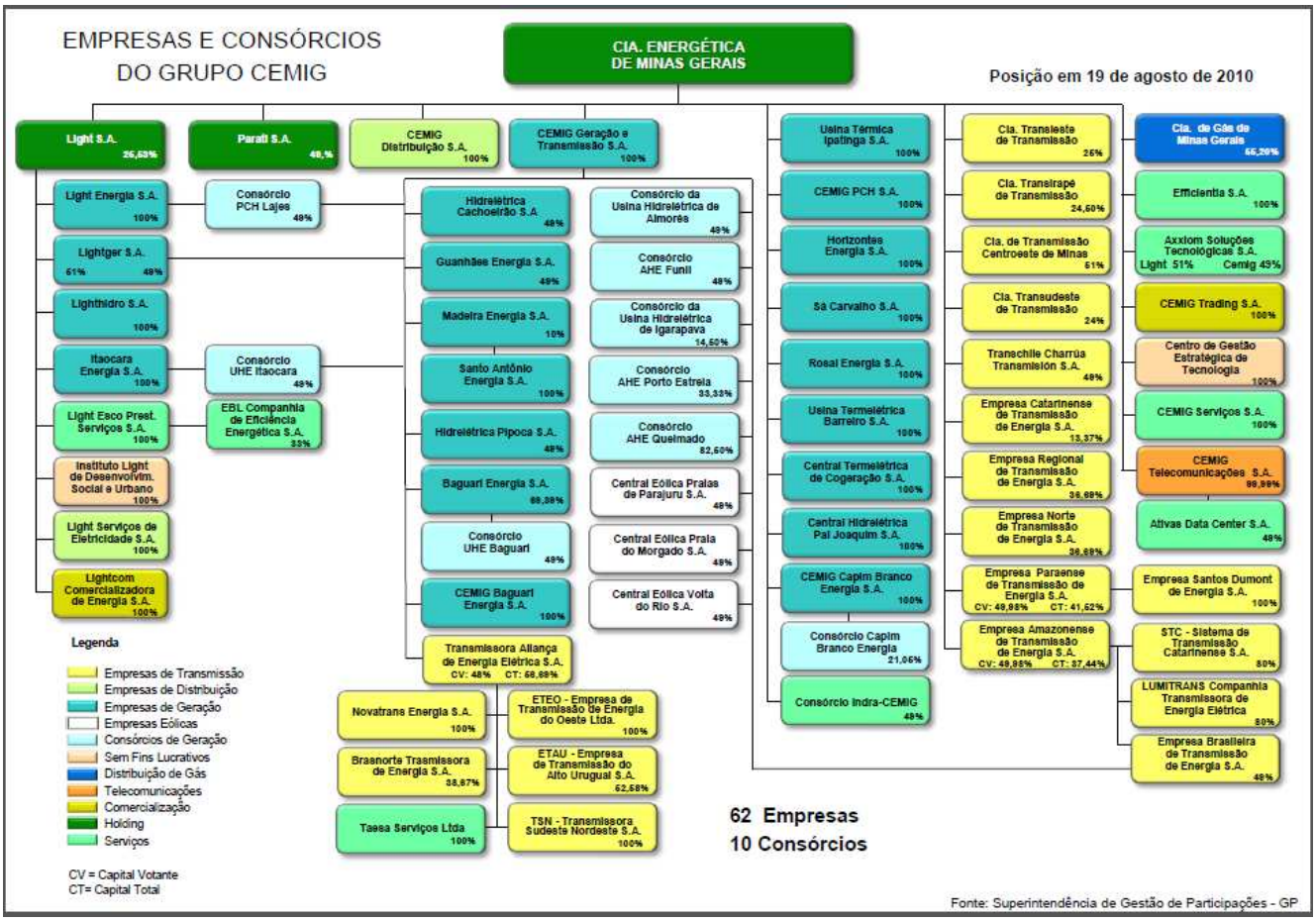
Nome	Função	Data	Empresa
Clayton do Nascimento	Eletricista	10/06/2006	Conelt
Renato Alves Jardim	Mecânico de Manutenção	09/06/2006	CEMIG
Gilvan dos Santos Correa	----------	08/06/2006	Andrade Gutierrez
Jovelino Gomes dos Santos	----------	29/04/2006	Queiroz Galvão
José Joaquim Rodrigues	Eletricista	23/04/2006	Montec
David Gomes	Eletricista	20/02/2006	CEMIG
Admar Moreira Rodrigues	Ajudante	29/12/2005	RCE
Lindomar Castilho dos Santos	Eletricista	27/12/2005	KPL
Roberto Márcio Alves Ferreira	Técnico	23/11/2005	CEMIG
Wellington Pereira Silva	Encarregado	22/11/2005	Construtora Remo
Luiz Cláudio dos Santos	Técnico	29/10/2005	CEMIG
Márcio Amaro Sobrinho	Eletricista	24/10/2005	ECEL
Daniel Rocha Custódio	Engenheiro Agrônomo	02/09/2005	EMTEL
João Miguel Justiliano Gomes	Eletricista	03/08/2005	Eletro Pedro
Gregório Alves Cordeiro	Eletricista	20/07/2005	CEMIG
Tiago Rodrigues Soares	Eletricista	20/07/2005	CEMIG
Cresos Lima	Motorista	24/03/2005	Cresos Lima & Cia Ltda
Cláudio José Soares	Eletricista	04/02/2005	Construtora Remo
José A. Santos	Eletricista	30/10/2004	CET
Célio Salgado Filho	Leiturista	28/10/2004	Holos Consultoria Associados
Wendel Pereira de Souza	Eletricista	11/09/2004	BCM Engenharia LTDA
José Ribamar Rocha veras	Eletricista	09/04/2004	JHSC
José Reis Cezar	Eletricista	08/01/2004	Encel (sem carteira assinada)
João Carlos de Jesus	Eletricista	09/09/2003	Rizal
Wanderlei Ramos de Souza	Eletricista	08/05/2003	Engele
Sidnei Ferreira dos Santos	Eletricista?	01/05/2003	Fatorial
Antônio Alexandre	Eletricista	29/04/2003	Egel
Antônio Francisco Ribeiro	Eletricista	28/04/2003	Encel
Joel Pereira de Matos	Leiturista	20/03/2003	Eclleme
José Luzia do Carmo	Eletricista	28/10/2002	Garra
Aldair Alves Cardoso e Joselito Teodoro Tavares	Eletricista	15/10/2002	Redel
Luciano de Lourdes Júnior	Operador	20/07/2002	CEMIG
Jorge Martins Pinheiro	Eletricista	20/03/2002	CEMIG
Célio José de Andrade	Eletricista	01/03/2002	Garra

Nome	Função	Data	Empresa
Wilian Ribeiro Jardim	Eletricista	09/01/2002	Vetorial
Ricardo Macedo Boaventura	Técnico	09/11/2001	CEMIG
Palmiro Martins Cardoso	Eletricista	01/11/2001	CEMIG
Antônio Pádua Coelho	Eletricista	26/07/2001	CEMIG
Vulmar Francisco de Carvalho	Leiturista	30/06/2001	Ecleme
Ricardo Pinheiro	Eletricista	28/06/2001	Engelminas
Manoel Leonardo Barcelos	Eletricista	20/06/2001	Hertz Engenharia Ltda
Edner Márcio Santos	Eletricista	06/03/2001	Poligonal Construções Elétricas
Ricardo Andrade Resende(143)	Eletricista	02/05/2000	CEMIG
Ailton Rocha	Eletricista	28/04/2000	Engelming
Francisco Soares Oliveira	Eletricista	06/04/2000	Ecel
Edmundo Aparecido de Oliveira	Eletricista	21/01/2000	Encom
José Miguel de Souza	Eletricista	13/01/2000	CEMIG
Aldair Lúcio da Costa	Operador	13/01/2000	CEMIG
João Adilson Prates	Leiturista	31/12/1999	Gama Engenharia
Alan Nobre de Oliveira	Eletricista	01/11/1999	CEMIG
Vicente Olevato Favorito	Eletricista	19/09/1999	Engele
Carlos Alberto Martins	Eletricista	16/09/1999	CEMIG
Artêmio Pereira dos Santos	Eletricista	28/07/1999	SET Serviços Elétricos
Sebastião Lopes de Oliveira	Eletricista	16/04/1999	Engele
Wender Ferreira Silva, Paulo Roberto Ferreira e Ricardo Barros Monteiro de Castro	Eletricista, Técnico e Piloto de helicóptero	22/03/1999	CEMIG
Mário Lúcio Rodrigues	Eletricista	20/01/1999	Eletronor Eletrificações Noroeste

Elaboração: Sindieletro/MG

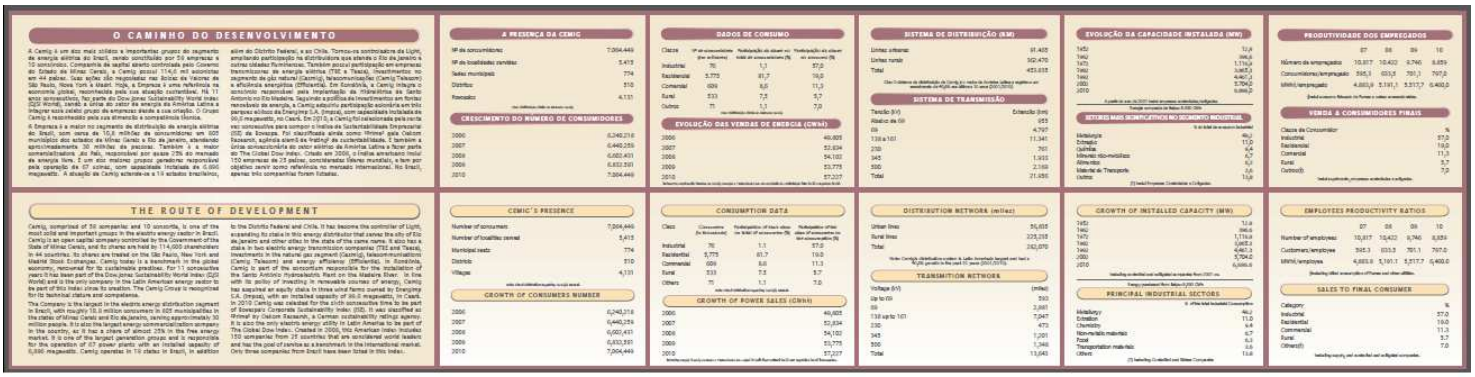
ANEXO III

Organograma Cemig



ANEXO IV

Cemig em números



ANEXO V

Roteiro de Entrevista com os trabalhadores terceirizados da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)

1) Qual o seu nome?
2) Qual sua idade?
3) Qual a sua cor?
4) Qual seu estado civil?
5) Qual papel você ocupa no seu grupo familiar? (chefe de família, cônjuge, filho, etc)
6) Até que série você estudou?
7)Estuda atualmente?
8) Onde você mora?
9) Em que cidade e estado você nasceu? Desde quando você está aqui? (no caso e ser um trabalhador migrante)
10) O que levou você a sair de sua região de origem?
11) Como era o seu trabalho na sua região de origem?
12) Qual o nome da empresa que você trabalha?
13) Você possui carteira assinada?
14) Qual o seu salário bruto por mês? E o salário líquido?
15) Como é dividido o seu salário: somente fixo, somente variável ou uma parte fixa e outra variável, de acordo com a produção e/ou horas extras?
16) Você considera o seu salário suficiente para manter a sua vida e de sua família?
17) Além do salário, quais benefícios as empresa oferece para os trabalhadores? (vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte, plano de saúde, etc)
18) Você acha que não possui algum benefício por ser terceirizado? Se sim, qual?
19) O seu contrato com a empresa é por tempo indeterminado ou tem prazo para terminar?
20) Você participou de algum processo seletivo para trabalhar nesta empresa?
21) A empresa exigiu de você alguma habilidade ou formação específica para

ser contratado?
22) Você já trabalhou com eletricidade anteriormente?
23) Qual a sua função/cargo na empresa?
24) Há quanto tempo você trabalha nesta empresa?
25) Quantas horas você trabalha por dia? Quantos dias por semana?
26) Você já trabalhou em outra empresa que presta serviço para a Cemig?
27) Qual é sua carga horária diária de trabalho? Quantos dias por semana?
28) Você faz hora extra? Existe uma quantidade de horas extras já estipuladas por dia?
29) Qual a rotina do seu trabalho? Existem regras a serem seguidas?
30) Quem define as tarefas diárias? Você pode escolher o que fazer?
31) Você gostaria de mudar algo em sua atividade? O que? Por quê?
32) Houve algum treinamento para que você pudesse executar adequadamente seu trabalho? Quem o orientou?
33) Em caso de dúvida, a quem você costuma recorrer?
34) Seu trabalho é avaliado? Por quem e de acordo com quais critérios?
35) Você participa dessa avaliação? De que forma?
36) O que você acha da avaliação? Por quê?
37) Você tem metas de produtividade?
38) Você já executou algum tipo de trabalho para o qual não foi contratado? Se sim, com que freqüência? Isso é recorrente?
39) Você já executou algum tipo de trabalho que não possuía treinamento para fazer? Se sim, isso acontece com que freqüência? Isso é recorrente?
40) Você já executou alguma outra atividade dentro da empresa além da que faz atualmente? Se sim, quais?
41) Desde o tempo que você trabalha nesta empresa aconteceu alguma mudança em suas atividades devido a mudança de gerência ou implementação de nova tecnologia?
42) Você considera o seu trabalho uma atividade segura? Se não, por quê?
43) Você considera o seu ambiente de trabalho saudável? (incluindo

alojamentos, dependências da empresa)
44) Você já sofreu algum tipo de discriminação no trabalho?
45) A empresa incentiva que vocês estudem?
46) Na sua opinião, a empresa incentiva ou beneficia o crescimento pessoal e profissional dos trabalhadores? Se sim, como? Se não, por quê?
47) O seu trabalho te permite ter uma vida “fora” do trabalho, tal como estudar, se divertir, viajar, ficar com a família, etc?
48) Você desejaria fazer parte do quadro de trabalhadores próprios da Cemig? Por quê?
49) Você sabe se existem trabalhadores contratados diretamente pela Cemig que executam o mesmo trabalho que você?
50) Os salários são os mesmos?
51) Porque existe essa diferença, em sua opinião?
52) Existem problemas ou desentendimentos entre os trabalhadores?
53) Existe Cipa em sua empresa? E você sabe para que serve? Você participa ou já participou da Cipa?
54) Qual sindicato representa vocês formalmente?
55) Você é filiado ao seu sindicato? Se não, por quê?
56) Você participa de assembléias ou outras atividades promovidas pelo sindicato?
57) Você participou de alguma paralisação ou greve de terceirizados?
58) Você está satisfeito com esta representação?
59) Você conhece o Sindieletro?
60) Desejaria ser filiado ao Sindieletro? Por quê?
61) Na sua opinião, existem mecanismos para pressionar a empresa quando os trabalhadores têm alguma reivindicação? Quais?
62) Você tem ou já teve medo de perder ou emprego ou ficar desempregado? Por quê ?
63) Você tem mais alguma consideração a fazer?

ANEXO VI

Quadro dos trabalhadores entrevistados

NOME	FUNÇÃO	DATA
Raul Silva	Eletricista de linhas e redes	2012
Antônio Pereira	Eletricista de linhas e redes	2012
Valéria Mendes de Paula	Irmã de Marcos Antônio de Paula, Eletricista de linhas e redes falecido em 2006.	2012
Elias Oliveira	Leiturista	2012
Maria Murta	Viúva do trabalhador João de Deus, eletricitário falecido em 2010.	2011
Margarida de Oliveira Bassoli	Viúva de Rodrigo Ferreira Bassoli, eletricitário falecido em 2007.	2012
Fábio Almeida dos Santos	Leiturista	2012
Roberto Gonçalves de Souza	Eletricista de linhas e redes	2012
Clóvis Augusto Castro	Leiturista	2012
Ramiro Correia	Eletricista de linhas e redes	2012
José Luís	Leiturista	2012
Eduardo da Silva	Eletricista de linhas e redes	2012
Alexandre Roberto	Leiturista	2012